

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

AVALIAÇÃO DO SERVIÇO PAEFI POR MEIO DO ESTUDO DA
REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE
ABUSO SEXUAL

DANIELLY BART DO NASCIMENTO

VITÓRIA

2011

DANIELLY BART DO NASCIMENTO

AVALIAÇÃO DO SERVIÇO PAEFI POR MEIO DO ESTUDO DA
REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE
ABUSO SEXUAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Edinete Maria Rosa.

UFES

Vitória, junho de 2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

N244a Nascimento, Danielly Bart do, 1983-
Avaliação do serviço PAEFI por meio do estudo da rede de apoio social e afetiva de crianças vítimas de abuso sexual / Danielly Bart do Nascimento. – 2011.
154 f. : il.

Orientadora: Edinete Maria Rosa.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Crime sexual contra as crianças. 2. Violência. 3. Infância. 4. Apoio social. I. Rosa, Edinete Maria. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

DANIELLY BART DO NASCIMENTO

**AVALIAÇÃO DO SERVIÇO PAEFI POR MEIO DO ESTUDO DA
REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE
ABUSO SEXUAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em 20 de Junho de 2011, por:

Prof^a. Dr^a. Edinete Maria Rosa - Orientadora, UFES.

Prof^a. Dr^a. Silvia Helena Koller, UFRGS.

Prof^a. Dr^a. Célia Regina Rangel Nascimento, UFES.

Dedico este trabalho a todos que amo e a todos que me ajudaram a construí-lo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus pelas riquezas colocadas em minha vida: saúde, família, amigos, um grande amor e a capacidade de adquirir conhecimento.

Agradeço aos meus pais, que são para mim um modelo de luta, persistência e honestidade. Agradeço por se preocuparem com o meu desenvolvimento e bem-estar, me proporcionando condições para alcançar minhas metas.

Ao Tiago, meu amor, agradeço por tanta calma e paciência, pelo amor e carinho tão disponíveis. Agradeço por estar sempre comigo e também por me lembrar que a vida não é feita só de preocupações.

Agradeço à minha irmã por achar tudo que faço lindo e maravilhoso. Por achar que sou capaz de alcançar meus objetivos, por acreditar em mim e demonstrar seu orgulho. Essas atitudes reforçam minha autoestima e me fazem prosseguir.

Agradeço ao meu sobrinho, Vinicius, que desde seu nascimento me ajuda a compreender o desenvolvimento infantil. Que sempre se presta a colaborar com meus experimentos e pesquisas. Por tirar minha concentração dos estudos para me fazer rir e relaxar.

Gostaria de agradecer aos meus amigos: Vitor, que antes dessa jornada me trouxe incentivo e dicas importantes para meu ingresso no Programa. Adriana, que com seu conhecimento sobre o tema estudado e disposição me auxiliou do início ao fim, disponibilizando materiais e seu precioso tempo em momentos ricos de discussão que me ajudaram a construir esse trabalho. Agradeço também à Silvia e à Grace, amigas que estiveram comigo e com as quais aprendi muito. À Bia, também amiga, com quem tive o prazer de escrever muitos trabalhos desde a graduação.

Agradeço a cada participante dessa pesquisa: às crianças e aos pais pela disposição em ajudar mesmo no momento de dor e às profissionais por me

receberem e colaborarem com meu trabalho, demonstrando a busca pelo mesmo objetivo: oferecer um Serviço de qualidade aos usuários.

Quero registrar também minha gratidão a todos os Professores Doutores pela disponibilidade e pelo empenho em manter um Programa de qualidade para nós, alunos. Agradeço especialmente à Prof.^a Dr.^a Célia por participar de minha qualificação e defesa com contribuições mais do que valiosas. Por me ajudar a tornar minha pesquisa ainda mais pertinente.

Às Professoras Doutoradas Débora Dell'Áglio, pela colaboração na compreensão do instrumento Mapa dos Cinco Campos e Silvia Koller por se deslocar de tão longe e participar da defesa deste trabalho.

Por último, gostaria de agradecer à Prof.^a Dr.^a Edinete Maria Rosa que esteve comigo durante todo esse tempo, acompanhando atentamente cada passo de minha pesquisa. Por ter disponibilizado seu tempo, por sua generosidade, por sua amizade. Com ela tenho aprendido a cada dia julgar menos e compreender mais. Com ela aprendi que pesquisar é pouco, é preciso ter compromisso com o ser humano. É com base nesses ensinamentos que tenho acreditado que mudar a realidade é possível.

Obrigada a todos por participarem de minha formação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 O ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	13
1.2 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS – PAEFI.....	21
1.2.1 Histórico	21
1.2.2 O atendimento no município pesquisado	23
2 A REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA	31
3 AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE EFETIVIDADE	37
4 TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	41
5 METODOLOGIA	54
5.1 PARTICIPANTES.....	54
5.2 INSERÇÃO ECOLÓGICA	55
5.3 INSTRUMENTOS	57
5.3.1 Análise de Prontuários	57
5.3.2 Entrevista	58
5.3.3 Diário de Campo.....	59
5.3.4 Mapa dos Cinco Campos.....	60
6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	62
7 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	64
8 RESULTADOS	68
8.1 HISTÓRIA DE MIGUEL.....	68
8.1.1 Microssistema familiar.....	70

8.1.2 Interações entre os microssistemas familiar e PAEFI	74
8.1.3 Mesossistema	77
8.1.4 Microssistema PAEFI	81
8.2 HISTÓRIA DE MARIANA.....	87
8.2.1 Microssistema familiar.....	89
8.2.2 Interações entre os microssistemas familiar e PAEFI	93
8.2.3 Mesossistema.....	97
8.2.4 Microssistema PAEFI.....	103
9 DISCUSSÃO	107
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	128
11 REFERÊNCIAS	134
12 ANEXOS	140

RESUMO

Esta pesquisa possui como objetivo avaliar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) enquanto participante da rede de apoio social e afetiva de crianças por ele acompanhadas. A avaliação é feita a partir da percepção de ambas, profissionais e crianças atendidas. O intuito é disponibilizar dados que ajudem a fomentar as políticas públicas e as práticas dos profissionais de Serviços voltados para este público. Participaram da pesquisa duas crianças, um menino e uma menina, com idades de 10 e 11 anos respectivamente, os seus responsáveis (os pais e as mães), uma Psicóloga e uma Assistente Social do PAEFI que os acompanharam. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, análise de prontuários, aplicação do Mapa dos Cinco Campos e observações que foram registradas em um diário de campo. As observações foram facilitadas pelo método de Inserção Ecológica e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano foi utilizada na discussão dos dados. Como principais resultados, encontramos o Serviço como parte da rede de apoio social e afetiva na percepção da menina, enquanto o menino não o percebeu da mesma maneira. A distinção entre os resultados dependeu de como as crianças perceberam e lidaram com o ambiente e as relações estabelecidas entre as pessoas. Além disso, fatores relacionados à estrutura do Serviço têm dificultado sua atuação. Dessa forma, o estudo indicou a necessidade de mais investimentos em sua infraestrutura, desde o ambiente físico à formação dos profissionais que nele trabalham.

Palavras-chave: Rede de apoio social e afetiva. Teoria Bioecológica. Abuso sexual.

ABSTRACT

The present study aims to evaluate the effectiveness of the Service for Protection and Specialized Assistance to families and individuals (PAEFI) Program as part of the social and affective support network, from the viewpoint of both the assisted children and the professionals who assist them. It is hoped that the research can provide data which may foster public policies as well as the practices of those involved in programs which deal with this type of audience. Two children (a boy and a girl of ten and eleven years old respectively), their parents, the social assistant and the psychologist who assisted them in the PAEFI participated in the research. Data were collected by means of interviews, analysis of records, application of the Five Field Map, observations and field diaries. The observations were facilitated by the Ecological Insertion method whereas the Bioecological Model for human development was applied for the discussion of results. Results indicated that the program was perceived by the girl as part of the social and emotional support network, but not by the boy. This difference may be due to the way children perceived and dealt with the environment, and to the type of relationship established. It was also evidenced that factors related to the structure of the program have hampered its performance. Therefore, the study indicated the need for more investments in the PAEFI's infrastructure – from the physical environment to the training of those professionals who are part of it.

Key-words: social and emotional network support; Bioecological Model; sexual abuse.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa apresentada é avaliar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) enquanto participante da rede de apoio social e afetiva de crianças acompanhadas pelo Serviço a partir da visão delas e a partir da percepção dos profissionais sobre as crianças atendidas.

O interesse deriva-se da atuação, durante a graduação em Psicologia, como estagiária de diversos Programas voltados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, principalmente no Serviço de Proteção, quando este ainda era denominado Serviço Sentinela. O estágio permitiu o contato com crianças e adolescentes que sofreram violência sexual e também outros tipos de violência.

Os impactos da experiência da violência sobre os usuários do Serviço eram variados. Foi possível perceber usuários traumatizados, revoltados, aqueles que naturalizavam a experiência, que demonstravam certo conformismo; mães que viam filhas(os) abusadas(os) e filhas(os) que não percebiam o abuso como violência, além de mães que não queriam ver o abuso.

Diante de tudo isso, frequentar o Serviço também podia ter uma vasta variabilidade de significados e, embora seja um espaço de apoio garantido por lei, pelos motivos descritos e por diversos outros motivos, nem todas as crianças e adolescentes que iam o Serviço o faziam por vontade própria. Muitas vezes comparecer ao Serviço representava a responsabilização de pessoas amadas e não somente agressoras. Esse fato influenciava diretamente na maneira como

esses usuários se relacionavam naquele espaço e muitas vezes se expressavam por meio do silêncio ou da ausência.

Tendo em vista essa forma variada de participação dos usuários do serviço, um questionamento que nos era recorrente dizia respeito ao significado de frequentar aquele espaço para aqueles usuários. A resposta para essa pergunta pode ser tão variada quanto variadas são as histórias de vida de cada um que chega ao PAEFI. Como ponto de partida para entender como esses usuários se relacionam com o Serviço, optamos por investigar se eles, mais especificamente as crianças, percebem o Serviço como um local que faz parte de sua rede de proteção social e afetiva. Essa investigação não responde completamente a pergunta de como o Serviço é significado, porém, nos ajudará a compreender se envolve relação de afeto, positiva ou negativa, que influencia diretamente na percepção do PAEFI como parte da rede de apoio.

Quanto à investigação da compreensão dos profissionais em relação às crianças atendidas, esta auxilia na obtenção de dados de como eles percebem a rede de apoio da criança e se estes notam o PAEFI como fazendo parte dela.

Esta pesquisa justifica-se na importância em estudar a participação do PAEFI na rede de apoio social e afetiva de crianças que passaram pela experiência do abuso sexual no intuito de disponibilizar dados que ajudem a fomentar as políticas públicas e as práticas dos profissionais de Serviços voltados para este público.

Dessa forma, este trabalho compreende, em sua revisão de literatura, dados acerca do abuso sexual contra crianças e adolescentes, resgata a criação e objetivos do Serviço, explica a importância da rede de apoio social e afetiva e a importância da avaliação de efetividade de políticas públicas, além de descrever a

Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano criada por Urie Bronfenbrenner, que norteará a análise dos dados obtidos neste estudo.

A revisão de literatura compreende os temas: “O abuso sexual contra crianças e adolescentes”; “O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI”; “O atendimento no Município pesquisado”; “A Rede de Apoio Social e Afetiva”, “A Avaliação de Impacto de Efetividade” e “A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano”.

1.1 O ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O abuso sexual em crianças é considerado quando estas são submetidas à gratificação sexual de um adulto, ou de outra pessoa mais velha, maior, ou que de alguma forma exerça um poder sobre ela. A criança, nessa situação, é incapaz de dar um consentimento consciente (SANDERSON, 2005; JOHNSON, 2004) devido à condição especial de desenvolvimento que apresenta (SANDERSON, 2005).

A Lei 12.015 de sete de agosto de 2009 do Código Penal Brasileiro inclui como violência sexual induzir menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem, considerando este um crime sexual contra vulnerável. Dessa forma, tipifica-se o abuso sexual como: aliciamento sexual, linguagem ou gestos sexualmente sugestivos, uso de pornografia, *voyeurismo*, exibicionismo, carícias, masturbação e penetração com os dedos ou pênis (SANDERSON, 2005; JOHNSON, 2004). Em muitos casos, o abuso sexual sequer deixa marcas sobre o corpo, o que dificulta o diagnóstico. É um fenômeno que pode ocorrer independente da idade,

classe social, etnia, religião e cultura a que a pessoa pertença (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

A violência sexual contra crianças e adolescentes envolve uma desigualdade de gênero e de geração (ARAÚJO, 2002; GOMES et al., 2002; RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004) em que a pessoa mais velha utiliza-se de poder, coação e sedução para com a mais nova. Nas denúncias há uma predominância do homem como agressor e da mulher como vítima, sendo o pai o agressor mais frequente (ARAÚJO, 2002).

Devido ao preconceito, meninos podem se sentir mais constrangidos em denunciar, visto que em sociedades machistas os homens têm medo de colocar sua sexualidade em questão (SANDERSON, 2005), o que dificulta tanto a denúncia quanto o acatamento desta. Um exemplo de que meninos podem ser vítimas de violência sexual com mais frequência do que se tem notícia é o estudo realizado por Haj-yaia e Tamish (2001) com 652 jovens graduandos Palestinos, que indicou uma taxa semelhante para homens e mulheres que sofreram abuso sexual na infância.

No Brasil, os dados coletados entre o período de 2006 e 2007 pelo Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA)¹, implantado em 27 estados e coordenado pelo Sistema Único de Saúde – SUS, não apresentam a mesma configuração quanto ao sexo das vítimas. Os dados revelam que dos 1.939

¹ O Sistema de Vigilância e Acidentes (VIVA) foi criado em 2006 com o objetivo de construir um diagnóstico mais detalhado de casos não reconhecidos e não incorporados aos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM) e Internações (SIH) do Ministério da Saúde. Busca enfrentar os determinantes e condicionantes das causas externas (violência e acidentes) numa perspectiva intersectorial e com base no direito à saúde e à vida. Está dividido em vigilância contínua (VIVA contínuo) e vigilância sentinela por inquérito (VIVA Sentinela). O VIVA Sentinela é realizado a partir de pesquisas anuais, com base em informações coletadas durante um mês, nos hospitais de urgência e emergência. O VIVA Contínuo descreve o perfil dos atendidos por violência (doméstica, sexual e/ou outras violências) (BRASÍLIA, 2009a).

registros de violência contra crianças com idade entre zero e nove anos, 845 (44%) foram de violências sexuais. Deste total, a maior parte das vítimas (60%) são meninas. No caso de crianças e adolescentes com idade entre 10 e 19 anos, dos 2.370 registros, 1.335 (56%) foram por violência sexual, sendo que a maior parte das vítimas continuou sendo do sexo feminino (78%) (BRASIL, 2009a).

No Espírito Santo, o Instituto Jones dos Santos Neves lançou um relatório de pesquisa com informações sobre a violência contra crianças e adolescentes realizado a partir de ocorrências registradas na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA de Vitória, entre os anos de 2004 a 2007. O relatório contempla vários tipos de violência e, dentre eles, verifica-se que os crimes relacionados à liberdade sexual² atingem o percentual de 20,49% em 2004, 20,21% em 2005, 18,93% em 2006 e 16,09% em 2007, totalizando 18,85% das ocorrências nos quatro anos (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2009).

A maior parte das vítimas estão localizadas no município de Vitória com uma média de 26% nos quatro anos, sendo Cariacica a segunda colocada com média de 25,40%, seguida pelo município de Vila Velha com média de 22,70%, Serra com média de 17,15% e Viana com média de 3%, ressaltando que as ocorrências registradas referem-se em sua maioria aos municípios da Região Metropolitana de Vitória, e isso talvez se deva ao fato de que a DPCA está localizada no município de Vitória. Em relação à idade das vítimas, constatou-se que a maior parte das crianças possuía idade entre 10 e 12 anos e, dos adolescentes, a idade

² O relatório do Instituto Jones dos Santos Neves foi lançado anteriormente à lei nº. 12.015/2009 de 10 de agosto de 2009 em que os crimes contra liberdade sexual, até então considerados crimes de estupro, atentado violento ao pudor, posse sexual mediante fraude, atentado ao pudor mediante fraude, assédio sexual e corrupção de menores, passaram a ser considerados somente crimes de estupro (agora contra homens e mulheres), violação sexual mediante fraude e assédio sexual, crimes sexuais contra vulnerável (Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm>).

está entre 15 e 17 anos. Quanto ao sexo, a maior parte das vítimas são do sexo feminino, apontando uma média de 63,5% contra 33,5% de vítimas masculinas (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2009).

Esses dados caracterizam as vítimas não somente em relação à violência sexual, pois o relatório não faz uma caracterização do perfil da vítima por violência. Porém, estes dados demonstram as mesmas tendências geralmente encontradas para crimes sexuais em relação ao sexo, pois a maior parte das vítimas são do sexo feminino.

O fato de a maior parte das denúncias efetuadas se referirem a crianças que se encontram na terceira infância (7 a 10 anos de idade) e adolescentes, pois isso não quer dizer que sejam mais agredidas. Crianças com idade entre 0 e 6 anos muitas vezes não conseguem discernir as atitudes violentas contra elas como algo errado, sendo mais facilmente oprimidas.

O impacto que o abuso sexual exerce sobre a vítima pode variar em intensidade dependendo de fatores que estarão associados ao ato, como: idade da criança ou do adolescente na época do abuso; a duração e a frequência com que o ato ocorreu; o tipo de ato sexual praticado; a presença ou ausência de outras modalidades de violência; o relacionamento entre criança/adolescente e abusadores; a idade e o sexo dos abusadores e a forma como é considerada, por terceiros, a revelação feita pela criança ou adolescente (SANDERSON, 2005).

A preocupação com o abuso sexual em crianças ocorre, pois este pode influenciar no ajustamento sexual do indivíduo ou acarretar uma revitimização do mesmo tanto na época do acontecimento quanto na idade adulta (FERGUSSON; HORWOOD; LYNSKEY, 1997). Um estudo com 189 mulheres (sendo 43%

americanas-africanas, 2% hispânicas, e 1% americanas-asiáticas) mostrou que dentre as participantes, as mulheres que tiveram a experiência de abuso sexual na infância também possuíam uma maior probabilidade de serem violentadas na vida adulta. A chance era duas vezes maior a novas agressões do que mulheres que nunca haviam sido abusadas quando crianças (BARNES, 2009)

O abuso sexual pode ocasionar, em muitos casos, tanto consequências físicas quanto psicológicas. Dessa forma, Sanderson (2005) descreve os principais sinais e consequências do abuso dividindo-os em categorias como: efeitos emocionais; efeitos interpessoais; efeitos comportamentais; efeitos cognitivos, efeitos físicos e efeitos sexuais. Esses sinais, ou efeitos, segundo a autora, devem-se à variedade de formas que a criança tem para demonstrar a ocorrência do abuso.

Sanderson (2005) descreve como exemplos de efeitos emocionais os sentimentos negativos em relação ao corpo e a vergonha, que podem despertar outros sentimentos como baixa autoestima. Os efeitos interpessoais seriam a qualidade do relacionamento da criança com os outros e em relação a si mesma, pois o sentimento de vergonha que pode vir a sentir sobre o abuso é acompanhado, em muitos casos, de uma evitação nas relações; os efeitos comportamentais estão relacionados às brincadeiras ou comportamentos sexualizados, comportamento autodestrutivo ou descontrolado como ataques de raiva, por exemplo. Os efeitos cognitivos envolvem transtornos cognitivos e uma compreensão limitada do mundo. Os efeitos físicos são raros, mas ocorrem quando o abuso é acompanhado de violência física e sinais visíveis do abuso sexual. Por último, os efeitos sexuais que são comportamentos sexuais incomuns ou inadequados para a idade da criança.

A violência sexual pode ocorrer no ambiente intrafamiliar no qual envolve pessoas com laços de parentesco ou não que convivem no mesmo domicílio (ARAÚJO, 2002; MONTEIRO et al., 2008), ou seja, está para além da consanguinidade, podendo envolver padrastos e madrastas, entre outros (FELIZARDO; ZÜRCHER; MELO, 2006). O tipo de violência sexual intrafamiliar é mais frequente do que o extrafamiliar (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005) e mais difícil de ser descoberto devido ao seu caráter privado, ocorrendo geralmente uma revelação tardia (TAVEIRA et al., 2009).

Um estudo realizado com análise de 764 relatórios periciais de vítimas de abuso sexual com idade inferior a 18 anos, atendidos nos Serviços do Instituto Nacional de Medicina do Porto, revelou que o abuso sexual intrafamiliar é acompanhado de menos violência física do que o abuso sexual extrafamiliar. Em contrapartida, as consequências emocionais se apresentam mais prejudiciais em abusos sexuais que ocorrem no âmbito intrafamiliar. Isso se deve à quebra de confiança antes existente por parte da vítima em relação ao abusador e às ameaças emocionais que são mais comuns. A frequência, a duração e a revelação tardia do abuso intrafamiliar também dificulta a chegada de ajuda à vítima (TAVEIRA et al., 2009).

De acordo com Bronfenbrenner (1979/1996), a família é o principal microssistema de interação para o desenvolvimento humano. Nesse contexto, a criança estabelece seus primeiros vínculos de confiança, pois é na família que a criança deve encontrar proteção contra riscos e também bem-estar por meio de nutrição, segurança e conforto. Contudo, quando há presença de violência intrafamiliar, a convivência neste microssistema pode ser considerada um fator de risco e não de proteção para a criança, prejudicando, assim, o seu desenvolvimento.

É comum encontrar em famílias sexualmente abusivas a prática de outros tipos de violência como: física, psicológica e negligência. Características como dependência financeira do abusador (NARVAZ, 2001), dependência emocional por parte da mãe (SANTOS; DELL'AGLIO, 2010), proibições feitas aos filhos, desemprego e pobreza também são comuns nessas famílias. Embora estas duas últimas características sejam consideradas fatores de risco, isso não indica que a violência possa ocorrer apenas em famílias humildes, sendo um fenômeno que atinge a todas as classes sociais (HABIGZANG et al., 2005).

Quando uma família é sexualmente abusiva, ocorre uma disfuncionalidade (FURNISS, 1993), um desequilíbrio no âmbito familiar (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005), ocorrendo então uma inversão de papéis (FLORES; CAMINHA, 1994). Nesse sentido, o pai passa a desempenhar o papel de marido da filha, que por sua vez deixa de ser filha para ser esposa, enquanto a mulher aceita perder suas funções de mãe e esposa (COHEN, 2000).

Amendola (2004) denomina as mães que não acreditam no relato dos filhos sobre o abuso sexual como mães não protetoras. Geralmente, essas mulheres não desejam se separar de seus maridos e negam assistência a seus filhos. Por outro lado, destaca que também há mulheres com comportamento de submissão, servilismo e dependência dos maridos que se sentem extremamente incomodadas ao descobrirem o abuso sexual contra os filhos, buscando atendimento para eles. Essas mães geralmente experimentam um sentimento de culpa por não terem sido capazes de evitar a violência e são denominadas pela autora de mães protetoras.

O abuso sexual extrafamiliar é praticado por pessoas que não pertencem à família, mas geralmente possuem vínculo com a criança e, em muitas situações, frequentam a casa da vítima onde o abuso pode ocorrer. Nesses casos, as crianças ou adolescentes sentem-se mais seguros em revelar o acontecimento, facilitando a denúncia por parte dos pais ou mães (PIETRO; YUNES, 2008).

Os agressores possuem como características comuns: agressividade, problemas com álcool e outras drogas, transtornos mentais, rigidez, fanatismo religioso, possessividade (FURNISS, 1993), história de abuso, baixa autoestima, prostituição e imaturidade (PIRES; MIYAZAKI, 2005).

Dentre as características mais comuns das vítimas estão: dependência própria da infância, dificuldades em estabelecer relações sociais (SANTORO JR, 2002), portar deficiência mental (PFEIFFER, 2006), carência emocional, ser do sexo feminino (FRANÇA JÚNIOR, 2003; RIBEIRO FERRIANI; REIS, 2004), dificuldade nas habilidades sociais (MAIA; WILLIAMS, 2005).

Os fatores de risco para a ocorrência da violência no meio social são: falta de leis de proteção, desigualdade social, marginalidade, ambientes com relações conflituosas e alta aceitação de violência (SANTORO JR, 2002). Por outro lado, características presentes na própria criança, na família e também no meio social podem protegê-la da violência sexual. Em relação à própria criança, podemos destacar características protetivas tais como: possuir habilidades sociais (MAIA; WILLIAMS, 2005), ser desconfiada, conhecer o que é abuso sexual, ser capaz de dizer não e reconhecer atitudes suspeitas de outras pessoas (BALLONE, 2003). Na família: a disponibilização de informação sobre o assunto, o diálogo (BALLONE, 2003) e a presença de um cuidador interessado no bem-estar físico e

psíquico da criança (BRONFENBRENNER, 1979/1996). No meio social: existência de programas preventivos à violência contra crianças e adolescentes (SANTORO JR, 2002) e de políticas públicas de atendimento às vítimas com profissionais preparados (AZAMBUJA, 2006), presença de leis de proteção com seu efetivo cumprimento, como a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), existência de rede de apoio social e afetivo para as famílias (HABIGZANG et al., 2006), e existência de uma cultura de não aceitação da violência.

1.2 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS – PAEFI

1.2.1 Histórico

O Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi implantado pelo Governo Brasileiro em 2001 com a denominação de Programa Sentinela. A criação do Programa visava a cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (BARBOSA et al., 2006) elaborado em julho de 2000 (BRASÍLIA, 2009b).

A aprovação foi realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), segundo a Política de Assistência Social em cumprimento ao artigo 86 do ECA, coordenado pela Secretaria de Estado da

Assistência Social – SEAS/MPAS (BARBOSA et al., 2006), atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASÍLIA, 2009). O artigo 86 do ECRIAD estabelece que:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (ECRIAD, 1990).

O Sentinela fez parte do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e foi coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (BRASÍLIA, 2009b).

Com a implantação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Programa Sentinela passou a ser o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes, resguardando sua continuidade. Mais tarde, foi denominado Serviço de Proteção Social a Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias, passando a atender situações de violências física, psicológica e sexual e de negligência grave contra crianças e adolescentes (BRASÍLIA, 2009b) e atualmente, após a resolução nº. 109 de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, passou a integrar o Serviço de Proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI).

Trata-se de um Serviço de proteção social especial de média complexidade e que se destina ao “apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais

de seus membros em situação de ameaça ou violação de seus direitos” (BRASIL, 2009b) com o objetivo de:

Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva; processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades; contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários; contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família; contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos; prevenir a reincidência de violações de direitos (BRASIL, 2009b).

Dessa forma, o PAEFI integra os usuários dos diversos Programas e Serviços Socioassistenciais antes ofertados. Os usuários passam a ser famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir da autonomia e do bem-estar; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em decorrência de violação de direitos (BRASIL, 2009b).

1.2.2 O atendimento no Município pesquisado

O PAEFI é um Serviço único que oferece atendimento a famílias e indivíduos que tenham seus direitos violados e, no município pesquisado, opta por um

atendimento com equipes separadas. Há uma equipe responsável pelo atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual; uma equipe responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho (como no PETI); uma equipe responsável pelo atendimento de adolescentes em conflito com a lei (Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC) e assim sucessivamente em relação aos demais atendimentos oferecidos.

Quando o Serviço de Proteção Social a Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias funcionava no prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, até meados do mês de março de 2010, o espaço físico contava com uma recepção, uma sala de atendimento e uma brinquedoteca.

A recepção, de 4m², comportava uma mesa, que era geralmente ocupada pela Estagiária de Serviço Social, e uma outra mesa anexa, onde encontrava-se o telefone e um armário e um ventilador.

Ao entrar na recepção, era possível acessar uma sala de atendimento com 8m², que podia ser utilizada pela Psicóloga e pela Assistente Social. Nesta sala encontravam-se uma mesa, um sofá, um ventilador, uma estante com brinquedos e um arquivo, no qual eram guardados os prontuários dos usuários.

Ao lado dessas duas salas, o Serviço também tinha acesso a uma brinquedoteca. O espaço físico era de 17m², onde se encontravam brinquedos tais como carrinhos, bonecas, jogos, casinha de bonecas, entre outros; e uma mesa com cadeiras para o atendimento com crianças.

Após a mudança para o prédio onde funciona o Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, o Serviço passou a ocupar uma sala de 17,7m². Essa sala é refrigerada com ar condicionado e conta com cinco mesas, dois arquivos e um armário. Em média, 10 pessoas, entre técnicos, educadores e estagiários, dividem este espaço.

Para atendimentos individuais e em grupo, continuou-se contando com uma brinquedoteca, de 21m², e com outras três salas de atendimento, que são utilizadas por todas as equipes do CREAS por meio do sistema de agendamento dos espaços. Além disso, a equipe também passou a ter uma sala com quatro computadores e uma recepção, que também recebe todos os usuários do CREAS.

A equipe técnica composta pela Psicóloga, Assistente Social e Educadora Social passou a integrar o PAEFI e a contar com o serviço de assessoria jurídica, antes inexistente. No mês de julho, devido à alta demanda, foram contratadas mais uma Psicóloga e mais uma Assistente Social para integrar o Serviço e atender crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A Estagiária, com formação em Serviço Social, passou a ocupar a função de Educadora Social e uma nova Estagiária de Serviço Social passou a compor a equipe.

A seguir, é possível acompanhar informações sobre o objetivo, a estratégia e dinâmica do atendimento, dados a respeito do trabalho realizado no ano de 2010 e propostas para o ano de 2011. Todas essas informações foram retiradas do relatório anual do Serviço que é elaborado pela equipe técnica.

O objetivo geral da equipe de Proteção Social a Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias do PAEFI no Município é:

Proporcionar atendimento e orientação às famílias e indivíduos em situação de violência (ou ameaça) e/ou violação de direitos, cujos vínculos familiares ou comunitários estão fragilizados, no sentido de promover, consolidar e garantir o direito pleno às políticas públicas, respeitando valores, heterogeneidade, potencialidades, crenças e identidades dos mesmos (MUNICÍPIO PESQUISADO, 2011)³.

Dentre os objetivos específicos, descritos no Relatório Anual do PAEFI do Município, estão:

- acolher os casos de violência e violação de direitos, realizando os devidos encaminhamentos;
- articular ações com os demais Serviços da rede socioassistencial;
- propiciar o fortalecimento e/ou o restabelecimento dos vínculos familiares (bem como sua função protetiva) e comunitários;
- trabalhar as potencialidades dos usuários tendo em vista a qualidade de vida física, psicológica e social;
- processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;
- contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários;
- contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior das famílias;

³ A referência “Município Pesquisado” substitui o nome do município para preservar a identidade do Serviço PAEFI em questão.

- contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos;
- prevenir a reincidência de violações de direitos.

A dinâmica do Serviço obedece a uma rotina de agendamento, acolhimento psicossocial, atendimento psicológico e social (individual e em grupo), visitas domiciliares e institucionais e desligamentos. Há também o planejamento de atividades em equipe, palestras em escolas, realização de estudos de caso, elaboração de relatórios psicossociais, encaminhamentos aos demais serviços socioassistenciais e de saúde e planejamento de estratégias de intervenção com os usuários (MUNICÍPIO PESQUISADO, 2011).

Os acolhimentos geralmente ocorrem com os responsáveis pelas crianças e adolescentes que serão atendidos no Serviço. São realizados com a presença de um Psicólogo e um Assistente Social. É o momento no qual o Serviço é apresentado e a demanda é identificada (MUNICÍPIO PESQUISADO, 2011).

Os atendimentos individuais com crianças e adolescentes são realizados pelos psicólogos, possuindo um caráter terapêutico, e pela educadora social, com caráter pedagógico; já os atendimentos individuais com os familiares são realizados pelos psicólogos e assistentes sociais. Nesses atendimentos, há uma avaliação para saber se o usuário pode ser encaminhado ao atendimento em grupo. As atividades em grupo são realizadas pela psicóloga, assistente social ou educadora social, com o objetivo de discutir temas sugeridos pelos usuários ou pelo técnico que os acompanha (MUNICÍPIO PESQUISADO, 2011).

Após o momento do acolhimento, é realizado o estudo de caso, com o relato dos acolhimentos para os demais técnicos da equipe. O objetivo é pensar em um atendimento direcionado para a demanda específica apresentada, nos encaminhamentos necessários, e em outras intervenções possíveis com a família no momento da inserção. Ao longo do tempo, novas intervenções são implantadas quando necessário (MUNICÍPIO PESQUISADO, 2011).

As instituições que realizaram encaminhamentos ao Serviço em 2010 foram: Centros de Referência em Assistência Social – CRAS (5%); CREAS de outros municípios (5%); Conselho Tutelar (54%); instituições de acolhimento (6%); escolas (8%); Unidades de saúde e hospitais (3%); Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual – PAVIVIS (6%), Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA (5%) e outros (8%) (MUNICÍPIO PESQUISADO, 2011).

A equipe acolheu 65 novos usuários (crianças e adolescentes) no ano de 2010 e, em relação aos tipos de violência que chegaram ao Serviço, 48% foram intrafamiliar e 52% extrafamiliar, sendo que, dessas, 18% foi abuso sexual, 6% exploração sexual e 76% de suspeita de abuso sexual. Dentre as vítimas, 25% são do sexo masculino e 75% do sexo feminino. A faixa etária de 0 a 6 anos apresenta 25% dos usuários; de 7 a 12 anos 42%, e de 13 a 18 anos 33%. No total, entre crianças e adolescentes, 171 estavam sendo acompanhados pelo Serviço até dezembro (MUNICÍPIO PESQUISADO, 2011).

No ano de 2010, foram realizadas pela equipe algumas atividades com intuito de aproximar e divulgar o Serviço para a sociedade civil e profissionais da área de educação. Dentre as ações realizadas estão: campanha de prevenção à violência sexual no carnaval; participação em ações municipais voltadas ao atendimento da

população nos bairros; campanha de 18 de maio, com a realização de palestras com profissionais pedagogos para a formação de multiplicadores na área da educação com a realização de um seminário (MUNICÍPIO PESQUISADO, 2011). Para efetivar uma aproximação com as famílias que frequentam o Serviço, foram realizadas algumas confraternizações como: comemoração da páscoa; festa de comemoração ao mês da criança (outubro); confraternização de fim de ano com as famílias (MUNICÍPIO PESQUISADO, 2011).

A tabela1 abaixo mostra detalhadamente o número de pessoas atendidas de janeiro a dezembro de 2010, de acordo com cada tipo de atividade desenvolvida.

Tabela 1: Número de pessoas atendidas no ano de 2010 no Serviço pesquisado.

Atividades 2010	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendidos ⁴	21	31	75	35	45	49	63	53	74	80	96	86	708
Acolhimentos	03	03	07	04	04	08	07	08	05	06	04	11	70
Visitas domiciliares efetivadas	07	03	05	01	-	-	06	04	08	06	06	08	54
Visitas domiciliares não efetivadas	-	-	-	-	-	-	-	-	03	03	03	03	12
Visitas institucionais	-	-	04	02	-	-	01	02	04	04	02	04	23
Estudo de caso	01	01	01	-	09	07	09	11	03	05	-	02	49
Reuniões de equipe	01	-	-	02	02	-	01	01	04	02	01	01	15
Reuniões de rede	01	03	04	01	02	-	01	01	03	03	02	06	27
Desligamentos	-	-	-	-	-	-	02	02	02	05	19	09	37

Para o ano de 2011, novas propostas serão trabalhadas. As que estão voltadas à estrutura física do Serviço são: uma sala que possa acomodar adequadamente os técnicos e mais salas para atendimento. As mudanças propostas para ampliar a

⁴ Na categoria “Atendidos” descrita na tabela1, foram contabilizadas todas as pessoas que de alguma forma tiveram contato com o Serviço, nas ações em comunidades, festas, campanhas e os usuários regulares que frequentaram o PAEFI.

qualidade técnica do Serviço são: um espaço de reflexão teórica para o estudo de bibliografias diversas, legislações e normativas com intuito de melhor fundamentar as práticas e intervenções; estreitar relacionamento com outros programas, projetos e serviços que atuem no âmbito da proteção especial de média complexidade para dialogar experiências, desafios, possibilidades e proposições; promover a articulação e a interlocução dos demais programas, projetos e serviços da rede socioassistencial com intuito de aperfeiçoar a metodologia de trabalho; a confecção de um manual de procedimentos para o Serviço e aumentar a demanda enviada à assessoria jurídica e buscar conhecimento para esta, com intuito de obter um suporte mais adequado. Dentre as voltadas para os usuários estão: garantia do vale social para os usuários; promover mensalmente grupos de acolhimento com os familiares com objetivo de informar e orientar sobre direitos, deveres a respeito do funcionamento do Serviço e atender todos os tipos de violência vivenciada por usuários de toda e qualquer faixa etária (MUNICÍPIO PESQUISADO, 2011).

2 A REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA

A rede de apoio social⁵ é o conjunto de sistemas e de pessoas que compõem os vínculos de relacionamentos recebidos e percebidos pelo indivíduo. O elemento afetivo está agregado a este construto pela importância na construção e manutenção do apoio. Está diretamente relacionada ao desenvolvimento humano, pois deve fazer parte do contexto ambiental no qual a pessoa se desenvolve (BRITO; KOLLER, 1999).

A rede de apoio social não é estática, ela pode passar por diversas transformações ao longo da vida do indivíduo, dependendo de suas necessidades e das interações que o sujeito é capaz de desenvolver com elas. A estrutura e a função da rede de apoio dependem dessas necessidades e também das habilidades sociais que a pessoa possui para mantê-la ou ampliá-la (SAMUELSSON; THERNLUND; RINGSTRÖN, 1996).

Couto (2007) destaca que a rede de apoio possui aspectos estruturais, que se referem à quantidade e à multiplicidade das relações estabelecidas pela pessoa em desenvolvimento, e funcionais, voltados à qualidade das relações. Nesse sentido, Brito e Koller (1999) destacam que a qualidade dos vínculos é mais importante que a quantidade de vínculos estabelecidos.

De acordo com Rutter (1983/1988), a existência de uma rede de apoio social pode diminuir os efeitos de eventos estressores, enquanto que sua ausência pode aumentar os efeitos adversos dos eventos estressores.

⁵ O termo rede de apoio social, inserido neste texto com base nas referências de Samuelsson, Thernlundm e Ringströn (1996), Couto (2007) e Rutter (1983/1988) possui o mesmo significado utilizado por Brito e Koller (1999), que apenas acrescenta a este o caráter afetivo que pode estar envolvido nas relações estabelecidas na rede.

A rede de apoio social e afetiva é capaz de disponibilizar condições para que a pessoa se desenvolva emocionalmente e socialmente à medida que ela se relaciona, constitui vínculos, desempenha papéis diversos, obtendo recursos para sua satisfação nas relações (BRITO; KOLLER, 1999). Porém, para que a rede de apoio social possa desempenhar o seu papel protetivo, o indivíduo precisa responder de forma competente em sua relação com ela (seja pessoas ou instituições). Nesse sentido, Brito e Koller (1999) destacam que o componente afetivo atua como a “força” que possibilita essa interação em direção ao desenvolvimento.

A rede de apoio social e afetiva está relacionada principalmente aos recursos que oferece ao indivíduo em situações de risco (BRITO; KOLLER, 1999), sendo que estes recursos podem ser de natureza emocional, material e afetivo (SHERBOURNE; STEWART, 1991).

As situações de risco, segundo Paludo e Koller (2005), podem ser caracterizadas por fatores individuais como gênero, problemas genéticos, carências de habilidades sociais, intelectuais e características psicológicas limitadas e fatores de risco ambientais, que se caracterizam por eventos de vida estressantes, ausência de apoio social e afetivo e o baixo nível socioeconômico.

A forma com que uma pessoa lida com o estresse não envolve somente estratégias para lidar com os desafios existentes nos eventos. As características individuais precisam ser consideradas para entender como a pessoa enfrenta situações estressoras (RUTTER, 1983/1988).

Um estudo realizado por Habigzang et al. (2006) aponta fatores de risco e proteção existentes nas instituições de atendimento a crianças e adolescentes

vítimas de violência sexual. A análise foi realizada a partir de processos de casos denunciados aos juizados pelas Promotorias Especializadas na Infância e na Juventude de Porto Alegre entre 1992 e 1998. Foi estudado um total de 71 expedientes e 94 vítimas.

Dentre os fatores de risco relacionados ao atendimento dispensado pelas instituições, destacam-se: falta de acompanhamento dos casos; morosidade das instituições envolvidas devido ao tempo excessivo entre uma intervenção e outra dirigida às vítimas e familiares; afastamento da vítima do lar em contraposição à permanência do agressor; falta de comunicação entre as instituições que atuaram no caso; falta de informações a respeito de 33,3% dos casos; não avaliação das condições de vida da vítima após a intervenção da rede em 23,3% dos casos; não investigação de 16,7% das denúncias de violência sexual; nenhuma medida de intervenção tomada em 21,7% dos processos; arquivamento de 16,7% dos processos e não conclusão de 10% dos casos (HABIGZANG et al., 2006).

Entre os fatores de proteção descritos, encontram-se: comprometimento contínuo dos profissionais; afastamento da vítima do agressor e oferta de acompanhamento psicológico (porém poucos casos foram encaminhados) e acompanhamento efetivo de 11,7% dos casos (HABIGZANG et al., 2006).

Dentre as instituições estudadas, estão: o Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Juizado da Infância e da Juventude e outras instituições (abrigos, polícias civil e militar, hospitais e serviços de saúde em geral, serviços de atendimento jurídico, serviços de atendimento psicológico e psiquiátrico, serviço de perícia, escolas, outras promotorias do Ministério Público, outros Juizados, órgãos ou instituições

de assistência social, outras comarcas do Juizado da Infância e da Juventude e outras (HABIGZANG et al., 2006).

Contudo, condutas das famílias foram percebidas como fatores que influenciam na qualidade do atendimento às vítimas. Podemos destacar atitudes como: a negação da violência sexual pela família; o abuso de álcool e drogas; a dependência financeira do agressor e outras formas de violência (abuso físico, psicológico e negligência) associadas ao abuso sexual no contexto familiar e comunitário (HABIGZANG et al., 2006)

Quando as famílias não estão envolvidas, os encaminhamentos não são cumpridos, o que também pode funcionar como um fator de risco para crianças e adolescentes, pois prejudica o trabalho dos profissionais da rede de apoio. Entre as atitudes da família que funcionam como fator de proteção para a criança e ao adolescente vítima de violência sexual e auxiliam a rede de apoio social em seu trabalho estão: a denúncia do abuso, o bom vínculo entre os familiares, o bom vínculo entre a mãe e os filhos e a rede de apoio social (HABIGZANG et al., 2006).

De Antoni e Koller (2001), ao relatarem uma experiência em um abrigo, destacam a importância de se ultrapassar os muros da instituição e promover uma interface com outras instituições na busca de uma prática cada vez mais eficaz de atendimento. Essa atitude pode ser fundamental para a ampliação do mesossistema, transformando ambientes do exossistema em ambientes que fazem parte do mesossistema, no qual as crianças e adolescentes atendidos possam circular, aumentando inclusive o acesso à rede de apoio social. Essa

experiência não é válida somente para acolhimento institucional, mas também para outros Serviços de atendimento, como no caso do PAEFI.

Segundo Habigzang (2008), o apoio social e afetivo recebido de pessoas e de órgãos de proteção considerados significativos pelas vítimas de violência sexual, juntamente com suas características pessoais e as características do abuso em si, vão influenciar nas consequências da violência para elas.

Quanto mais recursos a pessoa em desenvolvimento tem a seu favor para interagir com o ambiente, mais ela estará protegida de doenças e sintomas psicopatológicos e é aí que a rede de apoio social desempenha seu papel de suporte (BRONFENBRENNER, 1979/1996), pois os vínculos sociais e afetivos construídos nela podem auxiliar a pessoa na promoção de um desenvolvimento saudável, tornando-a resiliente, ou seja, com maior mobilidade de utilizar-se de estratégias eficazes para superar possíveis condições de adversidades vivenciadas durante a vida (BRITO; KOLLER, 1999).

Sluzki (1997) afirma que a vida social traz sentido à vida do indivíduo, pois a identidade positiva, construída a partir do autoconceito gerado pelo olhar do outro, é capaz de desencadear um sentimento de importância de sua existência, o que estimula práticas de cuidado de si, como, por exemplo, com a saúde própria.

Quando a revelação do abuso desencadeia uma reação negativa da família e de toda a rede social da criança sobre a qual, muitas vezes, recai a culpa do abuso, pode haver o surgimento de danos psicológicos secundários constituídos a partir da falta de apoio tanto da família quanto dos profissionais que deveriam apoiá-la (AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

Os sinais do abuso podem deixar consequências negativas para crianças e adolescentes que passam por essa experiência. Isso pode prejudicar a interação com outras pessoas, caracterizando um isolamento, e dificultar o processo de resiliência. O PAEFI, quando participa efetivamente da rede de apoio social e afetiva, pode ser importante agente na recuperação das vítimas da violência e dos seus familiares. Porém, para isso, ele depende do reconhecimento da criança como sendo parte de sua rede de apoio.

3 AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE EFETIVIDADE

As políticas públicas são ações voltadas para setores específicos da sociedade. Nesse caso, são implementadas e mantidas pelo governo por meio de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. As políticas sociais são ações que definem a redistribuição dos benefícios sociais, com o intuito de diminuir as desigualdades produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Em suma, é por meio das políticas sociais que o Estado demonstra seu padrão de proteção social (HÖFLING, 2001).

A avaliação de políticas públicas vem ganhando cada vez mais importância para gestores e pesquisadores, principalmente pela contribuição na oferta de subsídios, captação de recursos e administração destes (SILVA et al., 2004).

Para os especialistas, a avaliação de políticas e programas sociais é um procedimento estratégico que oferece transparência às ações públicas, democratiza o Estado e a sociedade civil, permite conhecer as políticas e o Estado em ação melhorando-as. Após uma avaliação, é possível, ainda, modificar, reformular e implementar as ações contidas nas políticas públicas (DRAIBE, 1997).

A avaliação de políticas e programas possui dois objetivos básicos: a avaliação de processos e a avaliação de impactos. Nesse sentido, a avaliação de processos possui como foco saber se o programa está sendo implementado conforme seus objetivos, diretrizes e prioridades e se seus produtos estão alcançando as metas previstas, com eficiência (GARCIA, 2001).

Com a avaliação da política, busca-se responder o quanto o programa em observação atingiu o objetivo proposto, considerando, é claro, o propósito esperado na política em questão. Tais propósitos possuem geralmente dois aspectos: gerar um produto físico, tangível e mensurável e gerar um impacto, que pode ser físico, tangível e mensurável e/ou subjetivo, alterando atitudes, comportamentos e opiniões. O desempenho da ação pública pode ser mensurado por meio do impacto que causa, ou seja, pelo alcance dos objetivos e propósitos (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).

Frequentemente, a avaliação de programas sociais está relacionada à avaliação de efetividade (capacidade de se promover resultados pretendidos), eficiência (competência para produzir resultados com menor custo) e eficácia (condições controladas e resultados desejados de experimentos) (MARINHO; FAÇANHA, 2001).

A avaliação de impacto de efetividade identifica os efeitos produzidos sobre uma população-alvo de um programa social. Busca verificar se as atividades previstas foram executadas e se os resultados finais esperados foram alcançados. Esse tipo de estudo procura detectar mudanças nas condições de vida do grupo-alvo ou da comunidade e em que medida essas mudanças ocorreram na direção esperada (COSTA; CASTANHAR, 2003).

A avaliação de impacto de efetividade procura demonstrar se a política ou o programa obteve sucesso comprovado e se os resultados ou mudanças observadas dependeram de suas ações, ou seja, se a presença do programa foi imprescindível à mudança observada (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).

Para investigar o impacto de efetividade do programa, recorre-se a mecanismos que permitam estabelecer relações causais entre as ações e os resultados finais alcançados pelo programa ou de alguma etapa dele (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Políticas com propósito de mudanças estão sujeitas a diversos tipos de resultados, como os indicados por Figueiredo e Figueiredo (1986):

- 1- o resultado esperado é alcançado;
- 2- um resultado não esperado é produzido, sendo, porém, positivo;
- 3- resultados do tipo (1) e/ou (2) ocorrem e são bons no ciclo de vida imediato, porém, negativo no médio ou longo prazo;
- 4- o resultado esperado é produzido no que diz respeito a cada membro da população-alvo, isto é, cada indivíduo melhora sua situação social; e a médio prazo, a categoria social a que estes indivíduos passam a pertencer piora;
- 5- o resultado esperado não é alcançado, e nenhum outro resultado é produzido;
- 6- um resultado não esperado ocorre, sendo, porém, negativo.

Segundo o autor acima citado, com base nesses resultados é possível avaliar o sucesso e o fracasso do programa. Os dois primeiros resultados, (1) e (2), contribuem genericamente para o sucesso, enquanto os dois últimos, (5) e (6), são parâmetros para aferição do fracasso. O resultado (3) dependerá do escopo da pesquisa de avaliação para indicar sucesso ou fracasso, e o resultado (4) é enigmático, pois pressupõe um conflito entre efeitos individuais e agregados.

Um programa pode produzir impactos objetivos, subjetivos e substantivos sobre seus usuários. Os impactos objetivos seriam os capazes de gerar mudanças quantitativas nas condições de vida da população alvo; os impactos subjetivos

podem alterar o “estado de espírito” da população, enquanto que os impactos substantivos podem acarretar uma mudança qualitativa nas condições de vida da população (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).

Ao avaliarmos o impacto de efetividade de um programa social, procuramos observar se foram produzidos efeitos sobre a população-alvo e os resultados foram alcançados. Assim, podemos dizer que um programa social que acompanha vítimas de violência sexual, para alcançar seus objetivos, deve participar da rede de apoio social e afetiva dos usuários, representando para eles um local de proteção. Dessa forma, como nosso objetivo é avaliar o PAEFI enquanto participante da rede de apoio social e afetiva de crianças vítimas de violência sexual, avaliaremos um aspecto da efetividade do Serviço.

4 TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano foi formulada por Urie Bronfenbrenner, um russo, criado nos Estados Unidos, que passou boa parte da infância acompanhando o trabalho de seu pai, um médico neuropatologista, Ph. D. e m zoologia que atuava em uma instituição estadual para pessoas consideradas “débeis mentais”. De acordo com Bronfenbrenner, seu pai o alertava constantemente para o funcionamento da natureza, destacava a interdependência funcional entre os organismos vivos e seu ambiente (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Mais tarde, aceitou o convite de um amigo, Alexander Leighton, para realizar estudos sobre saúde mental, iniciando pela costa francesa da Nova Escócia, depois, outros lugares da Europa, URSS, República Nacional da China e outros locais. A partir dessa experiência, começou a perceber que os diferentes ambientes produziam diferenças perceptíveis entre as sociedades e dentro delas. Percebia também que o processo de tornar humanos os seres humanos varia com o ambiente e a época em que ocorre (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

A partir dessas experiências e a percepção de que as políticas públicas têm o poder de afetar o bem-estar e o desenvolvimento dos seres humanos, Bronfenbrenner elaborou a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano e mais tarde de Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, quando os processos proximais passaram a ser o centro da teoria e o componente tempo passa a integrar o modelo desenvolvimental proposto anteriormente (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano formulada por Bronfenbrenner define o desenvolvimento humano como um fenômeno de continuidade e uma mudança duradoura nas características biopsicossociais do Ser humano (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998). Ele define ambiente ecológico como um conjunto de estruturas encaixadas comparando-o com um conjunto de bonecas russas. Neste sentido, o desenvolvimento envolve a interação entre pessoa e ambiente.

O modelo ecológico está embasado em alguns conceitos como o de ambiente ecológico que é composto por quatro sistemas. O primeiro é o microsistema, local com características físicas e materiais particulares, onde as pessoas interagem face a face constituindo vínculos. É o espaço físico onde ocorrem atividades, onde as pessoas desempenham papéis e se relacionam umas com as outras (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

No ambiente microssistêmico, a experiência tem um valor especial no desenvolvimento psicológico, pois é importante considerar como os elementos objetivos que o compõe são percebidos pela pessoa naquele ambiente e como ela atribui significado a eles (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Mesosistemas são os ambientes em que a pessoa em desenvolvimento participa diretamente, semelhante ao microsistema central, porém, seria a reunião de microsistemas, com a ocorrência das inter-relações entre eles (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Bronfenbrenner categorizou quatro tipos gerais de interconexões existentes entre microsistemas que formam o mesossistema. A primeira é a *Participação multiambiente*, que ocorre quando uma pessoa participa de atividades em mais de

um ambiente de forma sequencial. Esse tipo de interconexão também pode ser definido como uma rede social de *primeira ordem* entre os ambientes dos quais a pessoa participa. Um exemplo seria uma criança que divide seu tempo entre sua casa e a creche (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

A segunda forma de conexão é a *Ligação indireta*, que significa que uma mesma pessoa não participa ativamente de ambos os ambientes e depende de uma terceira pessoa, ou ainda mais pessoas, para formar um *vínculo intermediário* entre as pessoas dos dois ambientes (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

A terceira conexão são as *Comunicações Interambiente*, que consistem em mensagens transmitidas de um ambiente a outro com a intenção de comunicar algo às pessoas do outro ambiente. Como exemplos deste tipo de conexão, podemos citar as que ocorrem diretamente, através das interações face a face, de conversas telefônicas, de correspondência, outros tipos de mensagens escritas, entre outras (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Por último, podemos descrever a conexão do tipo *Conhecimento Interambiente*, que se refere à informação ou experiência que existe num ambiente a respeito do outro. Uma das maneiras de se obter esse tipo de conhecimento seria, por exemplo, por meio de livros (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Bronfenbrenner (1979/1996) destaca que toda vez que uma pessoa em desenvolvimento entra em um novo ambiente, ou muda o seu papel, dizemos que ocorreu uma *transição ecológica*. Essas transições podem ter um *vínculo solitário*, quando a pessoa não é acompanhada por outra de suas relações; pode ser *dual*, quando é acompanhada por outra pessoa de suas relações; ou ainda, pode ser chamada de *fragilmente vinculado*, quando o vínculo é indireto ou não existe

nenhum vínculo adicional. Dessa forma, Bronfenbrenner também destaca que o potencial desenvolvimental pode aumentar de acordo com a formação do vínculo, ou seja, quando uma pessoa entra em um novo ambiente acompanhada de outra ou outras que já participam com ela de outro ou outros ambientes.

Em relação à formação de vínculos, estes podem ser *primários*, quando a pessoa em desenvolvimento participa de mais de um ambiente; ou *suplementares*, quando existem pessoas que participam dos mesmos dois ambientes da pessoa em desenvolvimento. Um tipo de vínculo suplementar que auxilia o potencial desenvolvimental dos ambientes é o vínculo apoiador, ou seja, um vínculo não apoiador é desfavorável ao desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Dentre os fatores presentes nos ambientes que compõem o mesossistema que podem auxiliar o potencial desenvolvimental estão também: quando as exigências de papel nos diferentes ambientes são compatíveis e se papéis, atividades e díades em que a pessoa se envolve encorajam o desenvolvimento da confiança mútua; quando há uma orientação positiva, um consenso de objetivos entre os ambientes e um equilíbrio de poder em favor da pessoa em desenvolvimento; quando há uma função direta do número de ambientes estruturalmente diferentes e uma variedade de atividades conjuntas de díades primárias com pessoas mais maduras e experientes; quando os ambientes ocorrem em contextos culturais e subculturais diferentes entre si; quando a pessoa em desenvolvimento possui uma experiente participação em díades transculturais numa variedade de ambientes antes de ingressar num novo ambiente; quando há um canal de comunicação entre os ambientes; quando, antes da entrada em novos ambientes, as pessoas de ambos trocam informações relevantes para a transição e mantêm

essa troca continuamente; e quando as pessoas envolvidas em díades de atividade conjunta ou primárias em diferentes ambientes se envolvem em atividades conjuntas com todos os outros membros (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

O exossistema é formado pelos ambientes em que a pessoa não participa diretamente, mas que influenciam ou são influenciados pelos eventos ocorridos no micro e no mesossistema. Nesse sentido, o potencial desenvolvimental aumenta quando há vínculos diretos e indiretos com os ambientes de poder, por meio dos quais os participantes do ambiente original podem influenciar a destinação dos recursos e a tomada de decisões responsivas às necessidades da pessoa em desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

O macrosistema compõe o complexo de sistemas encaixados (micro, meso e exossistema) que envolvem as ideologias e organizações de instituições sociais presentes em uma cultura ou subcultura por onde circula a pessoa em desenvolvimento. Tais culturas ou subculturas são distintas ou ainda podem guardar semelhanças entre cada uma delas (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

As interações que ocorrem entre uma pessoa e o contexto alteram não somente este como a própria pessoa. As aproximações entre as pessoas e os elementos do contexto produzem cada vez mais interações, formando emaranhados cada vez mais complexos (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

A ênfase do desenvolvimento está no conteúdo dos processos psicológicos, ou seja, no que é percebido, nos sentimentos que desperta ou no conhecimento adquirido e como esse material se transforma na medida em que a interação ocorre entre uma pessoa e o ambiente. O autor também considera que

desenvolvimento é a capacidade da pessoa em descobrir, alterar e sustentar suas propriedades (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Na teoria Bioecológica, Bronfenbrenner enfatiza os processos proximais como sendo o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento humano. O processo proximal é o combustível para o desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER; EVANS, 2000). As interações devem ser recíprocas, partindo de estados elementares para estados cada vez mais complexos de atividades, com pessoas, objetos e símbolos presentes no ambiente (CECCONELLO; KOLLER, 2003) e com interações que devem ocorrer por longos períodos de tempo para se tornarem eficazes (BRONFENBRENNER; CECCI, 1994).

É por meio dos processos proximais que os potenciais genéticos são atualizados para um funcionamento psicológico efetivo. Os processos proximais permitem que o genótipo se transforme em fenótipo, por meio de um processo psicológico ativo expresso por um padrão seletivo de atenção, ação e reação. O potencial genético herdado se manifestará em fenótipo de acordo com a intensidade dos processos proximais (BRONFENBRENNER; CECCI, 1994).

Presume-se que os processos proximais, quando enfatizados, conduzem a um tipo particular de resultado no desenvolvimento, indicando um potencial para: percepção e resposta diferenciada; controle do próprio comportamento; estratégias eficazes de enfrentamento do estresse; aquisição de conhecimento e habilidade; elaboração e manutenção de relações mutuamente gratificantes e modificação e construção do próprio ambiente físico, social e simbólico (BRONFENBRENNER; CECCI, 1994).

Os processos proximais podem produzir competências ou disfunções. As competências direcionam o desenvolvimento a uma evolução de habilidades e capacidade de conduzir e direcionar o comportamento (intelectual, físico, socioemocional, motivacional e artístico) de forma isolada ou combinada, enquanto que as disfunções decorrem de dificuldades em manter o controle dos comportamentos (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Bronfenbrenner e Ceci (1994) destacam que potenciais de desenvolvimento inatos que se apresentam como características latentes podem tornar-se manifestos aumentando sua exposição a processos proximais no ambiente por meio de políticas e programas sociais que podem proporcionar recursos para que os processos sejam mais eficazes.

O ponto de partida para o surgimento de um processo proximal é a ocorrência de uma atividade molar. Uma atividade molar é um comportamento continuado, dotado de movimento e impulso, o qual é percebido como tendo significado pela pessoa em desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

As atividades molares persistem no tempo devido ao interesse da pessoa em envolver-se nelas; podem variar no grau de complexidade em relação à perspectiva temporal e aos objetivos a que se destinam. Em relação ao tempo, depende de como é percebida, se com efeitos no momento imediato ou se com efeitos mais amplos estendendo-se ao passado e futuro. Quanto ao objetivo, depende se é percebida como um único curso para alcançá-lo ou se possui subobjetivos antes de chegar ao objetivo final (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Outro aspecto das atividades molares envolve relações com objetos, pessoas e eventos não concretos no ambiente imediato, como uma expansão do mundo

fenomenológico da pessoa para além do acontecimento imediato (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

As atividades molares podem ser executadas isoladamente ou em companhia de uma ou mais pessoas. Quando realizadas na companhia de uma outra pessoa, é denominada *diádica*, quando em interação com mais pessoas, é definida no sistema ecológico como sistema $N+2$ (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

As díades são formadas sempre que duas pessoas prestam atenção nas atividades umas das outras ou as praticam conjuntamente. É a partir da díade que é possível se constituir relações mais e mais complexas, como tríades, tétrades e assim sucessivamente (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

A díade pode assumir três formas funcionais: a *díade observacional*, que ocorre quando uma pessoa está prestando atenção na atividade praticada por outra; a *díade de atividade conjunta*, quando duas pessoas participam juntas de uma mesma atividade, e a *díade primária*, que continua a ocorrer para ambos os participantes mesmo quando não estão juntos no mesmo ambiente (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

As díades podem ocorrer simultaneamente ou separadamente e qualquer relação diádica possui propriedades como: *reciprocidade*, *equilíbrio de poder* e *relação afetiva*, sendo que na díade conjunta tais propriedades são experienciadas de forma muito mais intensa (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Nesse sentido, *reciprocidade* seria a influência de A sobre B e vice-versa, enquanto *equilíbrio de poder* seria a influência maior por parte de um participante da díade se tornando ótimo quando o equilíbrio se altera em favor da pessoa em desenvolvimento. Já a *relação afetiva* é o provável desenvolvimento de

sentimentos na ocorrência de uma relação diádica, sendo estes positivos, negativos, ambivalentes ou assimétricos (quando A gosta de B, mas B não gosta de A) (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Em relação ao tipo de interação $N + 2$, é levada em consideração a influência indireta de terceiras pessoas sobre a interação entre os membros formadores da díade. Esse fenômeno é conhecido como *efeito de segunda ordem*. O relacionamento diádico com terceiras pessoas irá influenciar o potencial desenvolvimental da díade original. Se as terceiras pessoas apoiam as atividades desenvolvimentais da díade, o potencial desenvolvimental é aumentado envolvendo sentimentos mutuamente positivos. No entanto, se as terceiras pessoas exercem algum antagonismo, ou desencorajam as atividades desenvolvimentais em relação à díade primária, o potencial desenvolvimental diminui (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

De acordo com Bronfenbrenner e Ceci (1994), o desenvolvimento é produzido pela forma, pela força, pelo conteúdo e pela direção dos processos proximais, que variam sistematicamente como uma função conjunta das características da pessoa em desenvolvimento, do ambiente (tanto imediato como mais remoto). É produzido também pelas contínuas mudanças sociais que ocorrem ao longo do tempo através do curso de vida e do período histórico que a pessoa tenha vivido (BRONFENBRENNER; EVANS, 2000).

Ambientes caóticos também podem interferir nos processos proximais que geram competências e produzir disfunções nos processos proximais. Problemas familiares como doença ou morte de um familiar ou amigo, perda do emprego, problemas com a justiça, separação na família, entre outros, podem causar

estresse psicológico capaz de interferir nas relações da pessoa em desenvolvimento (BRONFENBRENNER; EVANS, 2000).

O desenvolvimento intelectual, emocional, social e moral do ser humano, seja ele adulto ou criança, requer a mesma coisa: a participação ativa e progressiva com interações recíprocas cada vez mais complexas com uma pessoa com quem a pessoa em desenvolvimento mantenha um apego mútuo. Ao longo do tempo, essas pessoas devem se tornar comprometidas umas com as outras para o desenvolvimento e bem-estar ao longo da vida (BRONFENBRENNER; EVANS, 2000).

As características pessoais são produtoras e produto do desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER, 1999). São o resultado dos traços biopsicológicos da pessoa em desenvolvimento em interação com o ambiente.

Dessa forma, as características pessoais são qualificadas em três tipos: características de disposição, de recurso e de demanda (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

As características de disposição seriam aquelas manifestadas nos comportamentos da pessoa em desenvolvimento capazes de motivar e sustentar ou de interferir e inibir o surgimento dos processos proximais. Assim, as características de disposição são subdivididas em características generativas ou inibidoras (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

As características inibidoras são as que estabelecem uma dificuldade para a pessoa se envolver em processos proximais. Dentre elas estão: impulsividade, explosividade, distração, agressividade, dificuldade em manter o controle sobre as emoções e o comportamento, apatia, irresponsabilidade, falta de interesse pelo

seu ambiente, sentimentos de insegurança (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

As características generativas, por outro lado, estão relacionadas à capacidade que a pessoa tem de se relacionar, de participar de atividades com outras pessoas ou mesmo sozinha. Envolve um comportamento ativo e curioso no ambiente (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Essa orientação ativa ao longo da vida pode se manifestar de três formas: por meio da *responsividade seletiva*, que envolve múltiplas respostas e formas de exploração de ambiente físico e social; por meio da capacidade de se envolver e persistir em atividades progressivamente mais complexas, como elaborar, estruturar e criar recursos no ambiente físico, social e simbólico. A última forma seria a capacidade ativa da criança de lidar e conceitualizar suas experiências à medida que se torna mais velha, além de lidar ativamente com um sistema de crenças a respeito de si mesma e do ambiente. No Modelo Bioecológico, isso não seria uma característica autossuficiente da pessoa, mas uma disposição em direção à interação com o ambiente com intuito de gerar sucessivos níveis de avanço em seu desenvolvimento (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Em relação às características de recurso, estas não envolvem disposições seletivas para a ação, mas referem-se aos componentes biopsicológicos passivos ou ativos capazes de influenciar o organismo a se engajar em processos proximais (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

A primeira categoria pode limitar ou impedir o funcionamento integral do organismo, dificultando o engajamento em processos proximais. Como exemplos, temos: deficiências genéticas, baixo peso ao nascer, deficiências físicas, doenças

graves e persistentes, deficiências mentais. As qualidades referem-se a habilidades, conhecimentos e experiências que aumentam os domínios nos quais os processos proximais podem operar construtivamente, ou seja, operar em padrões cada vez mais complexos de interação (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

As características de demanda são as características que atraem ou desencorajam os relacionamentos sociais, podendo atrapalhar ou promover o desenvolvimento psicológico. Entre elas, podemos exemplificar uma atrativa aparência física ou não atrativa; hiperatividade e passividade nos relacionamentos (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Revisando a teoria ecológica que privilegia o processo, a pessoa e o contexto, Bronfenbrenner inclui o conceito de tempo. O tempo possui influência direta no desenvolvimento humano, então, com base nesse desenvolvimento e as mudanças que ele acarreta, foi elaborado o conceito de cronossistema, que traz consigo a conexão entre pessoa, contexto e processos proximais ao longo do tempo. Essas interações possuem um efeito cumulativo nos processos de desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER, 1986).

Com o conceito de tempo, é possível perceber as continuidades e discontinuidades de acontecimentos ao longo da vida. O tempo é dividido em microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo está relacionado às continuidades e descontinuidade nos processos proximais ocorridos nas atividades diárias. O mesotempo refere-se a eventos ou atividades que ocorrem em intervalos de tempo maiores, como dias, semanas ou meses; e o macrotempo

focaliza fatos e acontecimentos que dependem de um ciclo de vida ou de gerações para ocorrer (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

5 METODOLOGIA

5.1 PARTICIPANTES

Os participantes deste estudo são duas crianças que passaram pela experiência de abuso sexual extrafamiliar. A menina foi inserida no Serviço em abril de 2010 com 11 anos de idade. O menino foi inserido em maio de 2010 com 10 anos de idade. Participaram também da pesquisa os pais e as mães das crianças, a Psicóloga e a Assistente Social que acompanharam as crianças no Serviço, pois a avaliação foi realizada a partir do atendimento psicológico e social.

Para a manutenção do sigilo, todos os participantes receberam nomes fictícios.

Trata-se de um estudo de casos múltiplos no qual é acompanhada a lógica da replicação literal, com previsão dos mesmos resultados para cada um dos casos, ou a replicação teórica, com resultados contrastantes por motivos previsíveis (YIN, 2010). No nosso caso, a lógica da replicação foi a literal, porque não nos interessava utilizar abordagens teóricas distintas, o que caracterizaria o estudo do tipo replicação teórica. Vale ressaltar também que, no caso de termos escolhidos dois casos, nosso objetivo não foi de detectar um “efeito” no caso da participação no Serviço PAEFI na vida das crianças, mas o de verificar por mais de um caso como este serviço compõe a rede de apoio das crianças que nele são atendidas. Ou seja, os casos foram escolhidos a partir da condição de inserção dos participantes no Serviço e de suas idades. Assim, afirma Yin (2010, p. 81) “como

a lógica da amostragem não deve ser usada [nos estudos de casos múltiplos], os critérios típicos relacionados ao tamanho da amostra também são irrelevantes”.

5.2 INSERÇÃO ECOLÓGICA

Foi utilizada na coleta de dados uma metodologia proposta por Cecconello e Koller em 2003, a Inserção Ecológica. Esta é uma proposta que envolve os quatro aspectos do modelo bioecológico (pessoa, processo, contexto e tempo).

A ênfase do método está em estudar os processos de interação entre as pessoas (processos proximais) no contexto em que estão ocorrendo. De acordo com Cecconello e Koller (2003), o processo proximal ocorre com a interação entre todos os envolvidos, pesquisadores, participantes, objetos e símbolos presentes num contexto imediato, sendo o processo proximal o foco da investigação da Inserção Ecológica no contexto.

Essa metodologia permite o compartilhamento de informações que podem dividir experiências individuais, sentimentos e observações, gerando processos proximais dentro da própria equipe de pesquisa (PRATI et al., 2008).

Na Inserção Ecológica, as interações entre pessoa e contexto ocorrem não somente entre participantes, mas também entre os pesquisadores que fazem parte dela com a mesma importância, alterando seus processos num campo comum de desenvolvimento (PRATI et al., 2008).

Os pesquisadores devem trabalhar ao longo do tempo acompanhando as alterações nos processos de desenvolvimento de todos os envolvidos no contexto

explorado pela pesquisa. Para que a Inserção Ecológica ocorra, é preciso que os pesquisadores se envolvam no contexto. O procedimento de coleta de dados envolve observar as pessoas, os objetos e símbolos do contexto para relacioná-los (PRATI et al., 2008).

Cecconello e Koller (2003) descrevem requisitos para ocorrência de processos proximais em uma pesquisa que utiliza a Inserção Ecológica. Para eles, pesquisadores e participantes devem se engajar numa tarefa comum; devem ocorrer diversos encontros durante um período de tempo, que progredirão para conversas informais com temas complexos com duração aproximada de uma hora; os pontos levantados devem estar direta ou indiretamente relacionados ao objeto de estudo e as entrevistas devem instigar a participação ativa do entrevistado, explorando sua história de vida e como ele se relaciona com o processo de desenvolvimento dentro do contexto em estudo.

A coleta de dados compõe-se de: conversas informais, entrevistas, fotografias, diários de campo, observação durante os encontros e testes psicológicos (PRATI et al., 2008), porém, neste estudo serão utilizados apenas as conversas informais, entrevistas não estruturadas, diário de campo e a observação.

Para que a coleta ocorra de forma satisfatória, os pesquisadores devem combinar previamente com os participantes, as atividades, o tempo de duração, a necessidade de envolvimento, os riscos, as consequências da pesquisa e a devolução dos dados encontrados (PRATI et al., 2008).

É importante o tempo de Inserção Ecológica ser planejado para que acompanhe um período anterior ao acontecimento em que se objetiva estudar e também um tempo posterior a ele. Em alguns casos, não é possível acompanhar o

participante no período anterior (PRATI et al., 2008), como no caso definido pela presente pesquisa, em que se acompanhou o desenvolvimento de crianças vítimas de violência sexual que passaram a frequentar o Serviço de Proteção Social.

O tempo de duração da pesquisa, utilizando-se esse método, depende do objetivo e do foco a ser estudado. Deve ser suficiente e regular para acompanhar o processo de desenvolvimento e ocorrer num tempo ótimo para abranger situações que possam desencadear uma evolução (PRATI et al., 2008). Nessa pesquisa, o tempo de Inserção Ecológica previsto foi de seis meses, no entanto, devido à necessidade da inserção de participantes com idade entre 10 e 12 anos, como traçado no projeto de pesquisa, esta contou com 10 meses de Inserção Ecológica.

5.3 INSTRUMENTOS

5.3.1 Análise de Prontuários

Foi realizada a análise de prontuários (ANEXO C) com vista à obtenção de dados relacionados ao participante tais como: identificação do participante, histórico familiar, dados relacionados ao abuso, inserção no Programa, acompanhamento psicossocial, participação em outros programas sociais, situação de saúde e situação no contexto judicial. Esses dados permitiram a obtenção de informações complementares que auxiliaram na apresentação dos casos estudados.

5.3.2 Entrevista

Foi utilizada uma entrevista não estruturada como instrumento com os acompanhantes das crianças e com os profissionais (Psicólogo e Assistente Social). Logo após o ingresso da criança no PAEFI, na entrevista com o acompanhante a questão norteadora foi: “Por que você trouxe a criança para ser acompanhada por este Serviço?”.

Ao final do período de Inserção Ecológica, a entrevista com o acompanhante foi norteadora pela questão: “Você observa alguma diferença ao comparar a criança antes e depois dos atendimentos, em casa, com os amigos, na escola e em outros lugares?”. Sendo complementada com foco no relacionamento da criança com os profissionais e a importância do acompanhamento da criança pelo Serviço.

Com os profissionais, tanto ao início quanto ao final do período de Inserção Ecológica da pesquisadora, a questão norteadora das entrevistas foi: “Fale sobre a sua percepção a respeito da criança ‘x’”. Porém, na primeira entrevista, foram levantados tópicos relacionados à interação inicial entre criança-profissional e, ao final da Inserção Ecológica, na segunda entrevista, foi focado o relacionamento criança-profissional e a interação da criança com o ambiente do Serviço.

Ao final da coleta de dados, na segunda aplicação do Mapa dos Cinco Campos, também foi realizada uma entrevista complementar com as crianças. As perguntas relacionavam-se ao ambiente, às pessoas e ao tempo decorrido nos atendimentos. O objetivo da entrevista foi coletar elementos para uma melhor compreensão das percepções da criança a respeito do PAEFI.

Os participantes foram consultados a respeito da gravação em áudio das entrevistas.

5.3.3 Diário de Campo

O diário de campo foi executado com base nas instruções contidas no trabalho de Moraes (2008). Consistiu no registro das percepções, impressões e fatos presenciados durante o período de Inserção Ecológica, além do conteúdo das conversas informais. A redação contemplou os dados relacionados às variáveis da pessoa, do processo, do contexto e do tempo relacionados ao objeto de estudo. A cada visita ao PAEFI foi realizado um registro detalhado das situações, percepções e sentimentos vivenciados no dia. Logo após a visita, o registro do diário de campo foi revisado para que se esclarecesse o que foi impressão e o que foram comentários. O foco das observações contidas nos registros foi o objeto da pesquisa, ou seja, a avaliação do PAEFI com base na sua participação na rede de apoio social e afetiva das crianças baseada na percepção destas. Dessa forma, foi observada a frequência da criança ao PAEFI, o comportamento e relacionamento da criança e de seu acompanhante em relação ao ambiente e as interações da criança e do acompanhante com os profissionais. A importância dessa observação foi constatada pela relevância de seu conteúdo no momento da análise dos dados. As informações nelas contidas ofereceram elementos para avaliar de que maneira esses relacionamentos interferiram na percepção da criança em relação ao Serviço como participante de sua rede de apoio social e afetiva.

5.3.4 Mapa dos Cinco Campos

Outro instrumento utilizado foi o Mapa dos Cinco Campos (ANEXO D), que consiste em seis círculos concêntricos divididos em cinco setores: Família, Parentes, Amigos, Escola e Contatos Formais. Os seis círculos concêntricos do Mapa representam os níveis de proximidade que uma pessoa tem com o participante que se localiza no centro. No instrumento original, era solicitado ao participante que desenhasse por meio de símbolos, no Mapa em branco, no círculo mais próximo ao centro, as pessoas que considerava mais importantes, as menos importantes deviam ficar localizadas no quarto círculo e as pessoas com as quais possuía um relacionamento negativo deviam ficar no círculo mais externo (SAMUELSSON; THERNLUND; RINGSTRÖN, 1996).

Neste estudo, adotamos o Mapa dos Cinco Campos, adaptado por Hoppe em 1998, que consiste em um quadro de feltro no qual são fixadas com velcro, e não desenhadas, figuras que representam adultos, adolescentes e crianças dos dois sexos, com tamanhos e cores diferentes. O Mapa continuou com seis círculos concêntricos, que representam os níveis de proximidade com o participante que se localiza no centro. Contudo, os círculos foram divididos da seguinte forma: o primeiro e o segundo círculos mais próximos representam as relações mais próximas, o terceiro e o quarto círculos correspondem às relações mais distantes, e o último círculo, mais afastado do centro, representa as relações mais insatisfatórias ou negativas. O Mapa está subdividido em cinco campos, Família, Amigos, Parentes, Escola e Outras relações (SIQUEIRA, 2006).

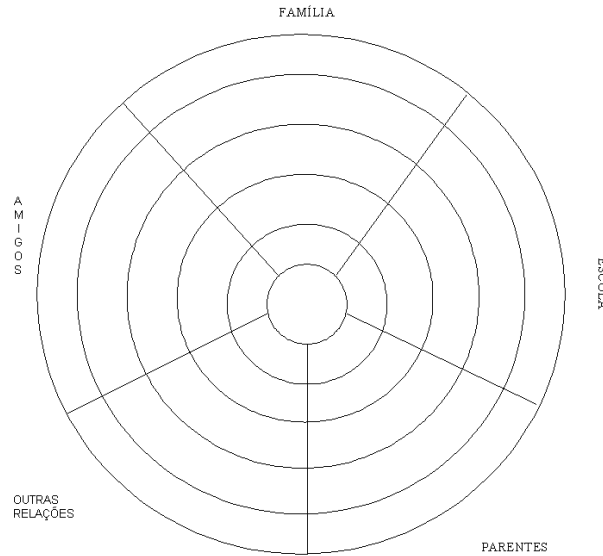


Figura 1 – Mapa dos Cinco Campos (SAMUELSSON; THERLUND; RINGSTRÖN, 1996, adaptado por HOPE, 1998).

Na utilização deste instrumento, o participante é solicitado a colocar as pessoas que fazem parte da sua vida em cada um dos campos, obedecendo à satisfação no relacionamento, de forma que as pessoas que despertam afeto positivo são colocadas mais próximas ao centro e as que despertam afeto negativo, são localizadas mais afastadas do centro. Foi observada ainda a presença de conflitos e rompimentos em cada contato e em cada campo (SIQUEIRA, 2006).

Foi acrescentada na aplicação do Mapa uma questão que investigava se a criança recebia ajuda quando precisava das pessoas representadas ou se costumava ajudá-las quando estas precisavam.

O Mapa dos Cinco Campos permite avaliar a estrutura e a função da rede de apoio de crianças, adolescentes e adultos observando a quantidade e a qualidade dos vínculos estabelecidos na rede.

6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

No tratamento dos dados, foi realizada uma análise de conteúdo seguindo-se as fases: pré-análise; a exploração do material; tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação. As categorias de análise foram construídas a *posteriori*. A análise de conteúdo possui como objeto a fala, buscando compreender o que o sujeito fala e em que contexto é falado, trabalhando a palavra e suas significações. Extraí-se a mensagem da fala para conhecer variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, entre outras (BARDIN, 1977).

A análise de prontuário foi realizada por meio do preenchimento de um roteiro para uma melhor organização e visualização dos dados obtidos, que auxiliaram nas informações acerca do microsistema e do mesossistema dos quais a criança participa.

É possível avaliar o Mapa dos Cinco Campos pelo:

- 1- número total de pessoas por nível de proximidade;
- 2- por Campo;
- 3- em toda a rede.

A qualidade dos vínculos é avaliada segundo:

- 1- a disposição das pessoas nos círculos adjacentes ao centro;
- 2- frequência e média das relações caracterizadas por conflitos e rompimentos;

3- qualidade da relação com as figuras parentais;

4- fator de proximidade por campo total.

O fator de proximidade seria uma variável que representa o grau de vínculo do participante com o número de pessoas representadas no Mapa, sendo medido por meio da localização das pessoas em relação ao círculo central, no qual está o participante.

O cálculo desse score é realizado multiplicando o número de pessoas localizadas no primeiro nível por oito; no segundo nível por quatro; no terceiro nível por dois; no quarto nível por um; e no quinto nível por zero. A soma do cálculo é dividida pelo número total de pessoas citadas no campo, para a média de proximidade no campo e pelo número total de pessoas citadas no Mapa, para a média de proximidade no Mapa.

No entanto, considerando o caráter qualitativo dessa pesquisa, o Mapa foi avaliado por meio da disposição das pessoas nos círculos adjacentes ao centro; qualidade da relação com as figuras parentais; diferença no número de pessoas representadas nas duas aplicações e pela qualidade nas relações com as demais pessoas.

7 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Entramos em contato com a Gerente de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social do município e foi agendado um momento para a apresentação do projeto de pesquisa. Nessa ocasião, ficou acordado que a Gerente passaria as informações à Secretária, que assinaria a autorização (ANEXO A) necessária para enviar ao Comitê de Ética da Ufes. Após a autorização do Comitê de Ética, retornamos nosso contato com a Secretaria e fomos apresentados à Psicóloga do Serviço. Esta informou que estava entrando de licença maternidade e por isso não poderia participar da pesquisa. Então ela nos apresentou à Assistente Social, que demonstrou resistência em participar da pesquisa. Logo após esse dia, a Assistente Social entrou de licença devido a problemas de ordem pessoal e em seguida também se desligou do Serviço. Passados alguns dias, contatei novamente o Serviço e uma nova Assistente Social já havia assumido a função e, logo em seguida, uma nova Psicóloga também foi contratada. Dessa forma, pude apresentar meu projeto e iniciar a pesquisa.

Como estratégia de garantia da participação de três sujeitos após seis meses de inserção no PAEFI, propusemos o acompanhamento de seis crianças que atendessem aos nossos critérios. Para participar da pesquisa era preciso ter entre 10 e 12 anos, este critério foi utilizado para evitar possíveis dificuldades na utilização do mapa com crianças mais novas. Além disso, como pretendíamos observar a participação na rede de apoio social e afetiva de crianças, utilizamos

como critério a idade máxima de 12 anos, como estipulado pelo artigo segundo do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Caso não houvesse evasão das crianças nesse período, todas que permanecessem no Serviço seriam acompanhadas até a última etapa prevista no estudo. Contudo, para análise dos dados, seriam escolhidas três crianças por meio de sorteio.

Em visita ao Serviço, as técnicas me relataram a história de algumas crianças para que eu pudesse selecionar as que se encaixavam no perfil da pesquisa. Dentre as histórias apresentadas, foram selecionadas três crianças, Mariana, Miguel e Luana, pois eram as únicas que atendiam o critério de idade.

O tempo de Inserção Ecológica na coleta de dados foi dividido de forma que, no início, foi realizada a entrevista com os responsáveis que acompanhavam as crianças no momento de inserção no Serviço e aplicação do Mapa dos Cinco Campos nas crianças. Anteriormente à aplicação do Mapa, foi realizado um *rapport* com as crianças buscando informações sobre elas e explicando como se daria o procedimento de execução do instrumento.

Realizamos também as entrevistas sobre a percepção dos profissionais em relação às crianças. Concomitante ao uso desses instrumentos e até o final da Inserção Ecológica, foi realizado o registro do diário de campo e das conversas informais.

Inicialmente foram entrevistados os pais de Mariana, foi explicado sobre a pesquisa e se obteve o termo de consentimento (ANEXO B). Em seguida, foram entrevistadas as técnicas separadamente e, por último, ocorreu a aplicação do Mapa dos Cinco Campos em Mariana, que também assinou um termo de

assentimento (ANEXO B). Os mesmos procedimentos foram adotados no caso de Miguel, contudo, apenas seu pai foi entrevistado inicialmente.

A partir de então, passamos a frequentar o Serviço nos dias em que as crianças eram atendidas para observar a interação delas com o ambiente e as pessoas.

Com o decorrer do tempo, não foi possível incluir outros participantes devido ao limite imposto pelo tempo da pesquisa na qual era previsto um acompanhamento de seis meses de cada participante.

Luana não continuou a ser atendida pelo Serviço devido a uma decisão da Vara de Infância e Juventude do município que apontava desconfiança na versão do abuso, tanto no relato da mãe quanto no relato da menina. Por esse motivo, a participante foi excluída da pesquisa.

Ao final da Inserção Ecológica, foi aplicado novamente o Mapa dos Cinco Campos. Tanto as crianças quanto os profissionais responderam ao Mapa, sendo que os profissionais voltaram a ser entrevistados sobre suas percepções acerca das crianças acompanhadas pelo PAEFI. Nas entrevistas finais com os responsáveis, participaram a mãe de Mariana e a mãe de Miguel, pois estas passaram a ser as únicas responsáveis que acompanhavam as crianças ao Serviço.

Com a aplicação do Mapa em dois momentos, foi possível comparar e observar possíveis mudanças na rede de apoio social e afetiva da criança, inclusive em relação ao Serviço, observando se a criança indicou pessoas que nele trabalham entre as que passaram a fazer parte de sua rede de apoio.

Na última aplicação do Mapa, foi realizada uma entrevista com as crianças. Caso a criança não incluísse o Serviço, era feita uma sugestão para saber se ela

gostaria de incluí-lo no campo “outras relações”, procurando investigar qual o motivo para que o Serviço não tivesse aparecido de forma espontânea.

Na aplicação realizada com os profissionais do PAEFI, foi solicitado que os mesmos remontassem o Mapa das crianças após os seis meses de acompanhamento. Com esse procedimento, pretendeu-se observar se os profissionais conseguiam perceber quais atores compunham a rede de apoio social e afetiva das crianças e se eles se incluíam nela.

8 RESULTADOS

Para o tratamento dos dados, foi realizada a análise de dados na qual as seguintes categorias, para cada caso, foram elencadas: Microsistema familiar; Interações entre os microsistemas familiar e PAEFI; Mesossistema e Microsistema PAEFI.

8.1 HISTÓRIA DE MIGUEL

Miguel é um menino nascido em abril de 2000, portanto, está com 11 anos. Miguel é o mais novo de uma família de três filhos. Suas irmãs mais velhas possuem 12 e 13 anos, respectivamente. É filho de Ricardo, 53 anos, e Lia, 31 anos.

De acordo com informações da família, desde bebê de colo sofre de constipação intestinal, motivo pelo qual sempre é levado ao Hospital das Clínicas para realizar lavagem intestinal, pois não consegue evacuar normalmente. No hospital, segundo informações coletadas pelas Técnicas do Serviço com o pai da criança, recebe acompanhamento médico de diversas especialidades, tais como pediatria e gastroenterologia.

De acordo com o pai e informações recebidas pelo Programa de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual – PAVIVIS, Miguel passou por uma situação de violência sexual por parte dos colegas da escola em que estudou em 2009, quando ainda tinha nove anos. O fato foi revelado no hospital, durante um

atendimento no mês de dezembro de 2009. A equipe que o atendeu percebeu alterações em sua região anal e, após isso, o menino foi encaminhado ao PAVIVIS (Serviço que funcionava anexo ao Hospital), à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA, onde foi realizado o boletim de ocorrência, e ao Instituto Médico Legal – IML, onde Miguel não permitiu que o médico o examinasse.

O PAVIVIS então encaminhou Miguel para o PAEFI do município onde mora para receber atendimento psicossocial.

Após ser incluso no Serviço, Miguel, assim como a maior parte das crianças, tinha seu acompanhamento psicológico agendado uma vez por mês. Essa frequência foi alterada para uma vez por semana no momento em que a equipe foi ampliada, no mês de julho, passando a contar com mais uma Psicóloga e mais uma Assistente Social. Dessa forma, o menino participou de 17 atendimentos para 22 agendamentos durante os seis meses de pesquisa.

Abaixo é possível visualizar a configuração dos Mapas representados por Miguel no início e ao final da pesquisa.

Primeiro Mapa

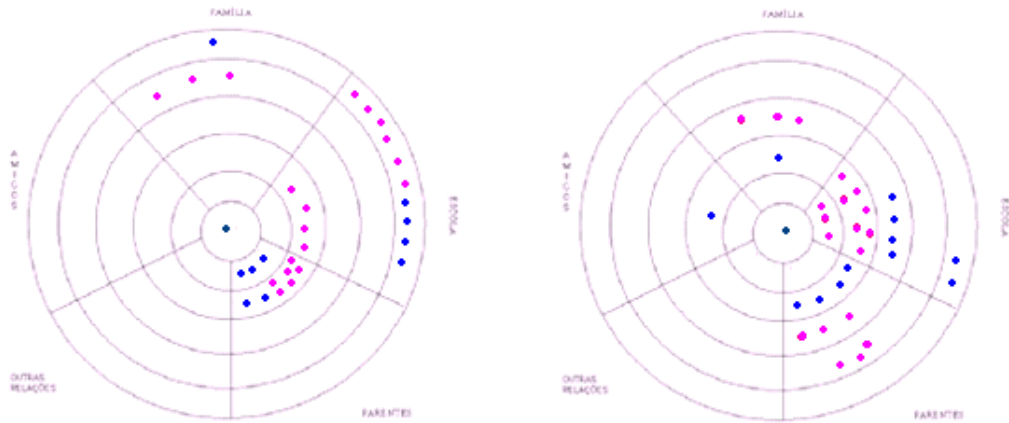
Idade: 10 anos.

Data de aplicação: 12 de julho de 2010.

Segundo Mapa

Idade: 11 anos.

Data da aplicação: 20 de janeiro de 2011.



Legenda

- Miguel
- Pessoas do sexo masculino
- Pessoas do sexo feminino

Figura 1. Mapas representados por Miguel.

Número total de pessoas por Campo:

Família: 4

Parentes: 11

Escola: 14

Amigos: 0

Outras relações: 0

Família: 4

Parentes: 10

Escola: 16

Amigos: 1

Outras relações: 0

Tabela 1: Pessoas representadas no primeiro Mapa de Miguel.

Campo	Pessoas indicadas	Nível
Família	Mãe e Irmãs	4º
	Pai	5º
Parentes	Dois tios e um primo	1º
	Um tio, três tias, um primo e três primas	2º
Escola	Quatro colegas meninas	2º
	Seis colegas meninas e quatro colegas meninos	5º

Tabela 2: Pessoas representadas no segundo Mapa de Miguel.

Campo	Pessoas indicadas	Nível
Família	Pai	2º
	Mãe e irmãs	3º
Parentes	Avô e três tios	2º
	Três primas	3º
	três tias	4º
Escola	Coordenadora, diretora e uma professora	1º
	Sete colegas meninas	2º
	Quatro colegas meninos	3º
	Dois colegas meninos	5º
Amigos	Um menino	2º

8.1.1 Microssistema familiar

Miguel está inserido num microssistema familiar composto por cinco pessoas: ele, a mãe, o pai e duas irmãs mais velhas.

8.1.1.1 Relato do Pai

O Sr. Ricardo é um homem de figura séria, possui uma deficiência auditiva, o que dificulta a sua comunicação com outras pessoas. Em entrevista relata sua maneira de educar os filhos: “[...] *na minha casa não vai nenhum amigo de Miguel e nenhuma amiga das minhas crianças também. Porque na minha casa eu não aceito pessoas estranhas. É do colégio para casa. A noite, depois que chegou em casa, vamos à igreja... na igreja não brincam com ninguém... chegou do colégio vai pra dentro de casa, a minha casa é toda murada*”.

Quando perguntado pela esposa, se esta participa da educação das crianças, ele diz: “*Todos três são educados por mim. Porque a mãe deles realmente gosta mais é de assistir televisão. Então, eu que tenho que corrigir, o que está errado e o que está certo*”.

Quanto ao relacionamento entre a mãe e Miguel, o Sr. Ricardo diz: “*Ela é uma pessoa um pouco nervosa, mas nós estamos pelejando pela fé para que possa melhorar*”.

Também durante a entrevista, o pai fala sobre o relacionamento de Miguel dentro de casa: “*Em casa ele tem mais liberdade. Todas as três crianças minhas, tanto ele quanto as duas meninas, em casa tem mais liberdade*”.

Em seguida, o Sr. Ricardo comenta sobre uma de suas filhas que tem um comportamento semelhante ao de Miguel, pois a menina, assim como o irmão, não costuma conversar com as pessoas fora do ambiente de sua casa: *“Tem uma criança minha que estuda na APAE. Ela estuda de manhã no colégio da prefeitura e à tarde na APAE. Porque ela não fala com ninguém. Se ela chegar aqui na sala, ela não abre a boca pra falar nada. Ela abaixa a cabeça e não fala nada. Tem vez que colégio a professora dela diz que ela faz o dever todo bunitinho do quadro, mas não conversa com a professora, nem na APAE, nem na escola comum. Por causa disso ela faz acompanhamento na APAE”*.

8.1.1.2 Relato da mãe

Lia, em conversa com a Assistente Social do Serviço, durante uma visita domiciliar, contou que viveu a sua infância sob os cuidados de seus padrinhos,. Ela já havia passado por uma situação de violência sexual na infância e já havia se relacionado sexualmente com um namorado quando solteira. Esse último fato fez com que seus padrinhos exigissem o seu casamento com o Sr. Ricardo, homem praticamente desconhecido por ela.

Lia conta que, quando se casou, o Sr. Ricardo era um homem violento que bebia muito e, em decorrência disso, fugiu de casa por três vezes deixando os filhos sob os cuidados dele. Contudo, sempre retornava, principalmente devido aos problemas de saúde do seu filho Miguel, que necessitava de seu auxílio.

Após os seis meses de acompanhamento, a mãe de Miguel foi entrevistada, pois ela era quem acompanhava o menino aos atendimentos. A Sr.^a Lia fala um pouco sobre as relações familiares e conta: “Miguel *responde mal o pai dele*”. Segundo a mãe, atualmente Miguel está mais “malcriado” do que há um tempo e conta sobre como costumava educar o filho: “*Eu sempre corrigia ele, colocava de castigo quando eu morava no outro município, mas, o meu marido tirava ele do castigo e ficava alisando a cabeça do menino. É por isso que o meu filho responde ele*”. Quanto à reação do marido, ela relata: “*Não faz nada, não dá chinelada... o chinelo não vai resolver nada né? O certo mesmo é com vara. Só que eu já bati nele uma vez e toda vez que eu batia nele, ele [Sr. Ricardo, pai] me denunciava... para o conselho tutelar. Só que eu não batia assim para machucar não, batia só nas perninhas dele. Foi por isso porque eu coloquei ele de castigo. Miguel, fica aqui, quietinho, de castigo até você aprender. Isso é para você não responder mais. Quando eu olhava, meu marido retirava ele do castigo... se eu bater nele menina ...nossa! Ele não gosta*”.

A mãe também demonstra grande incômodo em relação à forma como é tratada por Miguel, pois repete por várias vezes a frase: “*Ele me chama de Lia, não me chama de mãe. Não acho certo*”. No entanto, ela completa dizendo: “*Eu não reclamo*”.

Quanto à relação entre Miguel e as irmãs, ela diz que em casa brincam e conversam muito. Contudo, acha o filho parecido com ela em sua infância, pois conta que também não conversava com pessoas de fora de sua família: “*Quando eu era pequenininha eu era igual a ele, eu não gostava de conversar. Não conversar com as outras pessoas estranhas*”.

8.1.1.3 O mapa e o relato de Miguel

Nas duas aplicações do mapa, Miguel representa sua família nuclear de maneira diferente. Na primeira, representa o pai no último nível, dizendo: “*Eu não gosto do meu pai*”. O menino não fala por que não gosta do pai. Apenas confirma com a cabeça dizendo que não. A mãe e as irmãs no quarto nível. Já na segunda aplicação, o pai passa para o segundo nível e a mãe e as irmãs no terceiro nível. Perguntado por que as pessoas mudaram de lugar na segunda aplicação, principalmente o pai, o menino apenas balança os ombros, sem apresentar uma justificativa para a mudança.

Na primeira aplicação, Miguel relata ter uma relação satisfatória com ambos os pais e uma relação de conflito com as irmãs. Na segunda aplicação, relata relação conflituosa com a irmã mais velha e com os pais.

O menino confirma que os conflitos relacionam-se a situações cotidianas sem grande importância. Na primeira aplicação, relata que há conflitos entre os pais e que sua reação é chorar diante da situação. Na segunda aplicação, não relata nenhum conflito entre as pessoas representadas.

Em relação à questão de ajudar e ser ajudado, no primeiro mapa, relata não ajudar nem ser ajudado. Ele diz: “*Eu tenho que fazer as minhas tarefas*”. No segundo Mapa, diz que não ajuda ninguém, mas que é ajudado pela irmã mais velha nas tarefas escolares.

8.1.2 Interações entre os microssistemas familiar e PAEFI

Miguel foi incluso no PAEFI em abril de 2010, quatro meses depois de descoberta a violência.

8.1.2.1 Relato do pai

O Sr. Ricardo (pai do menino) procurou o Serviço com o objetivo de conseguir a responsabilização dos agressores, como ele mesmo relata em entrevista: *“Eu vim aqui no programa para tratar de uma violência. Miguel foi violentado no colégio que ele estuda... Eu precisava muito que as autoridades tomassem uma providência. Chegassem a casa das pessoas, colegas dele do colégio que são da mesma idade, que desse um aperto no pai e na mãe responsáveis. Para nunca mais essas crianças fazerem o que fizeram com o meu filho no colégio”*.

Após a inclusão, ocorreram muitas faltas ao Serviço, que só eram justificadas quando a equipe entrava em contato com a família para agendar novo atendimento. Entre os motivos para a ausência nos atendimentos, o Sr. Ricardo apontava estar ocupado por ter ido às consultas médicas ou ter levado Miguel ao médico.

8.1.2.2 Relato e percepções das Técnicas

Foi realizada, então, uma visita domiciliar pela Assistente Social, tendo sido encontradas em casa a mãe e as duas irmãs de Miguel. Nessa ocasião, a Sr.^a Lia, mãe de Miguel, contou para a Assistente Social sua história de vida. E a partir de então passou a acompanhar o filho nos atendimentos.

No atendimento seguinte, após inúmeras faltas consecutivas, Miguel chegou ao Serviço acompanhado pelo pai e pela mãe.

A Assistente Social destaca em entrevista a necessidade de a mãe de Miguel participar do processo de atendimento: *“No último atendimento é que ele veio com a mãe e o pai, porque nós instigamos essa mãe a vir também, a participar”*.

As técnicas relatam em conversas informais que em algumas ocasiões, ao tentarem contatar a Sr.^a Lia por telefone, o Sr. Ricardo se fez passar pela esposa para saber de que assunto se tratava.

A Psicóloga fala sobre suas percepções a respeito da relação entre a doença de Miguel e a situação familiar: *“Ela traz uma fala assim [referindo-se à mãe do menino]: ‘Eu não estou preparada para ser mãe’. Ela fala no presente. Ela já foi mãe de três crianças e não está preparada. Um das falas que ela traz e ficamos nos perguntando se não teria relação de ele estar nesse lugar de doente, que faz com que a mãe dele fique próxima a ele. E a mãe dele venha com ele aqui, e a mãe não fuja de novo de casa. Porque das três vezes que ele estava bem, ela fugiu. E ela só voltou, ela fala isso claramente. Ela só voltou porque o Miguel estava muito mal. E o pai dele eu não sei em que medida se utilizou disso, dessa doença para trazer essa mãe de volta, para colocar essa mãe na redoma que ele quer e fazer dela o que bem entende”*.

Após os seis meses de atendimentos de Miguel, as técnicas foram convidadas a representar o Mapa do menino. A Psicóloga representou no primeiro nível as duas irmãs, a mãe no segundo nível e o pai no quarto nível. Acredita que há uma relação conflituosa entre Miguel e os pais e que há conflitos entre os pais de Miguel, devido à postura controladora do pai. Dessa forma, acredita que os conflitos o atinge em suas relações afetivas. Quanto à questão de ajudar as pessoas colocadas no mapa e ser ajudado por elas, acredita que o menino ajuda o pai em tarefas e é ajudado pela mãe.

A Psicóloga fala sobre o pai: *“O pai dele é um enigma para nós. Não sei se nós não queremos nos aproximar dele, ou então nós não sabemos. Por que... não sei, ele pode ser o abusador, sei lá, eu já cheguei a pensar isso. Meu Deus! O que nós estamos fazendo aqui no Serviço? O que acontece dentro daquela casa?”*.

A Assistente Social representou a mãe no primeiro nível, as irmãs no segundo nível e o pai no terceiro nível. Acredita que há conflitos entre Miguel e todos da sua família. Relata também acreditar que existem conflitos entre os pais de Miguel e que tais conflitos deixam a criança confusa, sem saber de que lado ficar e com medo de a mãe ir embora novamente.

8.1.3 Mesossistema

8.1.3.1 Relato da Assistente Social

Em relação ao mesossistema de Miguel, ou seja, ambientes em que a pessoa em desenvolvimento participa diretamente, a Assistente Social relata as informações dadas pela mãe: *“A mãe falou que o pai não deixa eles saírem, não deixa as crianças brincarem na rua, interagir com outras crianças, nem outras crianças vão até a casa deles, e aí o contato dele é com as irmãs”*.

Após os seis meses de atendimento, a Assistente Social diz acreditar que Miguel esteja mais aberto aos relacionamentos em outros lugares: *“Por mínima que seja a mudança. Por mínimo que te atinja de alguma forma eu acho que isso você acaba transmitindo isso em outros lugares”*.

Em relação ao mesossistema de Miguel, a Assistente Social não consegue representar nenhuma relação do menino. Informa acreditar que Miguel se relacione com outras pessoas, porém, não saberia especificar alguma.

8.1.3.2 Relato da Psicóloga

A Psicóloga também acredita que Miguel melhorou suas relações em outros ambientes após os atendimentos: *“Eu acho que sim. Eu não sei se tão significativo, porque aqui a gente tem o nosso olhar, mas eu acho que sim... com essa questão da autonomia, dele se soltar mais, não sei. Eu acredito que sim. Na família, de repente com a mãe”*.

Em relação ao mesossistema de Miguel, a Psicóloga não consegue representar nenhuma relação do menino. Diz acreditar que Miguel se relacione com outras pessoas, porém, não saberia especificar alguma.

8.1.3.3 Relato do Pai

O pai fala sobre o comportamento do menino na escola: *“A professora dele, lá onde ele estuda hoje, porque ele saiu da escola estadual e eu o coloquei na escola municipal. A professora me chamou lá para conversar dizendo que ele está um pouco rebelde. Ela passa o dever no quadro e ele não está querendo fazer direito. A professora disse que ele está mais para brincadeiras dentro da sala de aula. Mas, por causa disso eu já levei ele no conselho tutelar para conversar com a conselheira e ela conversou com ele que prometeu à conselheira que não vai mais brincar na escola, vai cuidar do dever direito... No colégio, não pode brincar. Porque no colégio onde ele estuda não tem espaço para brincar”*.

Sobre os demais lugares que Miguel frequenta, o pai relata: *“Na igreja tem muitos irmãos, colegas do colégio, mas não, na igreja não brincam com ninguém. Vão à igreja, na escola dominical aos domingos, participam da escola dominical, mas não tem nenhum tipo de brincadeira na igreja. Só vai à igreja pra estudar a bíblia, aprender mais de Jesus... só sai comigo quando eu saio para algum lugar, quando eu vou para igreja, ou vou visitar a casa de minha mãe, aí eles vão comigo, mas sozinhos, não”*.

8.1.3.4 O Mapa e relato de Miguel

A partir da observação dos campos (parentes/amigos/escola/outras relações), é possível perceber a mudança na rede social e afetiva de Miguel.

Na primeira aplicação do mapa, Miguel representou dois tios e um primo no primeiro nível e um tio, um primo e duas tias e quatro primas no segundo nível, com os quais possui uma relação satisfatória. Relatou conflito apenas com uma prima no segundo nível. Quanto à questão de ajudar e ser ajudado, diz que não é ajudado por ninguém, mas ajuda duas primas e um primo quando precisam. Na segunda aplicação, representa três tios e o avô no segundo nível, três tias no terceiro e três primas no quarto, com os quais possui relação satisfatória. Não relata conflito com nenhuma pessoa e diz que não ajuda nem é ajudado por ninguém.

No campo escola, primeira aplicação, Miguel representa 14 pessoas, sendo que a maior parte dos colegas está representada no último nível (10). Em relação a estes, expressa uma relação insatisfatória e com rompimento. Quatro colegas foram representadas no segundo nível, com as quais relata uma relação satisfatória, porém, com conflitos. Em relação às pessoas desse campo, segundo Miguel, este não ajuda ninguém e não é ajudado.

Na segunda aplicação, representou dois meninos no último nível, com os quais possui uma relação insatisfatória com conflitos. Quatro meninos no terceiro nível, sete meninas no segundo nível e uma professora, a diretora e a coordenadora no primeiro nível. Com todos estes relata uma relação satisfatória sem conflitos. Ao final, relata ser ajudado pela professora e por duas meninas e ajudar a um menino. No campo amigos, Miguel representou um colega que na primeira aplicação estava no campo escola. Este ainda estuda na escola, mas Miguel

insistiu em colocá-lo no campo amigos, demonstrando uma relação mais forte, mesmo não relatando ajudar ou ser ajudado por ele.

8.1.4 Microssistema PAEFI

8.1.4.1 Relato da Assistente Social

A Assistente Social fala sobre sua percepção a respeito de Miguel: *“Ele é uma criança retraída e não é de fazer muito contato social com pessoas que ele não conhece. Ele não olha para nós, ele olha o tempo todo para o chão. Nós falamos com ele, direcionamos uma fala para ele, tentamos puxar e perguntar qual o seu nome todo? Qual a sua idade? Coisas que qualquer criança na idade dele saberia responder... Mas, ele não responde nada. Ele no máximo se limita a continuar com a cabeça abaixada e levantar os olhos para poder te olhar, mas, depois volta a olhar para o chão novamente e fica quieto. Ele não procura interagir de forma alguma. O primeiro contato visual que eu tive com o Miguel, tive essa impressão... um menino muitooooo, abatido, não fala nada, só responde o que o pai pergunta”*. Já na primeira entrevista, a Assistente Social fala sobre sua expectativa a respeito de Miguel: *“[...] eu acho que o trabalho com o Miguel tem que ser a longo prazo. Tem crianças que nós conseguimos estabelecer um vínculo em um curto espaço de tempo. Ainda mais uma criança, uma criança na idade dele, 10, 11 anos nós conseguimos estabelecer um vínculo. De uma certa forma, a criança interage com*

conosco, nós conversamos e estabelecemos uma dinâmica, uma atividade pedagógica, alguma coisa nesse sentido; e a criança dá algum retorno. Ela fala que quer participar, que ela quer desenvolver aquela atividade, fala que não quer, que ela quer fazer outra coisa, mas, te dá um retorno. Com o Miguel, para nós conseguirmos isso, vai demorar. Porque não é próprio dele estabelecer essa troca, esse vínculo. Então, eu acho que vai demorar um pouco para ele conseguir confiar em nós”.

Após o período de seis meses de atendimento, a Assistente Social fala sobre Miguel: *“Apesar de eu não atendê-lo e de eu não conseguir ter estabelecido com ele nenhum tipo de diálogo, no máximo ele me olha, mas ele me olha assim por cima dos ombros, sempre de cabeça baixa. Eu percebo que ele se permite o contato com conosco, coisa que ele não permitia. Que nós seguramos na mão dele, que nós toquemos no braço dele... ele não responde verbalmente, mas ele balança a cabeça que sim, balança que não, quando nós fazemos alguma pergunta”.*

A Assistente Social diz acreditar que Miguel sabe para que serve o Serviço PAEFI: *“Acredito que entende, porque o pai dele traz isso [sobre o abuso] muito marcado na fala dele todos os momentos, e o pai dele já falou isso até no atendimento diversas vezes”.*

A Assistente Social não representou o Serviço na rede de apoio social e afetiva de Miguel e explicou: *“[...] em se tratando da nossa rotina, da nossa agenda, o Miguel é atendido semanalmente... No caso do Miguel eu acredito que ao mesmo tempo que tenha sido importante para ele, eu acredito que tenha sido um incômodo, porque a questão do falar, da comunicação com outras pessoas, para*

ele não é algo muito fácil. Então, eu acredito que exista sim algum tipo de incômodo para ele. Quando eu falo que foi importante para ele, que esse espaço se configure como algo de importante para ele, eu não tenho dúvida disso, nós sabemos que nem tudo aquilo que é bom para nós, às vezes nós gostamos. Nem tudo que é bom para nós, está livre de nos causar incômodo”.

8.1.4.2 Relato da Psicóloga

Em entrevista, a Psicóloga conta um pouco sobre o atendimento e suas percepções: *“No primeiro momento eu senti o Miguel bem retraído. Bem voltado para ele mesmo. Tinha até uma dificuldade de me encarar, de me olhar, bem fechado nele mesmo. Como se ele tivesse medo de olhar e o mundo invadir ele. Então ele ficava de cabeça baixa, assim quietinho no canto dele, como se a gente fosse invadir, eu tinha a sensação que se ele me olhasse, eu podia entrar dentro dele, e seria insuportável para ele... Eu só vi ele uma vez mas senti um pouco isso, dessa coisa dele, o mundo parece que vai invadir ele é, ele tem alguma coisa que fica sufocando, eu senti isso. E o que ele fez, foi brincar... Escolheu o jogo de botão, e ele me deu a sensação de que não queria parar de jogar... fez vários gols com a bolinha, ele gostou muito disso e eu tentei incentivar, falar que legal !... E aí foi muito legal, que pelo menos um sorriso ele soltou”.*

Após os seis meses de atendimento, a Psicóloga lembra um fato que demonstra a dificuldade de comunicação verbal de Miguel: *“[...] o dia que ele fez xixi, o dia que ele fez xixi ficou bem representativo, foi quando eu disse para ele que aqui é um*

espaço que ele podia, se ele quisesse, fazer cocô ou xixi, vomitar, falei com essas palavras, falei que ele podia ficar a vontade mesmo. Quisesse ele fazer ali ou no banheiro que é aqui em frente ele podia falar. E que não tinha problema ele ter feito xixi nas calças também não”.

A Psicóloga afirma em entrevista que houve mudanças em Miguel após os atendimentos: *“Eu acho que alterou. Para mim pelo menos fica perceptível. Eu não sei como nós podemos mensurar, mas houve mudança. Alguma coisa mudou... Algum movimento ele começou a fazer. Ele já vinha um pouco mais erguido com o corpo dele e a cabeça, mais enérgico, um pouco mais. Não falava muito, não se expressava muito mais, eu não sei se eu posso falar isso também porque eu não posso basear só na fala, mas eu acho que ele falava um pouco mais de outras formas... quando nós brincamos de futebol, ele riu. Ele quis jogar futebol e o fato dele querer jogar futebol e uma certa movimentação dele, de energia no corpo, dele poder se soltar de poder expressar alguma coisa. E ele riu, ele riu e nunca tinha rido. Nunca tinha soltado uma risada... nos últimos atendimentos ele chegava e ia direto na estante de brinquedos e pegava alguma coisa. No início eu tinha que puxar, sem nenhum movimento... no início ele queria sempre brincar de futebol, jogo de botão... depois ele foi na bola... Depois, ele desenhava... só pintava, não falava nada... Depois não quis mais desenhar, aí foi para o futebol e nas últimas vezes que ele veio ele escolheu combate. É aquele que você monta um exército de um lado e de outro, e o objetivo era pegar a bandeira dele e ele tinha que conseguir pegar a minha bandeira do exército. Só que ele tinha que falar, na hora do ataque ele tinha que falar, “soldado”, e eu tinha*

que falar “sargento”. E aí quer dizer, já escolheu um jogo que ele tinha que se expressar verbalmente”.

Em outras ocasiões de conversas informais, a Psicóloga elogiou a leitura de Miguel ao brincar com vários jogos em que a leitura de instruções para os jogadores é necessária.

Em relação ao fato de Miguel ter conhecimento a respeito dos objetivos do Serviço, a Psicóloga diz: *“Eu acho que sim. Primeiro porque as crianças não são bobas, elas sempre sabem. Mesmo quando a gente não fala [sobre o abuso] eu acho que elas sabem sim”.*

A Psicóloga não representou o Serviço como parte da rede de apoio social e afetiva de Miguel. Após ser indagada do porquê ela explica: *“No caso do Miguel não foi dito isso, apesar de eu achar que talvez tenha alguma importância nós para ele. Não sei, talvez por falta de um feedback e de alguma coisa que nos referencie nesse lugar, nesse sentido, e às vezes nós mesmos achamos que estamos meio perdidos... será que estamos realmente representando segurança para ele? Será que nós conseguimos mapear e intervir onde é preciso para poder ajudá-lo? Será que ele não veio aqui pedir um socorro e nós não conseguimos enxergar onde nós precisamos ajudá-lo? Então, minha questão é essa: se nós estamos sendo, onde ele precisa; onde o socorro dele está pedindo; onde nós estamos conseguindo ir? Acho que é por isso que eu não coloquei”.*

8.1.4.3 Relato de Miguel

Em entrevista, após os seis meses de atendimento, Miguel fala sobre o ambiente do Serviço: “*Bonito... bom*”. Quando perguntado sobre o que mais lhe chama a atenção no local, ele responde: “*Nada*”. Apenas com um pouco de insistência ele elege alguma coisa que gosta de fazer quando está no Serviço dizendo: “*Brincar*”. Em relação às pessoas, ao ser perguntado quais ele conhece e tem contato no ambiente do Serviço, ele responde: “*Vocês*”. É pedido que ele especifique quem seria e ele diz: “*A de óculos [Psicóloga] e a grandona [Assistente social]*”. Também com insistência, Miguel fala o que as pessoas citadas são para ele: “*Bem,... amigos*”.

Miguel não representou nenhuma pessoa do Serviço espontaneamente no segundo mapa. Ele apenas decidiu representar após sugestão da Pesquisadora, que o indagou o porquê de as pessoas do Serviço não aparecerem, já que ele as considerava suas amigas.

Dessa forma, ele representou a Pesquisadora, a Psicóloga e a Assistente Social no terceiro nível do Mapa, dentro do campo Outras Relações.

É perguntado ao menino se ele acha que alguma coisa mudou em sua vida depois que começou a frequentar o Serviço e ele balança a cabeça dizendo que não. Em relação à importância do Serviço em sua vida, ele diz não ter nenhuma.

8.1.4.4 Relato da mãe

A mãe também relata que não percebe mudança no relacionamento de Miguel com pessoas de fora da família após os atendimentos. Porém, acha que ele se

sente bem no Serviço e diz: *“eu acho que ele se sente bem... comentar ele não comenta não...para nós ele não comenta nada”*.

8.2 HISTÓRIA DE MARIANA

Mariana vive no interior de uma cidade próxima ao município no qual se localiza o PAEFI. É filha de lavradores e possui dois irmãos. Ao final da coleta de dados para este trabalho, já havia completado 12 anos, porém, o abuso sofrido ocorreu quando tinha 11 anos de idade.

A violência ocorreu por parte de um vaqueiro funcionário do sítio vizinho ao do seu pai. Mariana e dois primos passavam em frente ao sítio, quando o vaqueiro chamou-os para ajudá-lo a levar galões de leite para dentro da casa. As crianças, mesmo não conhecendo bem o vizinho, resolveram ajudá-lo. Ao entrarem na casa, o vaqueiro prendeu cada menino em um quarto. Em outro quarto, mandou Mariana se deitar na cama. A menina conta que se deitou e começou a gritar muito. O vaqueiro tentou amarrar seus pés, porém, como ela gritava muito por socorro, ele não conseguiu. Um dos primos conseguiu sair e com isso impediu que o vaqueiro continuasse a violência. Fugiram correndo do sítio em busca de ajuda. Segundo as crianças, o vaqueiro disse que não deviam contar o ocorrido para ninguém, pois ele não havia feito nada. Após o ocorrido, o vaqueiro fugiu do sítio e não tiveram mais notícias sobre ele.

No conselho Tutelar, a Sr.^a Hermínia, mãe de Mariana, foi encaminhada com sua filha para o Serviço PAEFI do município mais próximo, onde passou a levar a filha para atendimentos.

Mariana foi incluída no PAEFI em abril de 2010. A Sr.^a Hermínia decidiu levar Mariana com o intuito de conseguir um acompanhamento psicológico para a filha.

Mariana é a filha do casal Hermínia e José, possui um irmão mais velho e uma irmã mais nova. Vive no interior de uma cidade próxima ao Município no qual se localiza o PAEFI.

No dia em que ocorreu a violência, a Sr.^a Hermínia caminhou duas horas até chegar ao centro de sua cidade para declarar a ocorrência do fato na delegacia.

Abaixo é possível visualizar a configuração dos Mapas representados por Mariana início e ao final da pesquisa.

Primeiro Mapa

Idade: 11 anos.

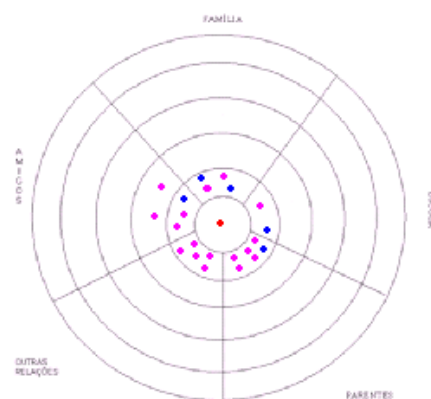
Data de aplicação: 09 de setembro de 2010.



Segundo Mapa

Idade: 12 anos.

Data da aplicação: 09 de fevereiro de 2011.



Legenda

- Mariana
- Pessoas do sexo masculino
- Pessoas do sexo feminino

Figura 2: Mapas representados por Mariana.

Número total de pessoas por Campo:

Família: 4	Família: 4
Parentes: 4	Parentes: 6
Escola: 6	Escola: 2
Amigos: 4	Amigos: 5
Outras relações: 0	Outras relações: 3

Tabela 3: Pessoas representadas no Primeiro Mapa de Mariana.

Campo	Pessoas indicadas	Nível
Família	Mãe	1º
	Irmã	2º
	Irmão	3º
	Pai	4º
Parentes	Três primas e a madrinha	1º
Escola	Quatro colegas meninas e um colega menino	2º
Amigos	Quatro amigas	2º

Tabela 4: Pessoas representadas no segundo Mapa de Mariana.

Campo	Pessoas indicadas	Nível
Família	Pai, mãe, irmã e irmão	1º
Parentes	Madrinha, uma tia, duas primas, um primo e uma avó	1º
Escola	Um professor e uma professora	1º
Amigos	Um amigo e duas amigas	1º
	Duas amigas	2º
Outras relações	Cinco amigas	1º

8.2.1 Microssistema familiar

8.2.1.1 Relato da Assistente Social

Segundo informações dadas pela Assistente Social, Hermínia conta que o pai não é muito presente na educação das crianças e também não dialoga muito com eles: *“Até porque também a mãe traz um histórico de uma sobrecarga muito grande, com relação às responsabilidades que foram delegadas a ela. Se é que isso é possível, mas na organização familiar é dela, da realidade familiar dela, foi delegado que a responsabilidade de cuidar e criar os filhos é só dela; e o marido,*

nos modos mais tradicionais mesmo, o marido tem que cuidar de prover o sustento da família e se algo de errado acontece nesse percurso com os filhos a responsabilidade é toda dela, da mãe”.

A Assistente Social também ressaltava as atitudes de Mariana, descritas pela mãe, dentro de casa: “[...] *ela acha que a filha fica um pouco mais quieta do que o normal. Às vezes ela fica um pouco mais agressiva, briga, ela está mais hostil. Uma hostilidade, uma agressividade que antes ela não tinha. Vai da apatia, daquela coisa do isolar para a agressividade”.*

8.2.1.2 Relato do pai

Em relação ao pai de Mariana, trata-se de um homem do interior alcoolista, mas que atualmente se mantém sem o consumo da substância. O álcool o deixava violento, mas, segundo ele, parou de beber por causa dos filhos e da esposa. Em relação à violência ocorrida com a filha, ele declara: *“E eu também fiquei, para falar a verdade eu fiquei triste. Até hoje, para mim não passou. Eu vejo alguns casos na televisão que são tristes”.* Neste momento se emocionou.

Na opinião do pai, ela ficou mais nervosa depois da violência, e a mãe concorda: *“É, um pouco nervosa depois, mas antes da violência, não era assim”.*

8.2.1.3 Relato da Psicóloga

A Psicóloga destacou o que a menina disse em relação ao pai durante o atendimento: *“Eu sinto um carinho grande quando ela fala do pai. E ela fala*

[referindo-se à fala de Mariana]: *‘Depois do que aconteceu ele ficou mais perto de mim ainda’*”.

A Psicóloga confirma que em atendimento percebe na fala da menina um melhor relacionamento familiar após o período de atendimento: *“No âmbito das relações familiares eu acho que só veio melhorando cada vez mais... Ela meio que se retraiu um pouco depois do ocorrido, se fechou um pouco, inclusive com relação à mãe... E isso parece que foi mudando, ela foi resgatando essa confiança, esse direito, não é direito, mas esse se voltar de novo, se abrir de novo para as relações”*.

A Psicóloga também relata sobre o diário: *“[...] e aí no final, ela vem falando de um diário, e eu acho que o que mudou, assim, é como ela conseguiu expressar isso e resolver isso, de modo que ela se abriu às relações de novo... Achei bárbaro,... foi uma coisa entre ela e a mãe, a mãe tem um diário, a mãe tem isso e propôs a ela. E deixou na intimidade dela assim, tipo você não precisa mostrar para ninguém, você escreve, é seu, o que você quiser, na hora que você quiser, então ela não precisava mostrar para ninguém. No entanto, olha só que legal, ela não só escreveu como quis mostrar e leu para a mãe, leu para o pai. Então, parece que sai da ordem do segredo. Ela consegue expressar a vida dela...”*.

8.2.1.4 Relato da mãe

Segundo a Sra. Hermínia, o relacionamento de Mariana com os irmãos é bom, apesar de haver alguns conflitos, que na sua avaliação são normais por se tratar

de relacionamento entre irmãos: *“Ela é como qualquer criança. Ela briga, ela se dá bem. Ela é assim, ela não é muito de brincar com crianças, nem quando ela era criança pequenininha... minha filha menor é terrível, então não tem como não discutir. Ela sempre discute, mas eu, pra mim, eu acho que até é meio normal como irmãos. Eu tenho um menino de 17 anos, mas eles não são muito de conviver porque ele fica mais na casa da minha sogra que é pertinho... Eu acho assim normal até depois que aconteceu. Depois que aconteceu ela se resguarda um pouco ela não é muito de brincar com ele, mas ela tá se recuperando. Logo assim ela ficava meio afastada, mais agora não, ela está bem melhor”*.

Após os cinco meses de atendimento, a mãe fala de como estão as relações da filha no ambiente familiar: *“Ela mudou muito, até comigo. Antes de ter acontecido o que aconteceu com ela às vezes ela era meio fechada e depois do que aconteceu ela foi ficando mais fechada... eu sempre perguntei: Mari, você está com algum problema, você está sentindo alguma coisa, quer falar? E ela nunca falava e depois do atendimento eu senti que ela tem uma segurança maior para ela falar. Mãe, eu acho que assim tá bom, não tá bom... E assim, às vezes ela estava meio zangada e eu não sabia o que era, e depois disso, às vezes ela está meio assim e eu digo: O que foi Mari, você quer falar? Aí ela vai me chama num canto e fala. Então eu sinto que ela consegue se abrir, o que ela não conseguia antes”*.

8.2.1.5 Relato de Mariana

A própria menina, em conversa informal com a Pesquisadora, conta que costuma escrever em um diário que ganhou da mãe, seus sentimentos e, depois de elaborar no papel, lê para seus pais tudo o que escreveu. Ela relata que atualmente consegue se abrir mais com sua mãe e reafirma, assim como na aplicação do primeiro mapa, que sua mãe é sua melhor amiga.

Ao observar o campo família nas duas aplicações do Mapa realizados por Mariana, é possível notar a mudança que ocorreu principalmente na representação do pai e do irmão, passando dos níveis três e quatro para o primeiro nível.

Na primeira aplicação, Mariana relata conflitos com os irmãos. Tais conflitos, segundo a menina são rotineiros e sem grande importância; são apenas desentendimentos que logo se acabam. Tanto na primeira aplicação quanto na segunda, relata ajudar e ser ajudada principalmente pela por sua mãe.

8.2.2 Interações entre os microssistemas familiar e PAEFI

8.2.2.1 Relato da Assistente Social

No momento da inclusão no Serviço, a mãe da menina foi atendida pela Assistente Social, que, ao ser entrevistada, destaca: *“E a mãe dela é uma pessoa assim, muito simples. É uma pessoa que mora no interior do interior, no interior de outro município e aí ela se sente meio perdida, ela não sabe como lidar com essa situação, lidar com as emoções da filha”*.

Em relação ao pai de Mariana, a Assistente Social destaca a fala da mãe em que ele é apresentado como uma pessoa ausente nos cuidados com os filhos: “[...] *Até porque também a mãe traz um histórico de uma sobrecarga muito grande... foi delegado que a responsabilidade de cuidar e criar os filhos é só dela... E foi o que aconteceu no caso da violência da Mariana... O marido dela não se manifestou, não tomou partido, não se dispôs a ajudar. Ela é que teve que andar duas horas pra chegar na delegacia, para fazer a ocorrência. Ela fez todo o movimento, o marido dela não ajudou, não entrou no circuito. É, então ela fala que isso foi só um evento que ela trouxe, que na verdade tudo com relação aos filhos é assim*”.

Em conversa informal com a Pesquisadora, a Assistente Social afirma: “[...] esse pai precisa se conscientizar de sua participação na educação dos filhos”. Nesse sentido, solicitou a presença do pai no atendimento seguinte.

8.2.2.2 Relatos da mãe e do pai

No dia marcado, o pai e a mãe de Mariana comparecem ao Serviço para atendimento com a Assistente Social, no entanto, a equipe não estava presente, pois haviam se ausentado em decorrência de um curso. A Assistente Social informou por telefone que havia tentado contato com a família no intuito de transferir o atendimento, mas não obteve sucesso. Como a Pesquisadora estava presente, conversou com os pais, explicou o objetivo da pesquisa, obteve a autorização e realizou a entrevista inicial.

Nesta entrevista, a Sr.^a Hermínia fala sobre seu interesse em levar a filha para atendimento: *“Porque nós achamos necessário trazer ela, porque para ver o psicológico e futuramente ficar melhor, porque ela com o acompanhamento é muito melhor do que ela só com nossa orientação. Então tendo um profissional, é bem mais fácil. E passaram para nós, que aqui é o melhor lugar para trazer ela”*.

Depois desse dia, o pai não mais compareceu ao Serviço, e Mariana seguiu sendo sempre acompanhada pela mãe. Devido à distância e às dificuldades da família, esta dependia do apoio do conselho tutelar para ir aos atendimentos, o que nem sempre era possível. O conselho do município onde moram alegou por diversas vezes que não possuía carro para levá-las.

No decorrer de cinco meses de acompanhamento, Mariana pôde comparecer a quatro atendimentos. No dia nove de fevereiro, a mãe da menina decidiu levá-la sozinha ao Serviço, já que mais uma vez o conselho declarou impossibilidade.

No Serviço, Mariana disse à Psicóloga que se sentia bem e achava que não mais precisava de acompanhamento.

Em entrevista com a Pesquisadora, a mãe relatou: *“Depois que ela [Mariana] começou a vir, começou a ser atendida aqui, ela começou a falar o que ela sentia... Depois de ela ter vindo e feito todas as sessões, foi muito bom, muito bom”*.

Em relação à necessidade do atendimento para a filha, a mãe considera: *“acho que ela ia se fechar mais do que ela já era, já não era muito de falar o que ela sentia e aí ela ia guardar aquilo para ela e aí futuramente, eu acho que talvez ela nem ia conseguir se recuperar... então eu tenho a impressão que se não fosse*

esse programa que tem aqui eu acho que ela não ia se recuperar, e nem eu, porque eu ia ver ela triste, ficaria eu triste também”.

Quanto ao tempo em que foram atendidas, a mãe diz: *“Ótimo, muito bom. Eu nem imaginava que existia um lugar que acolhesse tão bem, sem preconceito, sem nada”.*

8.2.2.3 Relato e o Mapa da Psicóloga

Na entrevista com a Psicóloga, é possível observar como ela percebe a família: *“Essa família é show, é um exemplo essa família, o apoio da mãe... é importante assim, as relações que se estabelecem na família... Não porque a família dela é nuclear biológica, tida como normal, mas assim, como que se dão as relações, o afeto, o cuidado, a segurança, o apoio dessa mãe e desse pai, como isso é fundamental e faz toda a diferença...”*

Ao final dos atendimentos de Mariana, a Psicóloga foi convidada a representar o Mapa da menina. Na representação do campo família esta representa a mãe e o pai de Mariana no primeiro nível e o irmão no segundo nível de proximidade. É possível notar que a irmã de Mariana não foi representada. A Psicóloga relata acreditar que Mariana deve ter conflito com os três membros de sua família, sendo que os conflitos com os pais são no âmbito educativo e com o irmão acredita apenas em desentendimentos sem grande importância, mas que são comuns entre irmãos. Acredita também que a menina é ajudada e ajuda os pais, e não acredita que deve haver conflitos entre o casal.

8.2.2.4 Relato e Mapa da Assistente Social

Na representação realizada pela Assistente Social, a mãe está no primeiro nível de proximidade, o pai no segundo e o irmão no terceiro. Esta acredita que a menina possui conflitos com o pai e o irmão e que a relação de Mariana com a mãe é de amizade. Relata acreditar que deve haver brigas entre os pais em relação à educação dos filhos. A Assistente Social também acredita que Mariana é ajudada por todos e também os ajuda de acordo com suas possibilidades de adolescente.

8.2.3 Mesossistema

8.2.3.1 Relato do pai

Em entrevista, o pai de Mariana conta que a menina costuma ir à casa de uma tia dele, que a menina chama de madrinha: *“Às vezes vai na casa dessa tia minha...”*. Ele também comenta que essa tia se preocupa muito com a menina e os aconselhou a levá-la ao Serviço: *“é que eu tenho uma tia que é uma pessoa muito boa e falou: ‘É bom levar ela mesmo, para ela ficar uma pessoa mais saída, não ficar triste’”*.

De acordo com o pai, logo após o ocorrido, Mariana começou evitar ir à igreja: *“É ficou uns 15 dias ou mais sem ir na igreja por causa que falou que não queria ir, que estava com vergonha”*.

8.2.3.2 Relato da mãe

A mãe fala também de outros familiares, como os avôs, que sempre estão com eles, os quais possuem grande proximidade com Mariana. Além disso, destaca: *“[...] tem uma prima... elas duas estão sempre juntas”*.

Segundo a Sra. Hermínia, Mariana não frequenta muitos lugares: *“É, nós moramos no interior, então, não tem muita opção de lugar para ir, então, lá tem escola e igreja”*.

Quanto à escola, a mãe ressalta não haver alguma relação interpessoal em especial, mas destaca que a menina sempre teve bom comportamento e que não houve consequências em relação às notas: *“A diretora dela, a elogia demais, fala que ela é muito boa, que ela é bem comportada, nunca tive problemas de ter que ir à escola. Então, na escola, ela é excelente pessoa. Eu até pensei que ela ia ter notas baixas mas não, graças a Deus as notas dela estão bem”*.

Outro local que Mariana costuma frequentar é a Igreja. A mãe diz: *“[...] ela gosta de ir para a igreja, ela até apresenta lá na frente, ela fala. Porque lá é assim, na nossa igrejazinha pequenininha, nós ainda não temos um padre para celebrar, então todo domingo tem alguém que vai, então ela vai todos os domingos ajudar na celebração e ela fala. Coisa que nós [adultos] temos vergonha”*.

A mãe também destaca o bom relacionamento da filha com as amigas em geral e, em especial, com uma amiga chamada Fabiana: *“Ela tem várias amiguinhas, tanto na escola também, mas ela tem essa que é a mais próxima dela e o nome dela é até Fabiana... Tem essa menina, que as duas sempre lêem juntas. Então é a prima dela e a amiga”*.

Após os cinco meses de acompanhamento, a mãe conta as mudanças ocorridas nos relacionamentos da filha: *“antes ela era um pouco assim, ela só tinha uma amiga que ela gostava muito e hoje não, hoje ela tem várias amigas. São todas que sempre moraram lá, mas na verdade, agora eu sinto que ela está mais próxima delas, de todas elas, que são muitas amigas que ela tem, que ela sai, que ela vai para a igreja. Eu sinto que ela ficou mais aberta a amizade com as pessoas e com os meninos também. Ela não gostava muito de brincar com os primos dela, que ela tem três primos que moram lá, e hoje não, hoje ela já brinca”*. Em relação aos tios, segundo a mãe, Mariana também mudou a postura: *“Os tios dela. Lá eles são muito assim, de abraçar de beijar. É uma família muito unida... E hoje, ela já aceita. Eles abraçam ela e ela abraça também...”*.

8.2.3.3 Relato da Assistente Social

Em relação ao convívio social de Mariana, conta o relato da mãe enfatizando a mudança de comportamento que a menina teve depois da violência sofrida: *“[...] uma das coisas que a mãe dela trouxe é que desde que ocorreu a violência, a Mariana meio que se afastou do contato social... Que ela se assusta quando se*

aproxima um homem meio estranho, mesmo que de repente esse homem estranho seja um vizinho, mas o fato de ela não ter contato ela se assusta, ela se afasta. As amizades dela na escola, a própria forma dela se relacionar com os primos também mudou. Ela ficou mais retraída”.

A Assistente Social ressalta o convívio com os primos que moram próximos à casa da menina e que, segundo a mãe, sempre estão com ela: *“E alguém que ela tem bem mais contato, parece que são ainda com esses primos, que são aqueles que estavam com ela. Foi o primo que ajudou ela no momento em que o cara foi cometer o abuso, que tentou tirar a roupa dela. Então, ainda são as pessoas que ela mantém algum contato mais próximo”.*

Contudo, em conversa com a Assistente Social, a Sr.^a Hermínia ressaltou que, após a violência sofrida, a menina não queria mais ir ao ponto de ônibus escolar apenas em companhia dos primos. Então a Assistente Social diz: *“[...] para ela ir à escola ela passa por um caminho que todas as crianças acabam se encontrando, todas aquelas crianças que moram naquela zona rural acabam se encontrando no caminho para poder ir à escola, porque o ônibus passa ali para poder pegá-las, então tem que andar um bom pedaço até chegar no ponto onde o ônibus passa. E no início ela até estava com receio de ir até o ônibus da escola. Até então ela ia sozinha, depois com os primos, aí depois que houve o abuso ela já não queria nem ir com os primos e a mãe passou a ter que levá-la até o ponto. E isso foi afastando ela também”.*

Na representação do Mapa de Mariana realizado pela Assistente Social, esta coloca os primos que estavam com Mariana no momento da violência no campo

“Parentes”. Relata acreditar que Mariana possui outros contatos, mas que não saberia descrever exatamente.

8.2.3.4 Relato da Psicóloga

Em entrevista, a Psicóloga também fala sobre a dificuldade que a menina relata ao passar em frente ao local: “[...] *ela já está até desconfiada do novo vaqueiro. Ela já criou uma imaginação uma coisa na cabeça dela, até meio fantasiosa assim, do tipo, o chapéu do vaqueiro novo é estranho*”.

A Psicóloga também fala sobre as demais relações sociais comentadas por Mariana em atendimento: “*Aí ela foi falando que a família dela é enorme e que tem os vizinhos, tem uma prima que mora próximo que é inclusive a prima mais próxima e a melhor amiga dela... tem as amigas da escola*”.

Na representação da Psicóloga, apenas consegue representar no campo “Parentes”, uma prima e uma tia de Mariana, pessoas às quais a menina havia se referido no último atendimento. Além disso, representou o PAEFI no campo outras relações.

Ela relata saber que a menina possui amigos na escola e vizinhos com quem brinca, mas não sabe especificar quem são essas pessoas.

8. 2.3.5 Relato e Mapa de Mariana

No campo “Parentes”, Mariana representou no primeiro Mapa apenas a madrinha (tia de seu pai) e outras três primas, enquanto no segundo Mapa representou novamente a madrinha, a avó, duas primas, uma tia e um primo que estava com ela quando ocorreu a violência. Em ambas as aplicações relata conflitos com a mesma prima. Quanto à questão de ajudar e ser ajudada pelas pessoas, nas duas situações, conta que costuma ajudar sua madrinha e ser ajudada por ela. No campo escola, representou colegas (quatro meninas e dois meninos) e disse que costuma ajudar e ser ajudada pela colega Elaine. Nesse campo, não relata conflito com ninguém. Já no segundo Mapa, representou apenas um professor e uma professora, sobre os quais relata gostar muito, ajudar e ser ajudada. Alguns colegas da escola foram representados no campo amigos na segunda aplicação, mostrando uma melhora nas relações, com duas meninas e um menino no primeiro nível e apenas duas meninas (Elaine e Claudia) no segundo nível, com as quais relata existir conflitos. Quanto à relação de ajuda, relata ajudar e ser ajudada por sua melhor amiga, Fabiana. Já as amigas que aparecem no campo “Amigos” na primeira aplicação foram representadas no campo “Outras relações”, com exceção de Fabiana, que continuou no campo amigos. Segundo Mariana, essas meninas moram próximo à sua casa e também participam da igreja. Estas também passaram para o primeiro nível de proximidade. Mariana também relata ajudá-las e ser ajudada por elas. Em relação aos conflitos relatados por Mariana, esta explica que são desentendimentos passageiros que não abalam suas relações com essas pessoas.

8.2.4 Microssistema PAEFI

Mariana esteve no Serviço por cinco vezes. Na primeira vez, foi acompanhada pelo pai e pela mãe. Nesse dia, não foi atendida por nenhuma das técnicas, pois estas não estavam presentes.

Após isso, foi atendida por mais quatro vezes, incluindo o dia do desligamento, pela Psicóloga. Em alguns atendimentos, participava do atendimento em grupo com crianças de sua faixa etária.

8.2.4.1 Relato da Psicóloga

Em entrevista, a Psicóloga fala sobre suas percepções sobre Mariana: “[...] *ela é muito agradável... Ela não quis brincar... aí ela quis conversar e foi falando do caso mesmo... Ela sentou, eu senti ela um pouco nervosa um pouco trêmula para conversar... ela falou isso, de um medo que ela tem de que aconteça de novo... eu percebi isso, essa fragilidade dela, esse nervosismo dela falar, não o constrangimento de contar porque ela já chegou contando. Acho que é alguma coisa assim da questão da confiança, de ela falar do medo, abalou alguma coisa nessa questão do relacionamento, de confiar...*”.

Em entrevista após o desligamento de Mariana, a Psicóloga fala sobre suas percepções: “*Eu acho que ela tem um certo jeitinho de lidar com as coisas que é um jeitinho dela, de pouca fala, de uma certa vergonha, que não vejo como problema. Eu não acho que isso tenha mudado antes e depois do ocorrido. O que*

eu vejo como algo que mudou, e pela fala dela, pelas coisas que a gente conversava, é a questão dos relacionamentos, que ela estabelecia com as pessoas, com os lugares, com as colegas da escola, amigos da escola... E ela fala isso no último atendimento, [De acordo com a Psicóloga, Mariana diz:] ‘eu queria pedir para vocês se vocês não me liberam porque eu esto legal, eu estou bem, vocês me ajudaram’.

A Psicóloga inclui o PAEFI no campo “Outras relações” do Mapa de Mariana (mas não especifica detalhadamente as pessoas), e explica porque acha que o Serviço participa de sua rede: *“O caso da Mariana fica muito claro porque ela diz isso, ela demonstra isso e a família também”.*

8.2.4.2 Relato da Assistente Social

A Assistente Social explica em entrevista que, devido à dinâmica de trabalho empregada no Serviço, ela realiza os acolhimentos com os responsáveis das crianças e adolescentes atendidos. Em muitos casos, não mantém um contato mais próximo com essas crianças e adolescentes. Dessa forma, realizou o acolhimento com a mãe da menina e suas palavras são baseadas no que a Sr.^a Hermínia relatou sobre a filha. Não há uma percepção própria: *“A respeito da Mariana, uma das coisas que a mãe dela trouxe é que desde que ocorreu a violência, a Mariana meio que se afastou do contato social”.*

Após o desligamento de Mariana, a Assistente Social fala de suas percepções a respeito da menina: *“Assim, a Mariana, não é uma pessoa difícil de se*

relacionar... É claro que ela chegou aqui de uma forma calada, desconfiada, tímida, mas com o passar do tempo ela foi estabelecendo vínculo... Ela se sentiu à vontade, até mesmo de estar falando coisas da vida pessoal dela, da questão da própria violência. Tem criança que leva um certo tempo para poder falar o que aconteceu e a Mariana não levou tanto tempo assim, e ela estabeleceu uma boa relação com a equipe com o passar do tempo”.

Contudo, as percepções da Assistente Social continuaram muito baseadas no que era relatado pela mãe. Isso fica claro em frases ditas pela Assistente Social como: *“Eu acho que isso foi muito positivo. Acho não, tenho certeza, e a mãe dela traz isso na fala”*; e *“Para Mariana sempre foi bom. Ela gostava de vir aqui de conversar, ela sempre ficava animada. Isso eu falo porque a mãe dela me dava esse retorno”*.

Em relação à importância que o Serviço tem para Mariana, a Assistente Social diz que acredita que tinha importância, pois *“ela encontrou espaço aqui para falar de outras coisas relacionadas ao desenvolvimento dela”*.

É possível observar que, no Mapa representado pela Assistente Social, esta não inclui nenhuma pessoa, nem o Serviço. Perguntada a respeito dessa questão, ela responde: *“[...] pois é, não sei... eu acho que quando eu visualizei o Mapa eu não pensei realmente no Serviço participando das relações”*. Ao ser perguntada se, em sua opinião, Mariana representou o Serviço, a Assistente Social diz: *“Não sei te dizer, pode ter colocado. Não vou descartar, falar que eu não sei porque eu não acredito com certeza que ela não colocou, mas pode ter sim colocado. Eu não sei te dizer... a Mariana, ela acho que tinha o espaço de 15 em 15 dias por causa de*

algumas dificuldades de vir que nós já conversamos sobre isso, então eu não me atentei para isso entendeu?”.

8.2.4.3 Relato da mãe

Ao final dos atendimentos, quando perguntada se Mariana costuma falar sobre o Serviço, a mãe responde: *“Não, ela só falava que ela gostava muito da psicóloga dela. Assim, de todo mundo”.*

8.2.4.3 Relato e Mapa de Mariana

Na segunda aplicação do mapa, Mariana não representou o Serviço espontaneamente. Por ter se referido às pessoas do Serviço como amigas, a Pesquisadora questionou o porquê de a menina não as ter colocado em seu Mapa e, após isso, Mariana decidiu representar a Pesquisadora e a Psicóloga no primeiro nível do campo “Outras relações”.

9 DISCUSSÃO

Os resultados dessa pesquisa buscam discutir como as categorias elencadas se relacionam e explicam a participação ou não participação do Serviço PAEFI na rede de apoio social e afetiva de crianças acompanhadas. Para isso, utilizaremos a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que, por meio do Processo, Pessoa, Contexto e Tempo, nos possibilita uma análise do desenvolvimento humano.

Os resultados demonstram, a partir das entrevistas, das observações, das conversas informais e do Mapa dos Cinco Campos, qual a percepção dos profissionais sobre as crianças atendidas e como as crianças percebem o Serviço.

A partir de então, é possível avaliar o Serviço PAEFI quanto a sua efetividade, ou seja, sua capacidade de atingir o objetivo proposto. Nesse caso, consideramos que, na busca pelo rompimento do ciclo da violência e proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, o PAEFI possui dentre os seus objetivos participar da rede de apoio social e afetiva de seus usuários.

Iniciaremos nossa análise pelo primeiro caso.

Em relação ao microsistema familiar de Miguel, recebemos informações que nos dão a impressão de um ambiente fechado, mas que, segundo relato dos pais, a criança interage face a face com facilidade com seus membros. No entanto, como colocado por Bronfenbrenner e Evans (2000), alguns acontecimentos familiares podem ser fonte de estresse e inibidoras dos processos proximais. De acordo com os dados obtidos, alguns acontecimentos na família de Miguel podem

funcionar como fonte de estresse para o menino, ajudando a inibir ou diminuir a disposição para o engajamento em processos proximais. Dentre as características, podemos destacar a possibilidade de separação entre os pais (embasada nos episódios de fuga da mãe); brigas entre os pais (relatada na primeira aplicação do mapa) e a própria doença de Miguel.

É possível observar que as relações estabelecidas entre Miguel e a mãe recebem um *efeito de segunda ordem* negativo, exercido pelo pai, o Sr. Ricardo. Várias informações demonstram que o potencial desenvolvimental da díade Miguel-Lia é prejudicado pela interferência exercida pelo pai, que impede a mãe de atuar na educação dos filhos, de acompanhá-los e tomar decisões relacionadas à vida deles.

Outros indícios que podem demonstrar um distanciamento entre mãe e filho é o fato de Miguel chamar a mãe pelo nome e também a violência física exercida por Lia, que percebe as agressões como uma maneira de educar o filho.

Ao ser inserido no Serviço de atendimento PAEFI, Miguel participou de uma transição ecológica com um *vínculo dual*, pois estava acompanhado por seu pai. Trata-se de um *vínculo suplementar*, pois ele e o pai passaram a participar do microsistema PAEFI juntos. Contudo, para que tal vínculo funcione como um potencial desenvolvimental, este precisa ser apoiador.

Observamos que, após o ingresso no Serviço, Miguel obteve uma baixa frequência aos atendimentos. Um dos motivos para isso se explica no interesse do Sr. Ricardo em buscar uma punição para os agressores de Miguel, não sendo, portanto, o bem-estar psicológico do menino um dos motivos em levá-lo ao atendimento. Esse fato pode ter causado um desinteresse do Sr. Ricardo em

levar o filho ao Serviço. Essa constatação pode ser embasada nas faltas e na própria fala do Sr. Ricardo durante entrevista.

A percepção das Técnicas do Serviço em relação ao comportamento do Sr. Ricardo e a maneira dele lidar com a família pode ter influenciado nas relações. O fato de não concordarem com a demora dele em procurar o Serviço após a descoberta da violência, de o perceberem como um homem controlador e que não possuía interesse no bem-estar psicológico de Miguel fez com que em muitos momentos a comunicação entre as Técnicas e o Sr. Ricardo parecesse ríspida, distanciando-os.

Com base nesses eventos, podemos dizer que, na inserção de Miguel no Serviço, embora o vínculo tenha sido suplementar, não foi um *vínculo apoiador*, capaz de aumentar o potencial desenvolvimental do menino.

Em relação ao mesossistema de Miguel, é possível notar a ausência de alguns fatores que auxiliam o potencial desenvolvimental. Dentre eles, estão: as poucas atividades e díades que o envolvam e o encorajem ao desenvolvimento da confiança mútua. É possível notar que o pai de Miguel não permite que o menino mantenha muitos contatos sociais, dificultando a ampliação de seu mesossistema e de díades de atividades que favoreçam um equilíbrio de poder em favor do desenvolvimento do menino. Dessa forma, dificulta também a participação do menino em novas díades tanto em culturas como em subculturas diferentes, pois Miguel frequenta poucos espaços e não conta com uma orientação positiva que incentive a formação de novos vínculos.

A postura do pai de Miguel, não permitindo a ampliação de contatos sociais pelo filho, e a omissão materna dificultam uma comunicação entre os ambientes, o que

dificulta também um consenso de equilíbrio entre o microsistema familiar e o microsistema PAEFI, que compõe o mesossistema do menino.

De acordo com Ceconello e Koller (2003), em relação aos processos proximais, as interações devem ser recíprocas, partindo de estados elementares para estados cada vez mais complexos de atividades, com pessoas, objetos e símbolos presentes no ambiente. No entanto, características pessoais de Miguel dificultam que o menino se engaje em atividades recíprocas com muitas pessoas. Nesse sentido, quando presente no microsistema PAEFI, na maioria das vezes, apenas permite a ocorrência de processos proximais com a Psicóloga e os objetos da brinquedoteca.

O engajamento em díades primárias com pessoas mais maduras e experientes é um fator que potencializa o desenvolvimento no ambiente (BRONFENBRENNER, 1979/1996). Contudo, se a pessoa limita a ocorrência de díades a uma única pessoa, num ambiente com várias possibilidades de relacionamento, esse potencial também permanece limitado.

Outra questão que limita o potencial desenvolvimental de Miguel são as poucas oportunidades que tem para brincar, pois, segundo Bronfenbrenner (1979/1996), atividades como brincar, jogar e outras atividades que estimulam a fantasia, auxiliam o processo de desenvolvimento da autonomia e a evolução de determinadas formas de função cognitiva.

Dentre as características pessoais apontadas em Miguel pelas técnicas do Serviço no início dos atendimentos, podemos perceber que as características de disposição inibidoras são mais destacadas. Entre elas estão: retraimento, não possuir interesse nas relações sociais, não encarar as pessoas nos olhos,

dificuldade em iniciar e manter a comunicação verbal, ser “fechado” e “abatido”. Em relação às características de recurso, temos a constipação intestinal manifestada desde a primeira infância. Quanto às características de demanda a que se destaca em Miguel é sua passividade. Para Bronfenbrenner, (1979/1996), a passividade está colocada como uma característica contrária à hiperatividade (ser agitado), o que auxilia a ocorrência dos processos proximais, visto que é mais fácil o estabelecimento de contato com pessoas tranquilas.

Após os seis meses de atendimento, novas características foram aparecendo no repertório comportamental de Miguel. Um exemplo está nas características de recurso, embora a constipação intestinal persistisse, passou a demonstrar qualidades, como a habilidade para desenhar e ler. Quanto às características de disposição, embora algumas características inibidoras tenham se mantido, como: não encarar as pessoas nos olhos, retraimento diante da maior parte das pessoas, a dificuldade em iniciar e manter a comunicação verbal. Outras características generativas foram surgindo. Miguel passou a permitir que as pessoas o tocassem e segurassem a sua mão, tornou-se um pouco mais explorador no ambiente, principalmente na sala de atendimento, onde passou a escolher ativamente os brinquedos de sua preferência e melhora na postura corporal. Em relação às características de demanda, Miguel continuou um menino passivo de acordo com o relato das técnicas.

Observando as características pessoais manifestadas por Miguel e sua relação com o ambiente, podemos perceber que a maior parte delas dificulta a ocorrência de processos proximais, pois na maioria das vezes ele não possui energia suficiente para iniciar ou para manter relações com as pessoas e o ambiente.

Não foi possível relacionar nenhuma característica pessoal como consequência à violência sexual sofrida. Como a criança não relata o abuso em nenhuma ocasião, também não a relaciona com seus comportamentos e sentimentos. Além disso, os pais também não estabelecem uma relação entre a violência e a forma como o filho se comporta. Com base na fala dos pais, podemos inferir que o menino não modificou suas características em decorrência do abuso e que estas são produto da interação dele com os ambientes que frequenta.

Outro elemento da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano que influenciou o desenvolvimento de Miguel nesse período foi o tempo. Como demonstrou a Assistente Social, era esperado que o trabalho com Miguel fosse demorado.

O tempo, principalmente no início dos atendimentos, ocorreu em intervalos maiores de aproximadamente um mês (mesotempo), dificultando a constituição de vínculos no microssistema PAEFI. Depois que Miguel passou a frequentar o Serviço em média uma vez por semana, pudemos perceber que a qualidade de suas interações com a Psicóloga melhorou, possibilitando que o menino se engajasse na ocorrência de processos proximais com ela. No entanto, os seis meses de atendimento, ao longo dos quais acompanhamos nesta pesquisa, não foram suficientes para que o menino se envolvesse em outros contatos com as demais pessoas presentes no ambiente.

De acordo com a rede de apoio social representada por Miguel nos Mapas, pode-se comprovar que a rede, como destaca Samuelsson, Thernlund, Ringström (1996), não é estática, variando conforme as necessidades da pessoa em desenvolvimento.

Na primeira aplicação, Miguel representou 29 pessoas e na segunda, 31. De modo geral, o Mapa de Miguel sofreu alterações que nos demonstra, conforme Couto (2007), um aumento tanto no aspecto estrutural quanto funcional da rede de apoio. Embora quantitativamente Miguel tenha representado apenas duas pessoas a mais no segundo mapa, se considerarmos que no primeiro 11 delas estavam no último nível e, segundo o menino, 10 possuíam uma relação insatisfatória e de rompimento. No segundo apenas duas permaneceram no último nível. Notamos dessa forma que, no primeiro Mapa, 18 pessoas eram percebidas como participantes de sua rede de apoio, enquanto no segundo Mapa 29 pessoas são percebidas.

Outros aspectos qualitativos na melhora da rede de apoio podem ser observados. É possível observar também que no primeiro Mapa o pai está no último nível e o restante da família no penúltimo nível. No segundo mapa, a família passou a ser representada em níveis mais próximos, e há um deslocamento da figura paterna do último para o segundo nível. Mesmo com insistência, o menino não quis se pronunciar a respeito dessas mudanças, o que não nos dá elementos para uma análise mais aprofundada.

Podemos observar uma melhora significativa nas relações de Miguel no campo “Escola”. Apenas dois colegas permaneceram no último nível. Outra mudança significativa foi o aparecimento de figuras adultas no primeiro nível e de colegas do sexo masculino em um nível mais próximo, o terceiro. Essa mudança, no entanto, pode ser explicada pelo momento da aplicação dos dois Mapas. O primeiro Mapa foi aplicado no mês de julho de 2010, enquanto o segundo em janeiro de 2011, após o término do ano letivo. Miguel havia mudado de escola

devido à violência sofrida e no mês de maio estava frequentando a nova escola há poucos meses. Considerando que as suas características pessoais geralmente dificultam a ocorrência de processos proximais, podemos inferir que Miguel tenha necessidade de maior tempo para se aproximar das pessoas, o que provocou a mudança no campo após esse intervalo de tempo. A possibilidade de desfrutar de mais tempo (microtempo) no ambiente escolar propiciou a mudança no campo “Escola” e o aparecimento de um colega da escola no campo “Amigos”.

Comparando o relato do pai na entrevista quando o menino foi incluído no Serviço e o da mãe ao final da coleta de dados, podemos notar também que há uma diferença no relato ao que se refere à escola. O pai queixa-se de que Miguel não estuda e tem um comportamento revoltado, enquanto a mãe, depois desse período, diz que o menino teve considerável melhora e passou a realizar suas tarefas escolares demonstrando mais dedicação aos estudos.

Outro aspecto qualitativo está relacionado à ajuda que recebe e disponibiliza às pessoas representadas no Mapa. Na primeira aplicação, não indicava ser ajudado por ninguém, e ajudava apenas alguns primos representados. Já na segunda aplicação, conta ser ajudado pela irmã, pela professora e duas colegas de sala, enquanto ele ajuda um outro colega. Quanto ao campo “Parentes”, não informa ser ajudado nem ajudar ninguém. Esse fato pode ser explicado pelo afastamento dos níveis na representação dos parentes do primeiro para o segundo Mapa (do segundo e terceiro níveis, para o segundo, terceiro e quarto níveis), que pode variar conforme a frequência de contato que possui com seus familiares.

Analisando o campo “Outras relações”, observamos que Miguel não representou nenhuma pessoa em nenhum mapa. O que demonstra que seu mesossistema,

além de limitado, não possui participação expressiva em sua rede de apoio social e afetiva. Em relação ao PAEFI, apenas representou as pessoas com as quais percebe contato após sugestão da Pesquisadora.

De acordo com as respostas de Miguel, este não sabe bem para que serve o Serviço PAEFI. A única coisa que lhe chama atenção no ambiente são os brinquedos e não consegue referir-se às pessoas pelo nome, tratando a Psicóloga como “a de óculos” e a Assistente Social como “a grandona”.

As técnicas, ao representarem o Mapa de Miguel, tentando se basear em como seria o Mapa representado pelo menino, não conseguiram colocar nenhuma pessoa além da família. Acreditam que o menino tenha outros contatos, mas não conseguem especificar ninguém. Isso se deve ao fato de Miguel não comentar sobre suas relações, mas também pelo fato do Serviço ter mantido na maioria das situações *comunicações interambientes* (por meio de telefone) com os microssistemas dos quais Miguel participa. Isso pode ter limitado as informações obtidas, pois, tal conexão ocorreu por meio das interações face a face de conversas telefônicas apenas com o PAVIVIS e com o hospital que atende o menino.

As técnicas dizem acreditar que o Serviço possui importância para Miguel, no entanto, não representaram o PAEFI no Mapa como fazendo parte da rede de apoio social e afetiva do menino.

A Assistente Social justifica o fato como se o Serviço pudesse representar um incômodo, enquanto a Psicóloga justifica por não ter recebido um *feedback* do menino que confirmasse para ela que o Serviço seja percebido como importante em sua vida.

Dessa forma, encontramos uma contradição nas respostas das técnicas. Ao mesmo tempo em que afirmam que Miguel possui consciência da importância do Serviço e que acreditam que o menino sabe por que está naquele ambiente, também admitem que Miguel nunca expressou tal importância.

As respostas de Miguel, em relação ao microssistema PAEFI, mostra que o menino não sabe bem para que serve aquele local. O menino não consegue perceber e expressar mudanças em sua vida após o início dos atendimentos.

O fato de não saber o nome das pessoas também é um forte indício de que, para Miguel, o contato com as pessoas naquele ambiente não representa necessariamente um vínculo afetivo, o que dificulta a percepção de que participam de sua rede de apoio.

A maior parte das características pessoais de Miguel demonstra que o menino não responde de forma competente em sua relação com o Serviço, dificultando a formação de vínculos. Dessa forma, o afeto, que é a “força” (como comentado em Brito e Koller, 1999) que possibilita essa interação em direção ao desenvolvimento, está comprometido.

Como Habigzang et al. (2006) aponta em seu estudo, a conduta da família também influencia na qualidade do atendimento à vítima, pois a família precisa estar envolvida, comprometida. No caso de Miguel, a dificuldade do pai em aceitar o atendimento atrapalhou o trabalho dos profissionais enquanto rede de apoio. As atitudes da família como: a demora em procurar atendimento do PAEFI; as dificuldades de relacionamento entre os pais; a dificuldade do vínculo entre mãe e filho, as dificuldades da família em se relacionar com a rede social e a imposição

de limitações para o menino nas relações sociais, funcionaram como fator de risco para Miguel.

As características pessoais de Miguel também funcionam como um fator de risco para a violência, pois crianças que não conseguem se comunicar adequadamente e que possuem dificuldade nos relacionamentos sociais estão entre as mais vulneráveis das ações dos abusadores.

Em relação às características do Serviço que funcionaram como fator de risco estão: o intervalo entre as intervenções com a vítima nos primeiros meses de atendimento e a comunicação limitada com os demais profissionais que atendem ou atenderam o menino em outros serviços (PAVIVIS, hospital, escola), o que acarretou a falta de informações complementares a respeito do caso.

As técnicas do Serviço observam que o pai de Miguel possui características semelhantes ao perfil de um abusador. No entanto, não houve a procura de mais informações a respeito do pai no mesossistema da família. Talvez pelo fato de que o Serviço que encaminhou Miguel, o PAVIVIS, não tenha trazido nada a respeito, e também pelo fato de o menino não apresentar nenhum indício específico que coloque o pai no lugar de suspeito.

As atitudes do Sr. Ricardo, como a busca do conselho tutelar nos momentos de dificuldade na família (agressões da mãe contra o filho e dificuldade no comportamento de Miguel na escola), nos confundem em relação às suas intenções. Ora parece se comportar de maneira protetora e, em outros momentos, não aceita interferências no ambiente familiar, chegando a impedir as relações sociais.

De fato, características observadas na família de Miguel também são comuns em famílias abusadoras. O pai é a única fonte de renda da casa, é um homem rígido na educação dos filhos e com a esposa, delimitando as relações sociais. Além disso, uma das irmãs de Miguel também não se comunica verbalmente com as pessoas fora da família, a mãe não possui um modelo de família protetiva e já sofreu violência sexual na adolescência. Com base nessa análise, o fato de o Serviço possuir poucas informações adicionais a respeito da família pode funcionar como um fator de risco para Miguel.

Um dos fatores de proteção disponibilizados para Miguel, por parte do PAEFI, foi o aumento da oferta de atendimento psicológico após a ampliação da equipe, a convocação da participação da mãe no acompanhamento aos atendimentos e a constante busca ativa (pelo telefone) para que a família levasse a criança ao atendimento. Por parte da família, o fato de terem transferido Miguel da escola onde ocorreu a violência para outra constituiu um fator de proteção.

Considerando o exposto, realizaremos agora a avaliação da efetividade do Serviço em relação ao caso Miguel. A efetividade do Serviço é a capacidade que possui de produzir os resultados pretendidos. Nesse sentido, pretende ser percebido como parte da rede de apoio social e afetiva de Miguel para que o menino sintasse protegido em relação à violência.

Após seis meses de atendimento, alguns avanços foram conquistados. A mãe de Miguel passou a frequentar o Serviço com ele, o menino passou a ter maior frequência nos atendimentos e a se permitir engajar em processos proximais com a Psicóloga. No entanto, a criança não consegue perceber o Serviço como algo importante em sua vida, como um suporte que possa ajudá-lo a modificar suas

características pessoais na busca de uma atitude mais exploratória e de autodefesa em relação ao risco da violência que pode ser revivida.

Dessa forma, o objetivo de ser percebido como parte da rede de apoio social e afetiva do usuário por ele não foi alcançado. No entanto, como revelam os dados, outros resultados foram produzidos. No ambiente do PAEFI: melhora na postura; permissão de aproximação física de outras pessoas; exploração do ambiente e engajamento de processos proximais com a Psicóloga. Na escola: maior dedicação aos estudos; relacionamento amistoso com mais colegas, inclusive meninos; menos colegas representando desafetos; ser capaz de ajudar e perceber a ajuda das pessoas e a aproximação de figuras adultas (mais maduras) no ambiente escolar. Na família: a participação materna nos atendimentos; a aproximação das pessoas no nível afetivo e percepção a respeito da ajuda da irmã mais velha.

Não é possível avaliarmos se tais mudanças foram provocadas pelas intervenções do PAEFI, principalmente numa relação de causa e efeito. Entretanto, também não podemos descartar possíveis influências. Além disso, não podemos ignorar a possibilidade de que o menino ainda venha a perceber o Serviço como parte de sua rede de apoio social e afetiva, tanto pelas intervenções que ainda podem ser implementadas quanto pelo tempo que ainda pode ter sido insuficiente para ele, pois o elemento tempo é um componente poderoso e que possui influência certa no processo de desenvolvimento do ser humano.

No segundo caso estudado, a participante Mariana possui em seu microssistema familiar pessoas que incentivam a sua transição ecológica para outros

microsistemas. No entanto, a menina também possui um mesossistema com poucos ambientes, pois o fato de viver no interior, segundo a mãe, restringe a quantidade de locais onde circula.

Após ser inserida no Serviço, Mariana obteve baixa frequência nos atendimentos, pois dependia do conselho tutelar de sua cidade para se deslocar até o Serviço, que se localizava em município distinto ao de onde morava.

Contudo, no Serviço, conseguiu estabelecer relações e engajou-se em processos proximais com as demais pessoas, pois, na transição ecológica para o microsistema PAEFI, Mariana contou com um vínculo dual, pois foi acompanhada pela mãe, que sempre esteve presente em todos os atendimentos. Além disso, o vínculo estabelecido com a mãe também é suplementar e apoiador, visto que a Sr.^a Hermínia buscou o atendimento por preocupações relacionadas ao bem-estar psicológico da filha. Essa formação de vínculo aumentou o potencial desenvolvimental de Mariana.

Em contrapartida, as técnicas do Serviço também percebem a família como um núcleo preocupado com o bem-estar entre seus membros, o que favoreceu a interação entre os dois microsistemas.

A percepção positiva da família de Mariana em relação ao Serviço foi fundamental para diminuir o impacto do elemento tempo nas intervenções com Mariana. Como a menina foi atendida apenas quatro vezes pelo Serviço, ou seja, em intervalos de tempo que configuram um mesotempo, essa percepção positiva da mãe e o fato de se sentir acolhida e apoiada lhe deu condições para apoiar a filha no processo de recuperação. Isso possibilitou que a Sr.^a Hermínia auxiliasse a menina em seu processo desenvolvimental.

O diário sugerido pela mãe à menina, para que esta relatasse seus pensamentos e sentimentos, foi uma importante estratégia de enfrentamento. A possibilidade de colocar no papel as emoções vividas a partir da violência demonstra a ocorrência de processos proximais no nível pessoa – objeto que evoluiu para o nível pessoa-pessoa ao relatar o que havia escrito aos pais.

De acordo com o relato dos pais de Mariana, obtivemos informações de que a menina, após a violência, diminuiu o contato com outras pessoas, principalmente as do sexo masculino. Até no microsistema familiar Mariana diminuiu o contato com pessoas. Esse fato demonstra que a violência deixou como uma consequência marcante: a indisposição por parte de Mariana em engajar-se em processos proximais, dificultando assim o seu desenvolvimento.

Dessa forma, em relação ao mesossistema de Mariana, é possível notar que antes da violência havia fatores que auxiliavam o potencial desenvolvimental da menina e que após a superação da violência foram recuperados. Entre esses fatores estão: atividades e díades em que ela se envolvia e que encorajavam o desenvolvimento da confiança mútua; uma orientação positiva, um consenso de objetivos entre os ambientes e um equilíbrio de poder em favor de Mariana; uma variedade de atividades conjuntas de díades primárias com pessoas mais maduras e experientes. Havia também, um canal de comunicação entre os ambientes dos quais ela participa. Antes da entrada em novos ambientes, as pessoas de ambos trocam informações relevantes para a transição (como no caso do PAEFI) e mantêm essa troca continuamente.

Entre as características pessoais de Mariana quando chegou ao Serviço, destacam-se as de disposição inibidoras relatadas pelos pais e técnicas como

falar pouco, estar fragilizada, medo da revitimização, estar desconfiada e nervosa. Entre as características de disposição generativas, percebemos que, embora tenha diminuído o comportamento de comunicação verbal, nos atendimentos, Mariana prefere conversar com a Psicóloga a realizar outras atividades. Como característica de recurso, Mariana é engajada em atividades na Igreja de sua comunidade, pois ajuda a organizar as celebrações religiosas. Essa experiência, de acordo com Bronfenbrenner e Morris (1998), aumenta os domínios nos quais os processos proximais podem operar construtivamente, ou seja, operar em padrões cada vez mais complexos de interação.

Como característica de demanda, Mariana também se apresenta como uma menina tranquila, que favorece a aproximação das pessoas e a ocorrência de processos proximais.

Após os cinco meses de atendimento, a maior mudança de Mariana ocorreu nas características pessoais de disposição inibidoras, pois a menina já não apresentava estar fragilizada, o medo da revitimização havia diminuído, a desconfiança e o nervosismo desapareceram. Em contrapartida, como característica de disposição generativa, passou a demonstrar segurança e voltou a se comunicar com mais pessoas, voltando a ampliar o número de pessoas com as quais se relaciona.

Ao observar os dois Mapas podemos comprovar o caráter dinâmico da rede de apoio social e afetiva da pessoa em desenvolvimento.

Na primeira aplicação, Mariana representou 17 pessoas e na segunda, 22. De modo geral, o Mapa de Mariana demonstra que a rede de apoio social e afetiva dela sofreu mais alterações a nível funcional do que estrutural. Quantitativamente,

Mariana representou apenas 5 pessoas a mais no segundo Mapa. Porém, qualitativamente, percebemos uma alteração na proximidade das pessoas representadas. Na primeira aplicação, apenas 5 pessoas estavam representadas no primeiro nível, a maior parte encontrava-se no segundo e o pai e o irmão estavam representados no terceiro e quarto níveis. Na segunda aplicação, a maior parte das pessoas está no primeiro nível (n=20) e 2 no segundo. Além disso, o pai e o irmão aparecem agora no primeiro nível.

O fato de a maioria das pessoas estarem representadas no primeiro nível na segunda aplicação demonstra que o componente afetivo está muito presente na rede de Mariana, atuando como a força necessária ao desenvolvimento.

No primeiro Mapa, a representação de figuras masculinas é de apenas 3 pessoas, uma no segundo, uma no terceiro e uma no quarto nível; enquanto no segundo Mapa há 5 figuras masculinas, todas no primeiro nível.

Isso demonstra que, com o tempo, o medo e desconfiança das pessoas do sexo masculino foram minimizados. De acordo com Rutter (1983/1988), a existência de uma rede de apoio social pode diminuir os efeitos de eventos estressores, o que permitiu a recuperação e fortalecimento de vínculos de Mariana com essas pessoas.

Há uma rotatividade das pessoas representadas por Mariana entre os campos “Escola”, “Amigos” e “Outras relações”, demonstrando alteração na forma como percebe as pessoas a sua volta. No campo “Escola”, há o aparecimento de figuras adultas, um professor e uma professora, enquanto alguns colegas desse campo passam para o campo “Amigos”, mostrando um fortalecimento dos

vínculos. No entanto, outras colegas que estão no campo “Amigos” na primeira aplicação passam para o campo “Outras relações”.

Nos dois Mapas, Mariana demonstra perceber que recebe ajuda e é capaz de ajudar as pessoas ao seu redor. Esse fato demonstra como o fator qualidade da rede supera o fator quantidade, pois vale mais uma rede restrita e apoiadora que uma rede extensa, mas que não se percebe que se possa ajudar e ser ajudada.

Na segunda aplicação do Mapa, Mariana representou o Serviço PAEFI apenas após sugestão da Pesquisadora. A menina justifica dizendo que não representou ninguém antes, pois as amigas que moram próximas à sua casa são mais amigas e por isso obtiveram preferência em relação às do PAEFI.

Mariana fala que, para ela, o Serviço serve para ajudar as pessoas a superarem momentos difíceis em sua vida como o que ela passou, demonstrando clareza a respeito do papel do PAEFI. Relata que o que mais gostou de fazer naquele espaço foi conversar com a Psicóloga, com quem se sentia à vontade para falar. Isso demonstra o quanto as características pessoais de Mariana favorecem que ela se aproxime das pessoas e se engaje em processos proximais. A violência vivida acarretou consequências que funcionaram como inibidoras nesse processo, diminuindo o potencial desenvolvimental de Mariana. Contudo, como apontado por Brito e Koller (1999), os vínculos sociais e afetivos construídos na rede podem auxiliar a pessoa na promoção de um desenvolvimento saudável, tornando-a resiliente.

As técnicas, ao representarem o Mapa de Mariana, tentando se basear em como seria o Mapa representado pela menina, não conseguiram colocar muitas pessoas e a família apareceu incompleta. Dizem ter certeza de que a menina

possui muitos outros contatos, mas não conseguiram especificar. Isso talvez possa ser atribuído ao fato de Mariana não ter comparecido muitas vezes ao Serviço e também pelo fato de as técnicas não lerem os prontuários antes de um novo atendimento, principalmente quando estes ocorrem em intervalos de tempo muito grande.

As técnicas dizem acreditar que o Serviço possui importância para Mariana, no entanto, apenas a Psicóloga representou o PAEFI no Mapa como fazendo parte da rede de apoio social e afetiva da menina.

A Assistente Social acha que a menina até pode ter representado o Serviço. No entanto, justifica que pode não ter representado o PAEFI baseada no intervalo de tempo grande entre os atendimentos da menina devido às dificuldades de deslocamento e à distância, o que pode prejudicar a percepção dela de que o Serviço participe da rede de apoio.

A Psicóloga, embora não tenha representado as pessoas detalhadamente, tem certeza de que Mariana representou o PAEFI em seu Mapa. Ela se baseia na fala da própria Mariana, que deixa claro que as pessoas daquele ambiente, o fato de ser atendida ali, foram importantes para sua recuperação.

É possível perceber que a Assistente Social e a Psicóloga possuem percepções distintas em relação ao aparecimento do PAEFI na rede de apoio de Mariana. A certeza da Psicóloga demonstra clareza a respeito de suas intervenções, principalmente por receber um *feedback* positivo da menina e de sua mãe. No entanto, a resposta da Assistente Social, embora não estando em consonância com a de Mariana e com a da Psicóloga, demonstra que esta percebe que há

uma importância no fator tempo para a formação de vínculos e que, devido ao pouco tempo de contato direto, a intervenção pode ficar comprometida.

No caso de Mariana, sua família estava comprometida com os atendimentos, comparecendo em todas as oportunidades possíveis. A figura materna merece destaque. Esta aparece em diversos momentos como um apoio importante para a menina. Foi com a mãe que Mariana contou para realizar o registro de ocorrência contra o agressor, para ser incluída no PAEFI, para acompanhá-la ao ponto de ônibus a caminho da escola e também na elaboração do diário. Isso demonstra o quanto a mãe representa um fator de proteção para Mariana.

O atendimento psicológico, o comprometimento e bom relacionamento entre os profissionais e a família, as características pessoais de Mariana, como se comunicar mais e o fato de se tornar mais desconfiada em relação às pessoas deixaram-na menos vulnerável à revitimização por parte de outro agressor. Esses fatores funcionaram como protetivos para a menina.

O intervalo entre as intervenções com a vítima, por parte do Serviço, pode ser visto como um fator de risco. No entanto, neste caso, o PAEFI dependia que o Conselho Tutelar do município de Mariana providenciasse uma maneira para que a menina fosse aos atendimentos, o que não ocorreu. Essa atuação falha do Conselho também funcionou como um fator de risco. Além disso, a não investigação do caso por parte da justiça local também funcionou como um fator de risco

Considerando o exposto, realizaremos agora a avaliação da efetividade do Serviço quanto à participação na rede de apoio social e afetiva de Mariana. Após cinco meses de atendimento, é possível perceber que Mariana voltou a se

relacionar com as pessoas, ampliando novamente sua rede de contatos. Mesmo não tendo representado o serviço espontaneamente no Mapa, a menina possui clareza sobre as intervenções e reconhece que conversar com a psicóloga a auxiliou em sua recuperação.

Não podemos atribuir a recuperação de Mariana ao Serviço, pois a presença e o apoio da mãe e a confecção do diário como estratégia de enfrentamento foram fatores ainda mais presentes no processo de recuperação.

No entanto, é notório que a percepção da mãe em relação ao Serviço, sentindo-se acolhida e amparada, foi fundamental para que pudesse sentir-se fortalecida e ajudar a filha a superar a violência.

Dessa forma, o Serviço, mesmo sendo um microssistema no qual Mariana frequentava num intervalo de mesotempo, conseguiu atingir o seu objetivo de ser percebido como parte da rede de apoio social de Mariana.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A análise de cada caso permite visualizar que várias foram as influências para que os resultados fossem distintos. Dentre elas, a mais significativa foi a forma como as pessoas perceberam e lidaram com o ambiente e as relações estabelecidas entre as pessoas.

Por meio da Teoria Bioecológica foi possível perceber que as características da pessoa e a diversidade de ambientes nos quais ela circula influenciam o engajamento em processos proximais e que essas relações ocorrem em momentos diferentes. Ou seja, o tempo que cada pessoa necessita para formar um vínculo pode variar de acordo com as condições do contexto e as interações que estabelece.

A família de Miguel é um núcleo fechado, com dificuldade de estabelecer relações sociais e permitir interferências de outras pessoas. Nas relações estabelecidas entre os microssistemas familiares e PAEFI, a percepção do Sr. Ricardo a respeito do Serviço não era positiva e havia dificuldades na comunicação entre ele e as técnicas, dificultando o comprometimento da família.

As características pessoais de Miguel dificultam o engajamento do menino em processos proximais com pessoas e a formação de vínculos.

Embora não possamos medir o impacto do abuso para Miguel, este pode ter influenciado negativamente o menino no que se refere ao interesse em estabelecer novos contatos, tanto dentro do microssistema PAEFI quanto no restante do mesossistema.

O número de atendimentos e intervenções com a família de Miguel teve uma frequência média de uma vez por semana. No entanto, isso não garantiu o resultado esperado. As variáveis envolvidas precisam ser analisadas para que se possa traçar um plano de atendimento capaz de modificar aquelas que impedem o Serviço de alcançar a efetividade neste ponto, não somente no caso de Miguel, mas com todas as crianças e familiares atendidos.

Em relação à família de Mariana, esta se permite o engajamento em novas relações e busca ajuda na rede para a solução de seus problemas espontaneamente. Nas relações estabelecidas entre os microssistemas familiar e PAEFI, a percepção de ambos os lados foi positiva, favorecendo as relações e o comprometimento da família.

As características pessoais de Mariana favorecem o estabelecimento de novas relações, permitindo o engajamento em processos proximais e a formação de vínculos afetivos com facilidade.

O mapa de Mariana, mesmo com poucas representações, possui uma boa qualidade nas relações, demonstrando uma rede de apoio percebida como fonte de contribuição para o seu desenvolvimento.

Diante do exposto, fica clara a necessidade da participação na família no processo de acompanhamento da criança pelo Serviço. É importante a ampliação do atendimento à todos os familiares como forma de investimento e apoio às relações para uma efetiva participação na recuperação da criança

Fatores relacionados à estrutura do Serviço têm prejudicado sua atuação. Durante o período de coleta de dados, foi possível observar que em alguns períodos o PAEFI teve indisponibilidade de carro para realização de visitas;

muitas vezes não havia fornecimento pela prefeitura de água para beber, obrigando as pessoas (técnicos e outros trabalhadores) a comprar ou levar de casa, e indisponibilidade de vale social para as famílias que necessitavam de ajuda para irem até o Serviço. Além disso, há poucas salas de atendimento para a demanda recebida; disponibilidade de apenas uma linha telefônica para todo o CREAS; não há acesso à internet, dificultando a pesquisa e a busca de instrumentos que possam facilitar o trabalho e há apenas uma sala compartilhada por muitos técnicos, obrigando-os a dividir as mesas de trabalho numa dinâmica de revezamento. Chama à atenção a necessidade de mais investimentos na infraestrutura para que os técnicos, de posse de melhores condições de trabalho, possam também oferecer um melhor acompanhamento às famílias atendidas.

É notório, no caso da equipe que lida com violência sexual, a falta de instrumentos que possam auxiliar uma avaliação mais esclarecida a respeito dos casos. Basicamente, entre os instrumentos utilizados, está a anamnese social, a entrevista não estruturada e o atendimento individual e em grupo.

Para aprimorar o atendimento aos usuários, é importante considerar a realidade social na qual estão inseridos. Alguns instrumentos podem ser adotados para facilitar esse trabalho.

O uso do genograma (ANEXO E) pode facilitar o mapeamento da estrutura e organização familiar. Ele traz informações sobre aspectos genéticos, médicos, sociais, comportamentais e culturais da família (WENDT; CREPALDI, 2007). Esse instrumento facilita a análise dos eventos significativos no plano vertical e horizontal, ao longo das gerações e na geração dos iguais; auxilia também a

encontrar os pontos de vulnerabilidade, traumas, fracassos e fraquezas do indivíduo (QUAGLIA; MARQUES; PEDEBOS, 2001).

O Mapa da rede (ANEXO F) pode trazer informações sobre quais são as pessoas importantes para a família, com a ajuda de quem podem contar e pessoas do convívio regular. É possível também conhecer os vínculos que podem ser representados por setas e outros símbolos. Para o bom funcionamento do Mapa, é necessário que o usuário saiba o objetivo do registro que é conhecer e ampliar os vínculos de apoio (QUAGLIA; MARQUES; PEDEBOS, 2011). Como outros exemplos de Mapas, podemos citar o Ecomapa (HARTMAN, 1975/1995) (ANEXO G) e o Mapa dos Cinco Campos (SAMUELSSON; THERLUND; RINGSTRÖN, 1996), utilizado nesta pesquisa.

Entrevistas semiestruturadas podem auxiliar na busca de informações a respeito da violência vivida pela criança ou adolescente. *The Metropolitan Toronto Special Committee on Child Abuse* é um tipo de entrevista que visa coletar dados a respeito da história de vida da vítima e investigar fatores de risco e proteção relacionados (HABIGZANG et al., 2008).

O *Children's Attributions and Perceptions Scale* (CAPS) (MANNARINO; COHEN; BERMAN, 1994) é uma escala *likert* com 18 itens. Cada item possui cinco respostas que variam entre nunca (0) e sempre (4). Ela avalia sentimentos de diferença com relação aos pares; confiança nas pessoas; autoatribuições dos eventos negativos e percepção de credibilidade dos outros em si (PETERSEN; KOLLER, 2006).

The Childhood Experience of Abuse and Care Questionnaire (CECA-Q) (PBI; PARKER; TUPLING; BROWN, 1979) é um questionário de autorrelato que avalia

a falta de cuidado parental (negligência e antipatia), abuso físico parental e a presença de abusos sexuais antes dos 17 anos (BIFULCO, BERNAZZANI E JACOBS, 2005).

Os instrumentos acima citados são uma sugestão para o auxílio na investigação e diagnóstico não apenas do abuso sexual, mas de outros tipos de violência. Alguns deles podem ser utilizados com adultos, o que pode facilitar a descoberta de dados de ocorrência de violência com outros membros da família. Isso proporciona um trabalho em consonância com a nova proposta do PAEFI, que busca trabalhar todos os membros da família e indivíduos em situação de ameaça ou violação de seus direitos.

A necessidade do uso desses e outros instrumentos varia de acordo com o indivíduo atendido. Alguns deles podem gerar desconforto ao usuário que não esteja preparado para respondê-lo, então, deve se avaliar o momento mais benéfico para a utilização.

Um Plano de Atendimento Individual (PIA) pode ser traçado para cada usuário. Nele deve conter cada passo dos atendimentos, incluindo os instrumentos a serem utilizados, os objetivos e resultados esperados. Esses dados podem auxiliar a equipe no estudo e avaliação na evolução dos casos.

Outro instrumento útil seria o desenvolvimento de um questionário avaliativo do Serviço (ANEXO H). Este poderia ser respondido pelos próprios usuários (crianças adolescentes e responsáveis) e funcionaria como um *feedback* para a equipe de como o trabalho é percebido.

Algumas propostas feitas pelo próprio Serviço para serem implementadas no ano de 2011 visam a melhorar problemas antigos na estrutura de atendimento aos

usuários. No entanto, merece destaque a iniciativa do espaço para estudo e reflexão, que poderá diminuir as dificuldades decorrentes da falta de supervisão e respeito dos casos. A confecção de um manual de procedimentos, que poderá auxiliar novos técnicos que poderão assumir o Serviço, torna-se de extrema importância. A falta de um manual dificulta a organização de uma nova equipe (em caso de rotatividade), principalmente devido à carência de formação específica. Além disso, a melhora no atendimento oferecido pela assessoria jurídica também se faz necessária, uma vez que a mesma poderá auxiliar melhor as famílias nas denúncias e busca de seus direitos.

A iniciativa de aproximação com outros Serviços de proteção poderá fortalecer o trabalho em rede, pois:

As redes, como forma de atuação, não só têm a tarefa de proteger em larga escala, mas também de fazer com que a violência, suas causas e consequências sejam reconhecidas como um problema que afeta os indivíduos e a coletividade. Ainda contribuem para mostrar que o mal da violência contra crianças e adolescentes é abominável, mas tem cura (NJAINÉ; ASSIS; GOMES et al., 2006, p. 120).

Dessa forma, notamos se tratar de um Serviço importante e complexo, que lida com questões desafiadoras e exige uma formação específica dos profissionais para lidar com os casos de violência e sua superação. Tal formação deve ser garantida pela gestão, principalmente por esta não ser capaz de garantir uma equipe fixa, apta a manter os vínculos criados no Serviço. Todas as vezes que há uma rotatividade na equipe, o Serviço reinicia com dificuldade, sem suporte teórico e metodológico para um atendimento adequado e, como consequência mais marcante, temos o afastamento dos usuários de uma política pública que lhes é garantida por lei.

11 REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, 1998.

AMENDOLA, M. F. Mães que choram: avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual. In: PRADO, M. do C. C. de (coord.). **O Mosaico da Violência – A perversão na vida cotidiana**. São Paulo: Vetor, 2004. p. 103-169.

ARAÚJO, M. de F. Violência e Abuso Sexual na Família. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 31, jul./dez. 2002.

AZAMBUJA, M. R. F. de. Violência Sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? **Revista Virtual Textos e Contextos**, n. 5, nov. 2006.

BALLONE, G. J. Abuso Sexual Infantil. In: **PsiquWeb**. Disponível em: <<http://www.virtualpsy.org/infantil/abuso.html>>. Acesso em: 2003.

BARBOSA, H.; PAIM, I.; KOSHIMA, K.; XAVIER, S. Programa Sentinela Nacional. In: GADELHA, G.; BARBOSA, H. (Org.). **Construindo uma história – tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia. Salvador: CEDECA–BA, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARNES, J. E.; NOLL, J. G.; PUTNAM, F. W.; TRICKETT, P. W. Sexual and Physical Evictimazation Among Victims of Severe Childhood Sexual Abuse. **Child Abuse & Neglect**, v. 33, p. 412-420, 2009.

BIFULCO, A.; BERNAZZANI, O.; MORAN, P. M.; JACOBS, C. The childhood experience of care and abuse questionnaire (CECA.Q): Validation in a community series. **British Journal of Clinical Psychology**, n. 44, p. 563–581, 2005.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. VIVA: Vigilância de Violências e Acidentes, 2006 e 2007. Brasília, 2009a. 154 p.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de novembro de 2009b.

BRASÍLIA, DF. **Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes.** Prevenção de violências e promoção da cultura de paz: você é a peça principal para enfrentar este problema. Brasília: Ministério da Saúde, 2009a.

BRASÍLIA, DF. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e Suas Famílias:** referências para a atuação do psicólogo. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009b.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento Humano e Redes de Apoio Social e Afetivo. In: Carvalho, A. M. (Org.). **O mundo Social da Criança:** Natureza e Cultura em Ação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 115-126.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano:** experimentos naturais e planejados. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. 2. reimp. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. [1979]

BRONFENBRENNER, Urie. Ecology of the family a context for human development: Research perspectives. **Developmental Psychology**, v. 32, n. 6, p. 723-742, 1986.

BRONFENBRENNER, U.; CECCI, S. J. Nature – nurture reconceptualized in developmental Perspective: a bioecological model. **Psychological Review**, v. 101, n. 4, p. 568-586, 1994.

BRONFENBRENNER, U.; EVANS, G. W. Developmental Science in the 21 Century: Emerging Questions, Theoretical Models, Research Designs and Empirical Findings. **Social Development**, 9, 1, 2000.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. The ecology of developmental processes. In: Damon W, editor. **Handbook of child psychology**. New York: John Wiley & Sons, 1998. p. 993-1027.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção Ecológica na Comunidade: Uma Proposta Metodológica para o Estudo de Famílias em Situação de Risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 515-524, 2003.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos:** desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.

COHEN, C. O Incesto. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Ed.). **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 211-225.

COUTO, M. C. P. de P. **Fatores de Risco e Proteção na Promoção de Resiliência no Envelhecimento.** 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DE ANTONI, C; KOLLER, S. H. O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. **Psicol. cienc. prof**, Brasília, v. 21, n. 1, mar. 2001. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932001000100003&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 02/09/2010.

DRAIBE, S. M. O sistema Brasileiro de Proteção Social: o legado desenvolvimentista e a agenda de reformas. Texto preparado para PNUD. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 1998. Brasília: PNUD/IPEA: 1997.

FELIZARDO, D.; ZÜRCHER, E.; MELO, K. Violência Sexual: conceituação e atendimento. In: BRASÍLIA. Ministério da Saúde. **Violência faz mal a saúde**, 2006, p. 69-80.

FERGUSSON, D. M.; HOWOOD, L. J.; LYNSKEY, M. T. Childhood Sexual Abuse, Adolescent Sexual Behaviors and Sexual revictimization. **Child Abuse & Neglect**, v. 21, n. 8, p. 789-803, 1997.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação Política e Avaliação de Políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, 1 (3), p. 107-127, set./dez. 1986.

FLORES, R.; CAMINHA, R. Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, 16 (2), p. 158-167, 1994.

FRANÇA-JÚNIOR, I. Abuso sexual na infância: compreensão a partir da Epidemiologia e dos Direitos Humanos. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v. 7, n. 12, p. 23-38, 2003.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1993.

GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, jan. 2001.

GOMES, R.; DESLADES, A. F.; BHERING, C.; SANTOS, J. F. C. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 707-714, mai./jun. 2002.

HABIGZANG, L. F.; AZEVEDO, G. A.; KOLLER, S. H.; MACHADO, P. C. Fatores de risco e proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 19 (3), p. 379-386, 2006.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; AZEVEDO, G. A.; MACHADO, P. X. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 341-348, set./dez. 2005.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; STROEHER, F. H.; HATZENBERGER, R.; CUNHA, R. C.; RAMOS, M. S. Entrevista Clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Estudos de Psicologia**, v. 13, n. 3, p. 285-292, 2008.

HAY-YAHIA, M. M.; TAMISH, S. The rates of child sexual abuse and its psychological consequences as revealed by a study among Palestinian university students. **Child Abuse & Neglect**, v. 25, p. 1303-1327, 2005.

HARTMAN, A. Diagrammatic Assessment of Family Relationships. **Families in Society**, 76 (2), p. 111–122, 1995.

HÖFLING, E. de M. Estado e Políticas (Públicas Sociais). **Cadernos Cedes**, ano 21, n. 55, nov. 2001.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Violência contra crianças e adolescentes**. Ocorrências registradas na Delegacia de Proteção à criança e ao adolescente – DPCA: 2004-2007. Vitória, 2009. 58 p.

JOHNSON, C. F. Child Sexual Abuse. **Ohio State University College of Medicine, Child Abuse Program at Children`s Hospital**, v. 364, p.462-469, july 31, 2004.

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. de A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em Psicologia**, v. 13, n. 2, p. 91-103, 2005.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. Programas sociais: efetividade, Eficiência e eficácia como dimensões Operacionais da avaliação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, abril de 2001.

MONTEIRO, C. F. de S.; TELES, D. C. B. S.; CASTRO, K. L.; VASCONCELOS, N. S. V. de; MAGALHÃES, R. de L. B.; DEUS, M. C. B. R. de. Violência sexual contra criança no meio intrafamiliar atendidos no SAMVVIS, Terezina, **PI. Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 4, jul./ago. 2008.

MORAIS, C. M. **Saúde, doença mental e serviços de saúde na visão de adolescentes e seus cuidadores**. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MUNICÍPIO PESQUISADO. Secretaria de Assistência Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social. **Relatório Anual do Serviço de**

Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, 2011.

NARVAZ, M. A transmissão transgeracional da violência. **Insight**, 118(11), p. 17-22, 2001.

NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves de; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. **Ciênc. saúde coletiva** [online], v.11, suppl. [citado 2011-05-23], p. 1313-1322, 2006.

PALUDO, S. dos S.; KOLLER, S. H. Resiliência na rua: um estudo de caso. **Psi.: teor. e Pesq.**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 187-195, mai./ago. 2005.

PETERSEN, C. S.; KOLLER, S. H. Avaliação Psicológica em Crianças e Adolescentes em Situação de Risco. **Avaliação Psicológica**, 5(1), p. 55-66, 2006.

PFEIFFER, L. Portadores de deficiências e de Necessidades Especiais: duplamente Vítimas de Violência e discriminação. In: LIMA, Cláudia Araújo de et al. (Coord.). **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 298 p.: il. color. (Série B. Textos Básicos de Saúde). p. 117-123.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 197-204, 2005.

PIETRO, T.; YUNES, A.; MATTAR, M. A. Considerações jurídicas e psicossociais sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n. 58, out. 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4021>. Acesso em: 09/02/2011.

PIRES, A. L. D.; MIYASAKI, M. C. O. S. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. **Arq. Ciênc. Saúde**, 12(1), p. 42-92, jan./mar. 2005.

PRATI, L. E.; COUTO, M. C. P. de P.; MOURA, A.; POLLETO, M., KOLLER, S. H. Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, 2008.

QUAGLIA, M. de C.; MARQUES, M. F.; PEDEBOS, G. L. O assistente social e o atendimento a famílias em situação de violência sexual infantil. In: AZAMBUJA, M. R. F. de, FERREIRA, M. H. M. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 261-285.

RIBEIRO, M. A.; FERRIANI, M. das G. C.; REIS, J. N. dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas

relações familiares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 456-464, mar./abr. 2004.

RUTTER, M. Stress, coping, and development: Some issues and some questions. In: GAMEZY, N.; RUTTER, M. (org.). **Stress, coping, and development children**.

SAMUELSON, M.; THERNLUND, G.; RINGSTRÖM, J. Using the five field map to describe the social network of children: A Metodological Study. **International Journal of Behavioral Development**, v. 19, n. 2, p. 327-345, 1996.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças** – Fortalecendo Pais e Professores Para Proteger Crianças Contra Abusos Sexuais e Pedofilia. São Paulo: M. Books, 2004. 345 p.

SANTORO JR, M. Maus-tratos contra crianças e adolescentes. Um fenômeno antigo e sempre atual. **Pediatria Moderna**; 38 (6), p. 279-283, jun. 2002.

SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, D. D. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade**, 22 (2), p. 328-335, 2010.

SILVA, M. das G. e; ARAÚJO, T. P. de; ARCOVERDE, A. C. B.; PINHEIRO, K. I. A. **Avaliação de Programas Sociais** – A intermediação de mão de obra da agência do trabalho – Recife/ PE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

SIQUEIRA, A. C. **Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência**. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SHERBOURNE, C.D.; STEWART, A. L. The MOS social support survey. **Soc. Sci. Med.**, 32, p. 705-14, 1991.

SLUZKI, C. E. De como a rede social afeta a saúde do indivíduo e a saúde do indivíduo afeta a rede social. In: SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica** – Alternativas terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 67-78.

TAVEIRA, F.; FRAZÃO, S.; DIAS, R.; MATOS, E.; MAGALHÃES, T. Abuso sexual intra e extra-familiar. **Acta Médica Portuguesa**, 22, p. 759-766, 2009.

WENDT, N. C.; CREPALDI, M. A. A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 21(2), p. 302-310, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248p

12 ANEXOS

ANEXO A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO

Vitória, 15 de Dezembro de 2009.

OF.Nº. 001

Assunto: Autorização para realização de pesquisa com adolescentes em Acolhimento Institucional

Prezados Senhores,

Tendo em vista a realização do projeto de pesquisa *“Avaliação do Serviço PAEFI por meio do estudo da rede de apoio social e afetiva de crianças vítimas de abuso sexual”*, sob minha coordenação, solicito autorização para a aluna do curso de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo: **Danielly Bart do Nascimento** realizarem a coleta de dados no Serviço de Proteção Social à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência e Suas Famílias. O período de execução do projeto compreenderá de março/2010 a setembro/2010.

Esse projeto tem por objetivo avaliar o Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual e Suas Famílias por meio da participação do mesmo na rede de apoio social e afetiva de crianças que passaram pela experiência do abuso sexual na visão das mesmas, e a partir da percepção dos profissionais sobre as crianças atendidas.

Agradecemos antecipadamente a atenção, e nos colocamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida (E-mail: edinete@gmail.com).

Cordiais Saudações,

Edinete Maria Rosa

Coordenadora do Projeto de Pesquisa “O processo de desligamento institucional devido à maioria em adolescentes em acolhimento institucional: desafios e superações”

Secretaria Municipal de Assistência Social de Cariacica.
Secretária – Nilda Lúcia Sartório

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Objetivo: O objetivo da pesquisa é avaliar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos enquanto participante da rede de apoio social e afetiva de crianças acompanhadas pelo Serviço a partir visão das mesmas, e a partir da percepção dos profissionais sobre as crianças atendidas.

Justificativa: Esta pesquisa justifica-se na importância em estudar a participação do Serviço na rede de apoio social e afetiva de crianças que passaram pela experiência do abuso sexual no intuito de disponibilizar dados que ajudem a fomentar as políticas públicas e as práticas dos profissionais de serviços voltados para este público.

Esclarecimentos ao participante:

- A participação na pesquisa tem caráter voluntário e sem qualquer incentivo financeiro, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da mesma.
- A colaboração do participante se fará de forma anônima e segura, sem trazer nenhum risco à sua saúde física ou mental.
- Os resultados serão divulgados em congressos e publicações em revistas especializadas.
- Fica assegurado o uso estritamente científico do registro obtido a partir da gravação da entrevista.
- Sempre que desejar será fornecido esclarecimentos sobre cada etapa da pesquisa.
- A qualquer momento o participante poderá recusar sua participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo ou penalidade.
- As informações fornecidas pela participação na pesquisa não permitirão a identificação da pessoa, exceto ao pesquisador responsável.

Identificação do participante:

Nome: _____

RG: _____ Órgão emissor: _____

Estando de acordo e ciente do exposto acima, assinam o presente termo em duas vias.

Cariacica, _____ de _____ de 2010.

Participante

Danielly Bart do Nascimento
danybartnasc@yahoo.com.br
Tel: 88519150

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa do pelo telefone 3335-7504 ou pelo e-mail cep@ccs.ufes.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Avaliação do Serviço PAEFI por meio do Estudo da Rede de Apoio Social e Afetiva de Crianças Vítimas de Abuso Sexual

Pesquisadoras responsáveis: Dr.^a Edinete Maria Rosa e Danielly Bart do Nascimento (Mestranda do PPGP).

Telefones para contato: (27) 88519150 (pesquisadora responsável pela pesquisa); (27) 3335-2501 (PPGP); (27) 33357504 (Comitê de Ética em Pesquisa)

Informações sobre o participante:

Nome: _____

Idade: _____

Aceitei participar desta pesquisa por minha própria vontade, sem receber qualquer quantia em dinheiro, com a intenção exclusiva de colaborar para o sucesso do estudo. Fui informado (a) de seus objetivos acadêmicos, que, de forma geral se refere à rede de apoio social e afetiva de crianças vítimas de violência sexual.

Fui esclarecido (a) de que o estudo respeita regras éticas, sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos, e que não apresenta riscos para os participantes, além de manter o completo sigilo das informações coletadas. Estou ciente de que participarei da aplicação de um instrumento (Mapa dos cinco campos) que registrará as pessoas com as quais me relaciono. Fui informado (a), ainda, que os resultados da pesquisa serão divulgados em congressos e periódicos especializados, contribuindo, assim, para a ampliação do conhecimento a respeito do tema investigado. Estou ciente, por fim, da liberdade e do direito que tenho para poder desistir de participar da pesquisa, a qualquer momento, sem prejuízo ou risco de sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Eu, _____, ao me considerar devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo deste Termo de assentimento, e da pesquisa a ele vinculada, expressei livremente o assentimento para a minha inclusão como participante deste estudo.

Estando, portanto, de acordo, assinam o Termo de assentimento em duas vias.

Concordam com a realização da pesquisa descrita nesse documento, conforme os termos nele estipulados.

Responsável pela pesquisa

Participante

Cariacica, _____ de _____ de 2010

ANEXO C

ROTEIRO PARA ANÁLISE DE PRONTUÁRIOS

IDENTIFICAÇÃO

- Nome (iniciais):
- Data de nascimento:
- Idade:
- Escolaridade (série e escola):
- Frequenta a escola no momento:
- Pai (iniciais):
- Profissão do pai:
- Grau de escolaridade do pai:
- Mãe (iniciais):
- Profissão da mãe:
- Grau de escolaridade da mãe:
- Composição familiar (irmãos, tios, avós / Relatar idade e ocupação):
- Responsável:
- Possui irmãos?
- Endereço (somente bairro):
- Situação habitacional:

DADOS RELACIONADOS AO ABUSO

- Idade em que ocorreu o abuso?
- Houve reincidência? Quantas e em quais idades?
- Características do(s) abusador (es) (sexo, idade, etnia, escolaridade, profissão, relação com a vítima):
- Há histórico de abuso sexual intrafamiliar?
- Sinais ou sintomas apresentados pelo participante na época da inserção no Programa:
- Houve alguma alteração dos sinais ou sintomas apresentados anteriormente?

INSERÇÃO NO PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

- Data da inserção:
- Órgão encaminhador:
- Motivo:
- Quem acompanhou a criança no 1º atendimento?
- Quem geralmente acompanha a criança nos atendimentos?

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- É acompanhado por mais algum Programa de Assistência Social?
- Quais?

ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL

- Foi realizada visita domiciliar? Quantas? Quando?
- Quais pessoas estavam presentes em cada visita?
- Quais as impressões relatadas pelos técnicos?

SITUAÇÃO DE SAÚDE

- Possui alguma doença? Qual?
- Realiza algum acompanhamento? Qual?
- Faz uso de medicamento? Qual?
- Já fez uso de drogas? Qual?
- Faz uso de drogas? Qual?

SITUAÇÃO NO CONTEXTO JUDICIAL

- Foi realizado boletim de ocorrência? Quando?
- Houve exame de corpo delito? Se sim, qual o resultado?
- O abuso foi comunicado ao Ministério Público?
- Existe algum processo tramitando, na Vara de Infância e Juventude, em relação ao abuso?
- Houve alguma audiência com a participação dos técnicos?
- Houve alguma audiência com a participação da criança?
- Qual a situação atual do processo?
- Houve responsabilização do agressor?

ANEXO D

MAPA DOS CINCO CAMPOS

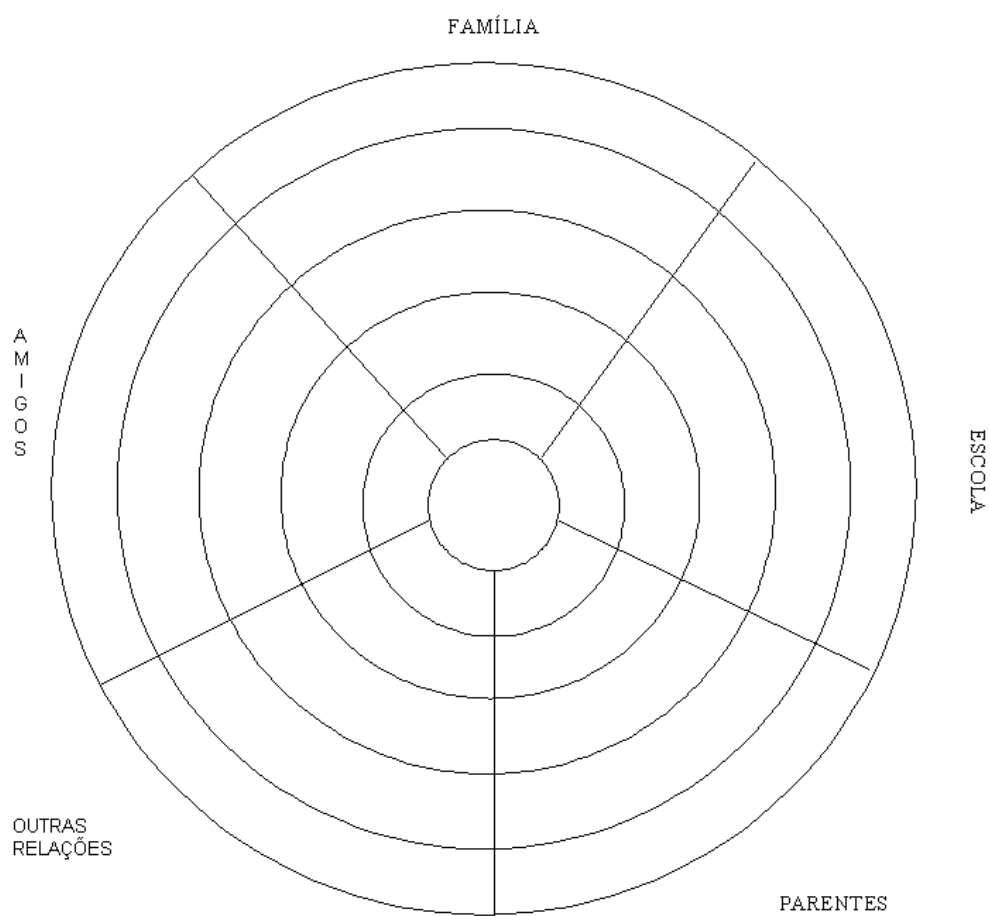
Folha de Localização no Mapa dos Cinco Campos

Nome (iniciais):

Idade:

Data de aplicação:

Preenchida por:



Instruções para aplicação do Mapa dos Cinco Campos com as crianças

Disponer o quadro a frente da criança e a caixa com as fichas ao lado.

“Aqui tem cinco círculos (apontar cada círculo e contar com a criança). No círculo do meio está você (colocar uma ficha representando a criança). Em cada fatia do círculo estão as pessoas com quem você convive. Elas não estão aqui porque é você quem vai colocá-las em cada espaço”. Apresentar as fichas mostrando como fixá-las ao quadro, identificando com a criança as fichas referentes à criança e as fichas referentes aos adolescentes e aos adultos:

“Aqui estão algumas figuras que podem representar estas pessoas que você vai citar: um homem, uma mulher, um jovem (nem adulto, nem criança) de cada sexo, um menino e uma menina. Você vai colocá-las em volta deste círculo central: quanto mais perto do meio, onde está você, mais você gosta; quanto mais longe, menos você gosta. No último círculo (da periferia), você colocará aquelas pessoas que você não gosta (mau relacionamento). Compreendeu o que você precisa fazer? Explique então o que você precisa fazer”. O pesquisador vai certificar-se de que a criança compreendeu as instruções iniciais e introduzirá os campos do círculo.

“_ No quadro existem cinco fatias: uma para a família, outra para os Parentes, outra para a Escola, uma para Amigos e a quinta para Outras Relações que você frequenta. Você pode começar por onde desejar. Por onde você quer começar?” (esperar que a criança mencione o campo que deseja começar).

“Bem, você escolheu...” Explicar em que consiste o campo abaixo:

Família: “Bem, você escolheu família, então aqui você pode incluir as pessoas que compõem a sua família. Quando a criança concluir a colocação das fichas sobre o mapa, o pesquisador solicitará que identifique as pessoas que estão sendo representadas. Será registrada a classificação na folha de registro. A criança também será questionada quanto a possibilidade de existência de conflito (C) e o rompimento (R) de relações entre ela e a pessoa representada, e a classificação de satisfação (S) ou insatisfação (I). O questionamento será o seguinte:

“_ Você se dá com essa pessoa? Ou não? Existe algum problema, ou briga entre você e essa pessoa?” Indicar cada pessoa, se for confirmado rompimento de relação ou conflito, identificar com o sinal correspondente. Caso a criança mencione espontaneamente o conflito e o rompimento quando estiver colocando a pessoa no quadro. Somente após a conclusão de cada um dos campos serão dadas instruções para o campo seguinte.

“_ Existe alguma briga entre as pessoas colocadas neste campo? Como você é afetada por elas? Quem dessas pessoas te ajuda quando você precisa? Qual dessas pessoas você ajuda quando ela precisa?”

Escola: “_ Na escola, você deve colocar pessoas com quem você convive na sua escola, como professoras, colegas de aula, ou funcionários”. Seguir com a classificação de conflito, rompimento e satisfação/insatisfação.

Amigos: “_ Na fatia amigos você poderá incluir pessoas que moram perto da sua casa, ou mesmo que moram longe, aquelas que frequentam as mesmas instituições que você e que você considera seus amigos”.

Parentes: “_ Na fatia parentes você deve incluir aqueles parentes que não moram com você, como tios, tias, primos, avós.

Outras Relações: “_ nessa fatia (apontar: outros) você vai escolher as pessoas que conhece de algum lugar que costuma ir, como Igreja, clube, posto de saúde ou outros que você lembre”.

Instruções para aplicação do Mapa dos Cinco Campos com os profissionais

Disponer o quadro a frente do profissional e a caixa com as fichas ao lado.

“Aqui tem cinco círculos (apontar cada círculo e contar com a criança). No círculo do meio está criança (colocar uma ficha representando a criança). Em cada fatia do círculo estão as pessoas com quem ela convive. Elas não estão aqui porque é você quem vai colocá-las em cada espaço”. Apresentar as fichas mostrando como fixá-las ao quadro, identificando com o profissional as fichas referentes à criança e as fichas referentes aos adolescentes e aos adultos:

“Aqui estão algumas figuras que podem representar estas pessoas que você vai citar: um homem, uma mulher, um jovem (nem adulto, nem criança) de cada sexo, um menino e uma menina. Você vai colocá-las em volta deste círculo central: quanto mais perto do meio, onde está a criança, mais ela gosta; quanto mais longe, menos ela gosta. No último círculo (da periferia), você colocará aquelas pessoas que ela não gosta (mau relacionamento). Compreendeu o que você precisa fazer? Explique então o que você precisa fazer”. O pesquisador vai certificar-se de que o profissional compreendeu as instruções iniciais e introduzirá os campos do círculo.

“_ No quadro existem cinco fatias: uma para a família, outra para os Parentes, outra para a Escola, uma para Amigos e a quinta para Outras Relações que a criança possui. Você pode começar por onde desejar. Por onde você quer começar?” (esperar que o profissional mencione o campo que deseja começar).

“Bem, você escolheu...” Explicar em que consiste o campo abaixo:

Família: “Bem, você escolheu família, então aqui você pode incluir as pessoas que compõem a família da criança. Quando o profissional concluir a colocação das fichas sobre o mapa, o pesquisador solicitará que identifique as pessoas que estão sendo representadas. Será registrada a classificação na folha de registro. O profissional também será questionado quanto a possibilidade de existência conflito (C) e o rompimento (R) de relações entre a criança e a pessoa representada, e a classificação de satisfação (S) ou insatisfação (I). O questionamento será o seguinte:

“_ Você acha que a criança se dá com essa pessoa? Ou não? Existe algum problema, ou briga entre a criança e essa pessoa?” Indicar cada pessoa, se for confirmado rompimento de relação ou conflito, identificar com o sinal correspondente. Caso o profissional mencione espontaneamente o conflito e o rompimento quando estiver colocando a pessoa no quadro. Somente após a conclusão de cada um dos campos serão dadas instruções para o campo seguinte.

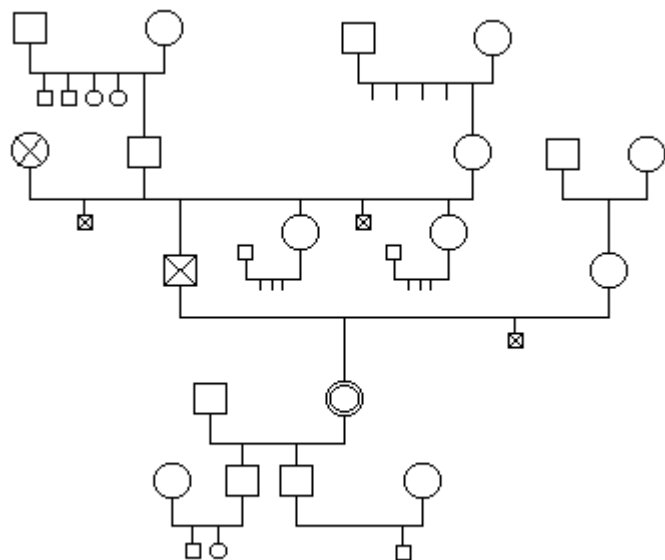
“_ Existe alguma briga entre as pessoas colocadas neste campo? Como a criança é afetada por elas? Quem dessas pessoas ajudam a criança quando ela precisa? Qual dessas pessoas ela ajuda quando a pessoa precisa?”

Escola: “_ Na escola, você deve colocar pessoas com quem a criança convive na escola, como professoras, colegas de aula, ou funcionários”. Seguir com a classificação de conflito, rompimento e satisfação/insatisfação.

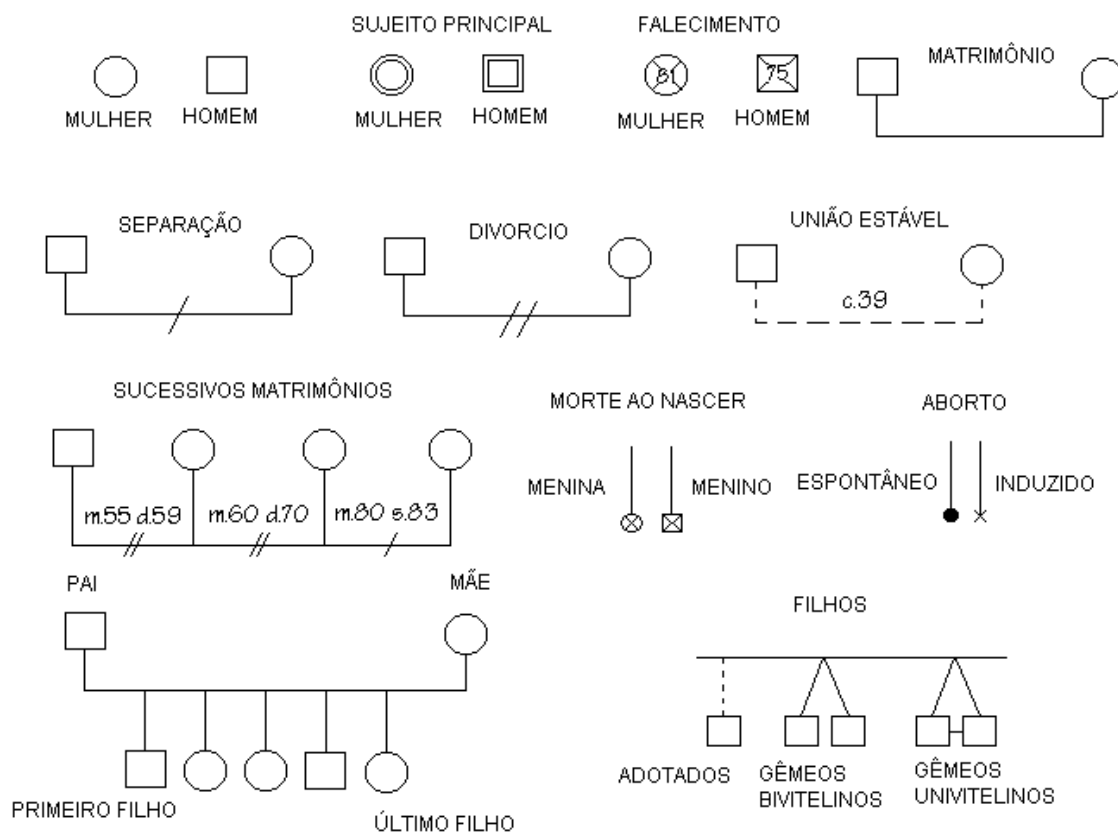
Amigos: “_ Na fatia amigos você poderá incluir pessoas que moram perto da casa da criança, ou mesmo que moram longe, aquelas que freqüentam as mesmas instituições que ela e que são consideradas amigos dela”.

Parentes: “_ Na fatia parentes você deve incluir aqueles parentes que não moram com a criança, como tios, tias, primos, avós.

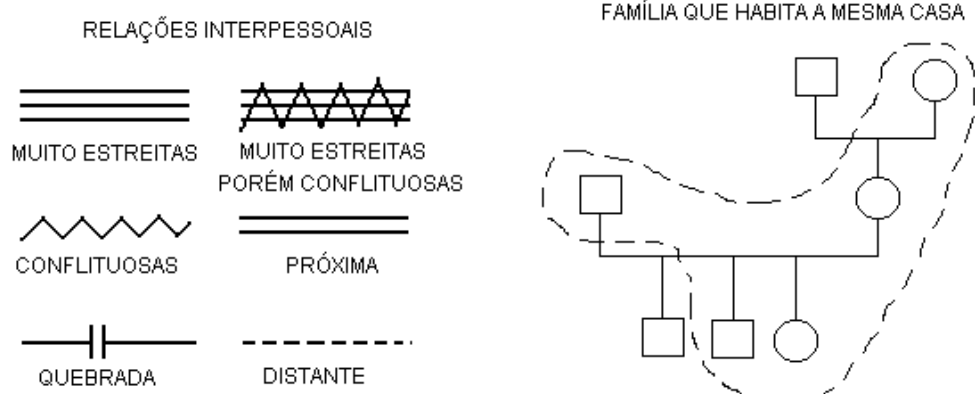
Outras Relações: “_ nessa fatia (apontar: outros) você vai escolher as pessoas que a criança conhece de algum lugar que costuma ir, como Igreja, clube, posto de saúde ou outros que você lembre”.

ANEXO E**Genograma**

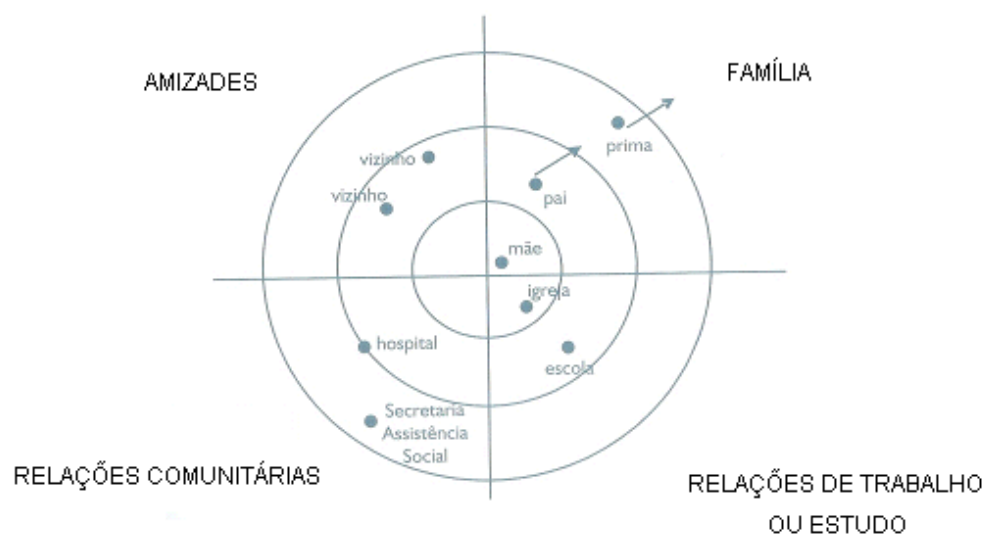
LEGENDA



LEGENDA



FONTE: http://chato.ci/blog/2001/01/genograma_arbol_genealogico.html

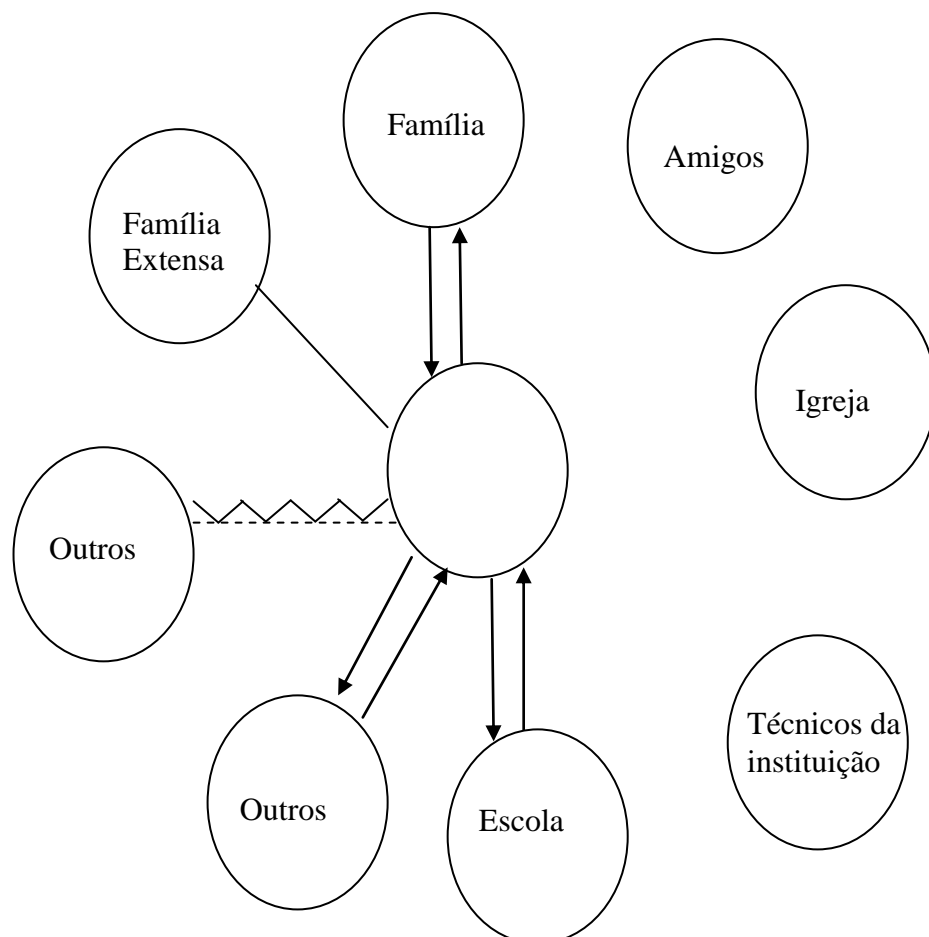
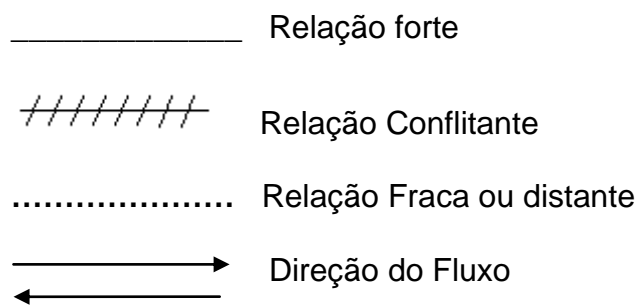
ANEXO F**Mapa da rede**

Mapa da rede. Para mais detalhes, ver Quaglia, Marques e Pedebos (2011).

ANEXO G

ECOMAPA

Há uma padronização típica nessa representação gráfica conforme descrito a seguir:



Encontrado em Hartman (1995)

ANEXO H**QUESTIONARIO DE ENCERRAMENTO DE ACOMPANHAMENTO NO PAEFI
(CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS)**

Nome _____

Idade: _____ Tempo de acompanhamento: _____

Data: ___/___/_____

- 1) Logo que você chegou ao Serviço, como você imaginou que seria frequentar esse lugar?
- 2) Hoje, após esse tempo em que foi acompanhado (a), o que é para você esse Serviço?
- 3) Como você avalia os profissionais que trabalham no Serviço?
- 4) Em sua opinião o que estes profissionais precisam mudar?
- 5) Como era seu comportamento antes do acompanhamento no Serviço?

E hoje, depois de ter passado esse tempo, como você se considera

- 6) Cite algumas mudanças positivas ocorridas na sua vida após a inserção no Serviço?
- 7) Quais as orientações que você recebeu durante o acompanhamento que considera mais importante?
- 8) O que se tornou um obstáculo para seu progresso seja referente ao espaço físico do Serviço, nos profissionais ou nas atividades realizadas, durante o período que você frequentou esse lugar?
- 9) Em sua opinião, o que é preciso mudar no Serviço?
- 10) Existe alguma sugestão que você gostaria de fazer?
- 11) Deixe uma mensagem/música/ poesia/ desenho.

Obs.: Este questionário é apenas uma sugestão que necessita de adaptação para ser utilizado em crianças que estejam na segunda e terceira infância. Outros recursos, como desenhos, podem facilitar a sua aplicação.

**QUESTIONARIO DE ENCERRAMENTO DE ACOMPANHAMENTO NO PAEFI
(RESPONSÁVEIS)**

Nome _____

Idade: _____ Tempo de acompanhamento: _____

Data: ___/___/_____

- 1) Logo que você chegou ao Serviço, como você imaginou que seria frequentar esse lugar com seu filho (a)?
- 2) Hoje, após esse tempo em que ele (a) foi acompanhado (a), o que é para você esse Serviço?
- 3) Como você avalia os profissionais que trabalham no Serviço?
- 4) Em sua opinião o que estes profissionais precisam mudar?
- 5) Como era seu comportamento do seu filho (a) antes do acompanhamento no Serviço?

E hoje, depois de ter passado esse tempo, como você considera que está seu filho (a)

- 6) Cite algumas mudanças positivas ocorridas na sua vida após a inserção do seu filho (a) Serviço?
- 7) Cite algumas mudanças positivas que percebe na vida de seu filho (a) após a inserção dele (a) no Serviço?
- 8) Quais as orientações que você recebeu durante o acompanhamento que considera mais importante?
- 9) O que se tornou um obstáculo para o progresso do seu filho (a) seja referente ao espaço físico do Serviço, nos profissionais ou nas atividades realizadas, durante o período que vocês frequentaram esse lugar?
- 10) Em sua opinião, o que é preciso mudar no Serviço?
- 11) Existe alguma sugestão que você gostaria de fazer?
- 12) Deixe uma mensagem/música/ poesia/ desenho.